

Diário da Manhã

DESDE 1980 — O JORNAL DO LEITOR INTELIGENTE — WWW.DM.COM.BR - R\$ 2,50

QUINTA-FEIRA

ANO: 45 | Nº 12.948 22H30 - EDITOR-GERAL: WELLITON CARLOS

14 DE MARÇO DE 2024

Israel reforça convite a Caiado para visitar o país



Carta endereçada ao governador Ronaldo Caiado agenda encontro com Benjamin Netanyahu e reuniões de negócios. Gabinete do primeiro-ministro reitera importância da aproximação de Israel com Goiás: "É com grande honra e satisfação que o Governo de Israel convida V. Exa. para importante visita em Israel, na próxima semana. Durante a sua estadia, teremos o prazer de convidá-lo a reunir-se com o primeiro ministro". **Página 4**

O que tinha o Clube da Esquina de tão fascinante?

Documentarista Ana Rieper lança filme "Nada Será Como Antes - A Música do Clube da Esquina", que retrata trajetória construída pelo Clube da Esquina na música brasileira, nos anos 70. Ela fala, dentre outras coisas, sobre o desafio que foi realizar recorte para contar história. Aguardado pelos fãs de MPB, longa reúne depoimentos dos músicos que fizeram parte do coletivo mineiro. **Página 14**

Morre homem que viveu com "pulmão de ferro" por 70 anos

Morreu na segunda-feira, 11, aos 78 anos, Paul Alexander, o homem que viveu por mais de sete décadas dentro de um "pulmão de ferro". Morte ocorreu por complicações da covid-19. **Página 3**



DESAFIO CONTRA A FOME

País tem como meta tirar, até 2030, cerca de 33 milhões de pessoas da situação de fome. Foi o que afirmou Wellington Dias, ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Situações mais graves ainda ocorrem nas regiões Nordeste e Norte do país, apesar do Sudeste também concentrar a maior população com a chamada "fome moderada". **Página 2**

Força-tarefa recolhe pneus descartados de maneira irregular

Prefeitura de Goiânia recolheu 15 mil pneus nos primeiros 70 dias de 2024. Descartados de maneira irregular, eles podem contribuir com a proliferação de dengue. **Página 4**

DOR DE CABEÇA PARA CONSUMIDORES

Vida do consumidor não é fácil: internet lenta ou com oscilações e até apagão geram estresse nas pessoas. E essas são algumas recorrentes em trabalhadores da Capital goiana, que dependem da banda larga para desempenharem suas funções. Muitos deles relataram perdas profissionais e muitas dores. Ao **DM**, empresa de telefonia diz que "serviços estão funcionando normalmente", apesar da acusação dos usuários. **Página 3**

Troca-troca de partidos mobiliza vereadores

Com a vigência da janela partidária, começou a correria na Câmara Municipal de Goiânia: maioria dos 35 parlamentares busca nova sigla para aumentar as chances de reeleição no pleito de 6 de outubro. **Página 7**

CCJ criminaliza porte de drogas

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira, 13, Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o porte de drogas, endurecendo a legislação atual. Texto inclui na Constituição que tanto o consumo quanto a venda de drogas são igualmente crimes - apesar de o tratamento de cada um poder ser diferente. **Página 3**

OPINIÃO PÚBLICA

Cultura da paz - Clécio Filho
Compreensão e prevenção da dengue hemorrágica - Lucas Medina

Online





ROTA 190

aulusrg@hotmail.com

ÁULUS RINCON

PM que estava de folga mata entregador com tiro na cabeça em Itumbiara



Três assassinatos foram registrados em um único dia em Goiás, um deles à luz do dia, e em um local de grande movimento de pessoas e veículos. O que mais chamou a atenção, porém, foi o praticado na região sul do estado por um policial militar que estava em seu horário de folga.

Entregador de comida por aplicativo, Lucas Marcelino Botelho, 26, se desentendeu com um desconhecido na Avenida Modesto de Carvalho, na Vila Vitória, em Itumbiara. Uma testemunha que acompanhou o bate-boca registrou, com o celular, o momento em que o homem que discutiu com o entregador, posteriormente identificado como sendo um subtenente da PM de Goiás, disparou com uma pistola no pescoço da vítima, que caiu, já sem vida, no chão.

Antes do tiro, o PM havia desferido um tapa no rosto de Lucas Marcelino. Para os colegas de farda que atenderam a ocorrência, o subtenente, que estava em horário de folga, alegou que a pistola disparou, quando ele tentou golpear o entregador, na cabeça. O militar também relatou que a discussão começou depois que o motociclista passou na frente do bar onde ele estava empinando, e acelerando o veículo.

Após ser ouvido na madrugada de ontem na Delegacia da Polícia Civil de Itumbiara, o subtenente, identificado apenas pelo primeiro nome, Roberval, também prestou depoimento na Corregedoria da PM, em Goiânia. Tanto a Polícia Civil, quanto a Polícia Militar, encaminharam nota à imprensa, dizendo que estão apurando o

caso, que “será apurado com rigor e isenção”. Por enquanto, o subtenente responderá pelo assassinato em liberdade.

Em Goiânia, o dono de uma oficina mecânica que fica na região da Vila Canaã foi assassinado com tiros de revólver, enquanto trabalhava. Testemunhas contaram que um homem que estava com máscara facial chegou no início da tarde ao estabelecimento de Paulo Henrique Bianco Rodrigues, 28, na Vila Adélia, e disparou pelo menos cinco vezes, matando-o na hora.

Até o início da noite de ontem, os atirador e outro homem, que teria dado fuga à ele, ainda não tinham sido identificados. Segundo familiares e amigos, Paulo Henrique, que também era lutador de artes marciais, não tinha envolvimento com crimes, e nem relatou estar sofrendo algum tipo de ameaça.

Crime em família

Wilson José Resende, 54, foi morto com facadas no final da noite de terça-feira na zona rural de Anápolis, em uma área que fica perto do Parque de Exposições. Pelo que foi apurado, o crime foi praticado por um irmão da vítima, e por um sobrinho, após discussão pela divisão de uma chácara, que está em processo de litígio.

O sobrinho da vítima foi preso e autuado em flagrante, mas o irmão de Wilson permanecia foragido, até o final da noite de ontem. Testemunhas contaram que ele fugiu, com a faca usada no assassinato, em uma moto modelo Honda CG, de 125 cilindradas.



Família oferece recompensa por desaparecido

Familiares de Ernane D'Olanda, que mora no Maranhão, estão desesperados com o desaparecimento dele, que sumiu no mês passado, após desembarcar em um ônibus interestadual, na Rodoviária de Goiânia. A suspeita é que o homem tenha tido algum problema psiquiátrico, e esteja perdido pelas ruas da capital. Segundo familiares, ele não usa drogas, nem ingere bebida alcoólica, mas teve um surto, no Tocantins, ocasião em que decidiu retornar a seu estado, mas não chegou ao destino, e foi visto, pela última vez, perambulando pela região da Rua 44, no Centro. A Polícia Civil já registrou ocorrência, e está à procura do desaparecido, e os familiares decidiram oferecer uma recompensa de R\$ 3 mil, por informações que levem ao paradeiro de Ernane. Informações podem ser repassadas pelos telefones 197, (62) 98406-4620, ou (98) 98414-8823.

Homem que matou a ex em MG é preso em Goiás

Policiais rodoviários federais frustraram a fuga de um serralheiro que na madrugada de ontem assassinou a ex companheira, que tinha 30 anos, com 10 facadas, em Uberlândia, Minas Gerais. O feminicida, que confessou pretendia fugir para Pontes e Lacerda, no Mato Grosso, foi abordado quando trafegava pela BR 153, em Morrinhos, na região sul de Goiás. Dentro do carro dele, os policiais encontraram a faca usada no crime, e roupas sujas de sangue. Segundo a Polícia Militar de MG, o feminicídio foi praticado na frente de uma filha da vítima, que tinha apenas seis anos. Nome e idade do serralheiro, que acabou autuado em flagrante, não foram revelados.

Dupla tortura mulher em Trindade a mando de facção

Imagens divulgadas pelos próprios criminosos em grupos de WhatsApp ajudaram a Polícia Civil a identificar e prender os dois homens que em janeiro passado torturaram uma mulher em Trindade, na região metropolitana de Goiânia. Pelo que foi apurado pela equipe do delegado Rafael Borges, de Trindade, a vítima foi agredida com o cabo de uma enxada, durante quase 10 minutos, após ser acusada de ter furtado em uma residência. A tortura teria sido ordenada por líderes de uma facção criminosa carioca. Nomes e idades dos dois presos não foram divulgados.

Brasil quer tirar 33 milhões de pessoas da situação de fome

Houve redução de 13 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no país, entre o 1º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023



Aumento do salário mínimo e expansão do Bolsa Família contribuem com redução da fome

AGÊNCIA BRASIL

O Brasil tem como meta tirar, até 2030, cerca de 33 milhões de pessoas da situação de fome. Foi o que afirmou Wellington Dias, Ministro de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no programa “Bom Dia, Ministro”. Dias também comentou a notícia recente da redução de 13 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar grave no Brasil, entre o 1º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023.

De acordo com o Ministro, as situações mais graves ainda estão nas regiões Nordeste e Norte do país, apesar do Sudeste também concentrar a maior população com a chamada “fome moderada”.

Wellington Dias comentou também sobre investimentos no Bolsa Família para Estados, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Ceará. Um dos temas abordados foi o programa de “Busca Ativa” das pessoas em vulnerabilidade, que chegou a 90% da população estimada que passa necessidade.

Para o auxílio a esse cadas-

tro mais próximo do cidadão, Wellington Dias citou a necessidade de garantir Postos de cadastramento descentralizados, como os Centros de Referência da Assistência Social móveis.

De acordo com o estudo encomendado pelo governo brasileiro ao Instituto Fome Zero, o número de pessoas com insegurança alimentar moderada e grave caiu de 65 milhões para 45 milhões de pessoas, enquanto o de insegurança alimentar grave diminuiu de 33 milhões para 20 milhões de pessoas, entre o 1.º trimestre de 2022 e o 4.º trimestre de 2023, num país com cerca de 200 milhões de habitantes.

As razões para a melhoria nas estatísticas em 2023 foram o aumento significativo do salário mínimo e a expansão do Bolsa Família, o principal programa de distribuição de subsídios aos mais pobres.

Esta melhoria permitiu que a insegurança alimentar no Brasil regressasse aos níveis do início da década de 2020, antes da crise econômica gerada pela pandemia da Covid-19 ter feito disparar o número de pessoas com fome.

Governo antecipa décimo terceiro de aposentados e pensionistas

Decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicado nesta quarta-feira (13) no Diário Oficial da União antecipa o pagamento do abono anual a aposentados e pensionistas, conhecido como décimo terceiro salário de beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

De acordo com o texto, a primeira parcela do abono anual será paga na folha de abril e a segunda na folha de maio. Têm

direito ao benefício segurados e dependentes da Previdência Social que, durante o ano de 2024, tenham recebido auxílio por incapacidade temporária, auxílio-acidente, aposentadoria, pensão por morte ou auxílio-reclusão.

“Na hipótese de cessação programada do benefício antes de 31 de dezembro de 2024, será pago o valor proporcional do abono anual ao beneficiário”, destaca a publicação.



Famílias de Piranhas recebem do Governo casas sem qualquer custo

O governador Ronaldo Caiado entregou ontem chaves de residências para 40 famílias de Piranhas (GO). O gestor ressaltou que as moradias, fruto de uma parceria entre o Estado e a prefeitura, são concedidas sem custo algum, com todas as instalações prontas e documentos em ordem. Um investimento estadual de R\$ 4,5 milhões do Fundo Protege viabilizou a construção dessas habitações. Quatro delas foram destinadas a grupos prioritários, como idosos, pessoas com deficiência e mulheres vítimas de violência doméstica.

Homem que viveu com “pulmão de ferro” por 70 anos morre de covid

FERNANDO KELLER

Morreu na segunda-feira, 11, aos 78 anos, Paul Alexander, o homem que viveu por mais de 7 décadas dentro de um “pulmão de ferro”. A morte foi em Dallas, nos Estados Unidos, e causada por complicações da Covid-19.

Após contrair poliomielite aos 6 anos, em 1952, Paul ficou incapaz de mover seu corpo abaixo do pescoço. Complicações o levaram a depender de um pulmão mecânico para respirar. Ele conseguia movimentar apenas sua cabeça, pescoço e boca.

Paul Alexander foi reconhecido pelo Guinness em 2022 pelo uso contínuo mais longo de um ventilador de pressão negativa, ou “pulmão de ferro”, desde 1952 devido à paralisia pulmonar causada pela poliomielite. A necessidade do aparelho surgiu durante uma epidemia da doença em Dallas, onde morava, conforme documentado pelo Guinness.

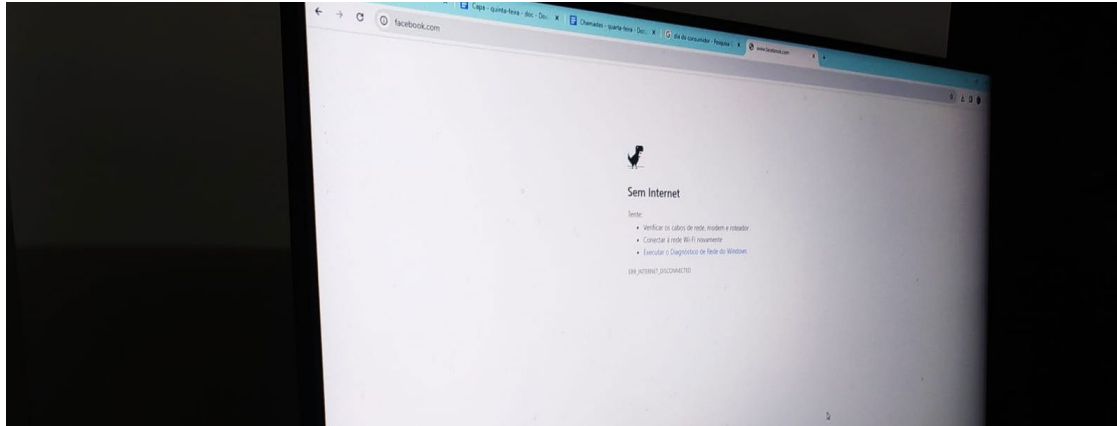


SEMANA DO CONSUMIDOR

Dores de cabeça com sinal ruim

Clientes da Claro têm relatado perdas profissionais pela oscilação do serviço de banda larga. Empresa afirma que serviço “funciona normalmente”

MARCUS VINÍCIUS BECK



Sem conexão: trabalhadores reclamam de serviço e dizem que falha atrapalha rotina

RARIANA PINHEIRO

No último domingo, 10, muitos clientes da empresa Claro - concessionária de telefonia móvel, fixa, banda larga e TV por assinatura - reclamaram nas redes sociais sobre a queda do serviço de internet fixa. Clientes da região sudeste, como do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, foram os que mais fizeram queixas em relação à qualidade do serviço, mas o serviço deficitário também atinge pessoas que moram na Capital goiana.

O site Down Detector, que mostra porcentagem de reclamações em tempo real sobre serviços on-line, registrou pico de problemas às 19h, com mais de 900 reclamações, no domingo. 49% por cento da queixas estavam relacionadas à internet fixa (49%), mas também houve registros de falha geral e ausência de sinal.

Na ocasião, a empresa explicou que o serviço havia sido normalizado. Porém, nesta mesma semana, clientes goianos entraram em contato com a reportagem do DM para relatar o quanto problemas rotineiros com o sinal da concessionária causam transtornos.

“É um absurdo uma empresa do tamanho da Claro prestar um serviço tão inconsistente. Tenho problemas com eles todo o mês, lentidão e apagão são os mais comuns”, reclama o designer gráfico Dener Soares.

Dener se indigna que em plena “era do home office”, na qual a maioria dos trabalhos são inteiramente executados pela internet. É inconcebível, diz ele, que usuários tenham que passar por transtornos com a rede. “Fico com medo de não entregar o trabalho no prazo porque o provedor é absurdamente imprevisível”, argumenta.

A professora Andréia Pires também faz reclamações em relação ao serviço da operadora, já que também trabalha em casa e precisa constantemente de um bom sinal de internet.

“Já passei por muitas dificuldades de a internet cair no meio do fechamento de alguma pauta, de não conseguir entrar em reuniões importantes online. Geralmente, a internet oscila entre as 18h30 e 20h. Mas já cheguei a ficar quase uma hora sem o serviço”, lamenta.

A reportagem do Diário da Manhã entrou em contato com a empresa para exercer o direito ao contraditório. Contudo, a empresa afirmou que os serviços da Claro “estão funcionando normalmente na região”. A empresa também pergunta os dados das pessoas com dificuldades de acesso para verificar pontualmente o caso.

Brasileiros temem perder empregos para IAs mas são favoráveis a seu uso

A edição de 2024 da Pesquisa Game Brasil (PGB) apresentou dados sobre a percepção brasileira a respeito de inteligências artificiais. Mais da metade dos aproximadamente 3.340 participantes que responderam a perguntas sobre IAs (58%) dizem acreditar que o uso da tecnologia vai substituir empregos e acentuar desigualdades sociais. No entanto, um número ainda maior de pessoas (67,8%) acredita que a IA pode melhorar o trabalho e tornar as pessoas mais criativas e produtivas.

A pesquisa com os brasileiros está em sintonia com outros estudos feitos anteriormente, como a do site The Verge, divulgado em junho de 2023, que consultou 2 mil pessoas nos EUA. Ao mesmo tempo que o público demonstrou medo e ansiedade com o uso da nova tecnologia na substituição de trabalhadores e para fins de vigilância e autoritarismo, esse mesmo público, em geral, também mostrou empolgação com as novas possibilidades de aplicações positivas para a sociedade. O temor, contudo, prevalece na pesquisa do The Verge, ao contrário do estudo realizado no Brasil. (AE)

João Vitor vai fazer palestra sobre superação em São Carlos

O influenciador digital João Vitor de Paiva Bittencourt, 23, estará em São Carlos, São Paulo, no dia 21 de março, para palestra inédita em celebração ao Dia Internacional da Síndrome de Down. A conversa com o público, promovida pela Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPDMR), está marcada para as 18h, no Auditório “Bento Prado Júnior”, no Paço Municipal, na rua Episcopal, 1575.

A entrada é gratuita. Ele foi escolhido por ser o primeiro conselheiro jovem com a trissomia 21 do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil. A escolha decorre do trabalho dele nas redes sociais em defesa dos direitos das Pessoas Com Deficiência (PCDs), contra o preconceito e o capacitismo. O influenciador, inclusive, também é o primeiro estudante de Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) com Síndrome de Down.



CCJ do Senado aprova PEC que criminaliza porte de drogas

AGÊNCIA ESTADO

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na quarta-feira, 13, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o porte de drogas, endurecendo a legislação atual. O texto inclui na Constituição que tanto o consumo quanto a venda de drogas são igualmente crimes - apesar de o tratamento de cada um poder ser diferente.

Por 23 votos a 4, a proposta foi aprovada na CCJ e segue agora para o plenário do Senado.

A votação da PEC na Casa Alta do Congresso acontece no momento em que o Supremo Tribunal Federal (STF) anali-

sa um processo sobre o consumo de drogas. A tendência no momento é que o Supremo considere inconstitucional a criminalização do consumo próprio de maconha (o placar é de 5 votos a 3 nesse sentido, até o momento). O ministro Dias Toffoli pediu vista na semana passada e adiou a continuidade do julgamento.

O relator da proposta no Senado, Efraim Filho (União Brasil-PB), defendeu na sessão desta quarta-feira que a discussão sobre a criminalização ou descriminalização das drogas deve acontecer no Congresso Nacional, e não no Supremo Tribunal Federal.

“O fórum adequado para que se trate questões dessa na-

tureza, que poderá ou não levar à descriminalização da droga no Brasil, é o Parlamento”, afirmou.

Segundo o relator, “é inquestionável que liberar as drogas leva ao aumento do consumo e o aumento do consumo leva à explosão da dependência química”.

As contestações à proposta ficaram restritas praticamente ao PT e a alguns senadores da base governista. O senador Fabiano Contarato (ES) foi um dos que criticou o andamento da proposta e disse que ela “não enfrenta o problema” do tráfico de drogas. Segundo o senador, que foi delegado por quase 30 anos, “essa PEC não inova em absolutamente nada”.

Diário da Manhã
www.dm.com.br

UNIGRAF UNIDAS GRAFICAS E EDITORA LTDA
CNPJ: 00.424.275/0001-52

Fundado em 12 de março de 1980
Av. Anhanguera, 2.833, Setor Leste Universitário,
Caixa Postal: 103 CEP: 74.610-010, Goiânia-Goiás

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo **Diário da Manhã**

Fábio Nasser
FUNDADOR

Departamento Comercial
(62) 98533-4891
comercial@dm.com.br
Redação
online@dm.com.br
Circulação - Assinatura
(62)3267-1000

WELLITON CARLOS
EDITOR-GERAL

Preço das Assinaturas
R\$ 49,90 mensal / R\$ 598,00 anual
Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins,
Distrito Federal e Mato Grosso
Dias Úteis: R\$ 2,50
Domingo: R\$ 3,50

Júlio Nasser
PRESIDENTE

Ulisses Aesse
Editor-chefe de Reportagem
e coordenador de pauta

Editores

Cidades
Carlos Pereira
Política
Helton Lenine
DM Revista
Marcus Vinicius Beck

Opinião Pública
Meyrithania Michelly
DM Online
Hélio Lemes
Arte
Mateus Cardoso
Dener Soares

DIPLOMACIA

Israel reforça convite a Caiado para visita ao país

LUCAS DIENER E RÔMULO CARVALHO

Carta endereçada ao governador agenda encontro com Benjamin Netanyahu e reuniões de negócios. Gabinete do primeiro-ministro reitera importância da aproximação com Goiás

WELLITON CARLOS

Para reforçar que a presença do governador Ronaldo Caiado é muito bem-vinda e necessária em Israel, o gabinete do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu reiterou o convite do governo para que o chefe do Executivo goiano realize visita ao país.

A agenda ocorre após assinatura do termo de cooperação entre o Governo de Goiás e Israel. Em fevereiro, Caiado e israelenses inauguraram o par-

que "Am Israel Chai" (O povo de Israel vive) em homenagem às vítimas do atentado terrorista ocorrido no dia 7 de outubro de 2023.

Existe ainda uma tradição histórica de aproximação entre Israel e Goiás. O ex-governador Mauro Borges (1961-1964) inaugurou este relacionamento ao visitar o país na década de 1960. Recentemente, o Governo de Goiás realizou agendas de apresentação de programa de fruticultura e de homenagem aos judeus mortos no ataque terrorista do Hamas.

Agora, Israel - através de seu principal mandatário - propõe agenda oficial com a presença de Caiado no país. "É com grande honra e satisfação que o Governo de Israel convida V. Exa. para importante visita em Israel, na próxima semana. Durante a sua estadia, teremos o prazer de convidá-lo a reunir-se com o Primeiro Ministro",

informa o documento enviado ao Palácio das Esmeraldas na quarta-feira, 13.

"Foi o maior atentado desde a criação do Estado de Israel que conduziu a uma guerra pelo retorno dos sequestrados e pela eliminação da organização terrorista do Hamas. Esta visita permitirá à Vossa Excelência ter uma impressão imediata da situação em Israel", explica Israel quanto a necessidade da visita.

A carta do governo israelense agradece o gesto do governador de Goiás em relação ao povo judeu. Caiado viajará no sábado, 16, para Israel. Após declarações do presidente Lula sobre o confronto entre Hamas e Israel, e que teria ofendido o povo judeu, o governador procurou mostrar que o Brasil tem grande apreço pela população de Israel e reconhece que nada se compara ao Holocausto.



Durante homenagem do Governo de Goiás às vítimas do atentado, Ronaldo Caiado se encontrou com embaixador de Israel no Brasil, Daniel Zonshine. Carta convite de Israel em detalhe

Força-tarefa recolhe pneus descartados de maneira irregular

Prefeitura de Goiânia alerta que população deve ficar atenta à forma de descarte de materiais que podem se tornar foco da dengue

REDAÇÃO

A Prefeitura de Goiânia recolheu 15 mil pneus nos primeiros 70 dias de 2024. Descartados de maneira irregular, eles podem contribuir com a proliferação de dengue. O diretor de Vigilância em Zoonoses, Murilo Mariano Reis, explica que

esse cuidado justifica-se por conta do pneu ser um reservatório preferencial do mosquito. "Pela cor, pela característica do pneu, o Aedes aegypti tem uma preferência por esse tipo de criadouro. E a gente sabe que a população, às vezes, faz esse descarte incorreto", explica.

O recolhimento do material é feito em quintais, terrenos baldios e até mesmo em borracharias parceiras. Quem não deseja descartar o pneu é orientado a realizar o armazenamento seguro, bem coberto para que não haja acúmulo de água. "A população tem sido

devidamente orientada a não acumular entulhos nos quintais, manter o quintal limpo, sem nada que possa tornar-se um reservatório de água, detalha Murilo.

No combate à dengue, os agentes de endemias do município percorrem os imóveis em um ciclo que é repetido a cada dois meses. E a efetividade varia entre 70% e 75%. Somente em 2023, foram identificados, durante as visitas, 25,9 mil focos do mosquito Aedes aegypti; foram geradas 3 mil notificações e 4,8 mil autuações.



Foram recolhidos 15 mil pneus pela Prefeitura de Goiânia

Exames grátis ajudam no diagnóstico de doença renal crônica

BETO SILVA

Ao longo desta semana, em comemoração ao Dia Mundial do Rim, celebrado nesta quinta-feira, 14, a Secretaria da Saúde de Goiás (SES), por meio da Coordenação de Nefrologia, executa atividades de preven-

ção e cuidados com os rins.

Segundo a pasta, o grupo de risco para as doenças hipertensivas, diabéticas, pessoas idosas, fumantes e obesos. O histórico de doença renal na família também impacta no desenvolvimento da doença.

A secretaria incentiva ações

nas policlínicas estaduais e unidades que realizam hemodiálise. Uma das medidas inclui testes gratuitos, que permitem avaliação dos resultados em 10 minutos.

Palestras e exames de creatinina serão ofertados tendo em vista a prevenção e identi-

cação da doença renal crônica (DRC).

No sábado, 16, das 8 às 17h, ocorre o dia D da campanha, com oferta de exames de creatinina para a população que faz parte do grupo de risco, verificação da glicemia, aferição de pressão, testes rápidos de in-

fecções sexualmente transmissíveis (ISTs), consultas nutricionais, acolhimento em saúde por profissionais da área, práticas de medicina integrativa e profilaxia da dengue. A programação ocorrerá no Parque Areião, na região Sul da capital.

Santa Casa realiza 27 cirurgias com auxílio financeiro da Prefeitura

REDAÇÃO

No último final de semana, a Santa Casa de Misericórdia realizou 27 cirurgias para troca de geradores de marca-passo. A ação ocorreu - segundo a Prefeitura de Goiânia - após a administra-

ção municipal anunciar auxílio financeiro a três hospitais filantrópicos.

Outro fator que contribuiu para as cirurgias foi a conclusão da contratação de anestesistas, como orientado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

"Nós estamos buscando soluções para auxiliar instituições históricas a continuar prestando atendimento de alto padrão em Goiânia", afirma o prefeito Rogério Cruz.

Superintendente-geral da Santa Casa de Misericórdia, Irani Ribeiro diz que "só foi

possível realizar tantas cirurgias em apenas em dois dias por conta do apoio da Secretaria Municipal de Saúde"

Irani Ribeiro também anunciou um aumento nos atendimentos cirúrgicos. "Durante toda esta semana, estamos incrementando as

cirurgias em geral. Para o final de semana, já agendamos 18 cirurgias cardíacas para implantação de marca-passo. Serão nove no sábado. No domingo, esses pacientes recebem alta e operamos mais nove".



Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Demonstrações Financeiras

2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Introdução

A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Companhia: A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 12.c das Demonstrações Financeiras da Companhia. A sede da Companhia está localizada no município de Anápolis - GO.

Destaques operacionais e financeiros: O volume de tráfego atingiu 50.166 mil veículos equivalentes pagantes em 2023. A receita líquida atingiu R\$888,0 milhões em 2023. A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$477,7 milhões em 2023 e R\$107,0 em 2022. O EBITDA ajustado² totalizou R\$349,2 milhões em 2023 e a margem EBITDA ajustada², 73,1%.

Destaques (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Volume de tráfego ¹	50.166	11.282	n.m.
Tarifa Média	10,37	10,35	0,3%
Receita líquida	888,0	880,7	0,8%
EBITDA Ajustado ²	349,2	25,8	n.m.
Margem EBITDA Ajustada ²	73,1%	n.m	n.m.
Capex	489,3	875,2	-44,1%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$) - Vigente em 31/12/2023											
Pça.	Categoria de veículo										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
P1	8,60	17,20	12,90	25,80	17,20	34,40	43,00	51,60	60,20	68,80	4,30
P2	11,80	23,60	17,70	35,40	23,60	47,20	59,00	70,80	82,60	94,40	5,90
P3	11,40	22,80	17,10	34,20	22,80	45,60	57,00	68,40	79,80	91,20	5,70
P4	11,00	22,00	16,50	33,00	22,00	44,00	55,00	66,00	77,00	88,00	5,50
P5	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P6	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P7	14,80	29,60	22,20	44,40	29,60	59,20	74,00	88,80	103,60	118,40	7,40
P8	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P9	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80

Receita bruta: A receita bruta totalizou R\$931,0 milhões em 2023. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$42,9 milhões.

Receita de Pedágio: R\$520,6 milhões em 2023, devido ao início da cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.

Receita de Construção: R\$410,3 milhões em 2023, redução de 47,0%, devido ao menor volume de obras no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Receitas de Pedágio	520,6	116,7	n.m.
Receitas Acessórias	0,1	-	n.m.
Receita de Construção	410,3	773,7	-47,0%
Total	931,0	890,4	4,6%

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.840,8 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Receitas de Pedágio	520,6	116,7	-
Receitas Acessórias	0,1	-	-
Receita de Construção	410,3	773,7	19,5
Total	931,0	890,4	19,5

Para mais informações sobre as receitas, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$599,7 milhões em 2023. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$128,5 milhões. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Pessoal	29,4	16,4	79,4%
Conservação e manutenção	22,9	2,8	n.m.
Serviços de terceiros	50,2	39,5	27,1%
Seguros, Poder Concedente e Locações	14,5	15,5	-6,7%
Outros	11,6	7,1	64,4%
Custos caixa	128,5	81,2	58,3%
Depreciação e amortização	60,8	22,3	172,8%
Provisão para manutenção	-	-	n.m.
Custo de construção	410,3	773,7	-47,0%
TOTAL	599,7	877,2	-31,6%

Pessoal: R\$29,4 milhões em 2023, aumento de R\$13,0 milhões (+79,4%) devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridos pelo início das atividades operacionais da Companhia.

Conservação e manutenção: R\$22,9 milhões em 2023, aumento de R\$20,1 milhões devido, principalmente, aos gastos com limpeza manual e conservação de revestimento vegetal, em função do início das atividades operacionais da Companhia.

Serviços de terceiros: R\$50,2 milhões em 2023, aumento de R\$10,7 milhões (+27,1%) devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de compras corporativas prestados pela controladora indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., e pelos custos de ambulâncias e resgastes e remoções.

Seguros, poder concedente e locações: R\$14,5 milhões em 2023, redução de R\$1,0 milhão (-6,7%) em função, principalmente, da contabilização dos contratos de locação de veículos leves (IFRS).

Outros: R\$11,6 milhões em 2023, aumento de R\$4,5 milhões (+64,4%) devido, principalmente, aos gastos com combustíveis e energia elétrica, em função do início das atividades operacionais.

Depreciação e amortização: R\$60,8 milhões em 2022, aumento R\$38,5 milhões devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação de pedágio.

Custo de construção: R\$410,3 milhões em 2023, redução R\$363,3 milhões (-47,0%), devido ao menor volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.508,0 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Custos	599,7	877,2	31,1

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA: Em 2023, o EBITDA totalizou R\$349,2 milhões. O EBITDA ajustado³, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$349,2 milhões, aumento de 0,5 p.p. em relação a 2022 e margem EBITDA ajustada³ de 73,1%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Lucro líquido do período	188,8	18,7	n.m.
Depreciação e amortização	60,8	22,3	n.m.
Resultado Financeiro	17,1	(25,1)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	82,5	9,9	n.m.
Receita de Construção	410,3	773,7	n.m.
Custo de Construção	(410,3)	(773,7)	n.m.

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 50.166 mil em 2023, sendo 9.436 mil veículos leves e 40.730 mil veículos pesados. A Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2023	2022	Var.
Leves	9.436	2.293	n.m.
Pesados	40.730	8.989	n.m.
Total	50.167	11.282	n.m.

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante foi de R\$10,37 em 2023.

Tarifa Média (em R\$)	2023	2022	Var.
Ecovias do Araguaia	10,37	10,35	0,3%

Nota: A tarifa média é calculada, considerando a relação entre "Receitas de pedágio" e "Veículos equivalentes pagantes".

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2023.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
EBITDA ¹	349,2	25,8	n.m.
Provisão para manutenção ²	-	-	n.m.
EBITDA Ajustado ³	349,2	25,8	n.m.
Margem EBITDA Ajustada ³	73,1%	24,1%	0,5 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido em 2023 foi negativo em R\$17,1 milhões, redução de R\$42,2 milhões em relação aos R\$25,1 milhões positivos em 2022, devido, principalmente, aos juros e variação monetária sobre debêntures.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2023	2022	Var.
Juros sobre Debêntures	(40,2)	(21,3)	88,8%
Variação monetária sobre debêntures	(28,1)	(3,3)	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1,3)	(0,6)	102,4%
Juros Capitalizados	45,3	7,9	n.m.
Receitas de aplicações financeiras	28,5	46,8	-39,2%
Outros efeitos financeiros	(21,4)	(4,5)	n.m.
TOTAL	(17,1)	25,1	-168,3%

Lucro do Exercício: Em 2023, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$188,8 milhões, aumento de R\$170,1 milhões em relação a 2022.

Disponibilidade Financeira e Endividamento: A Ecovias do Araguaia encerrou o exercício de 2023 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva de curto e longo prazo de R\$429,6 milhões e dívida bruta, composta por debêntures, empréstimos e financiamentos, no valor de R\$1.100,6 milhões, sendo 98,2% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R\$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$38,5 milhões.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$671,0 milhões e indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 1,9x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14, 15 e 18 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2023	31/12/2022	Var.
Curto Prazo	20,1	20,8	-3,7%
Debêntures	17,8	20,8	-14,7%
Empréstimos e Financiamentos	2,3	-	n.m.
Longo Prazo	1.080,5	588,2	83,7%
Debêntures	611,8	588,2	4,0%
Empréstimos e Financiamentos	468,7	-	n.m.
Dívida Bruta¹	1.100,6	609,0	80,7%
Obrigações com Poder Concedente	1,0	1,0	4,6%
Passivo de Arrendamento	38,5	41,6	-7,5%
Endividamento Bruto	1.140,1	651,6	75,0%
Caixa e equivalentes de caixa	429,6	211,8	102,8%
Endividamento Líquido	710,5	439,8	61,6%
Dívida Líquida¹	671,0	397,2	68,9%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar

Investimentos: Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$489,3 milhões em 2023.

CAPEX (em milhões de R\$)	Intangível/ Imobilizado	2023 Custo de Manutenção/ Construção	Total
Ecovias do Araguaia	488,4	0,9	489,3

CAPEX (em milhões de R\$)	2023	2022	2021
Hardware e equipamentos de pedágio	6,5	2,1	-
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	4,9	0,1	-
Contrato de concessão	3,2	385,1	-
Intangível em andamento	474,7	54,6	-
Software de terceiros	0,0	0,2	-
Total	489,3	442,0	-

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Intangível	478,0	793,9	439,8
Imobilizado	11,4	81,3	2,2
Total	489,3	875,2	442,0

Valor Adicionado: Em 2023, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$360,7 milhões, isto é, 38,7% de representatividade em relação à receita operacional bruta, 35,1 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$31,9 milhões e a representatividade de 3,6%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Valor adicionado líquido	360,7	31,9	n.m.
Receita operacional bruta	931,0	890,4	4,6%
Representatividade	38,7%	3,6%	35,1 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2023 foi de R\$23,7 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
ISS - Imposto Sobre Serviço	23,7	5,4	-

Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$80.453 mil à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. Para maiores informações, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

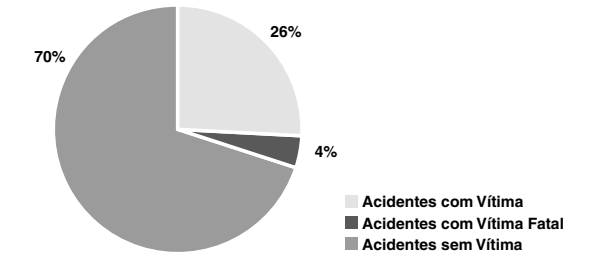
Planejamento e Gestão empresarial: O êxito que a Ecovias do Araguaia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.No 3º Trimestre de 2023, a Concessionária manteve as ações necessárias para continuidade do projeto de implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e obteve os certificados: - ABNT ISO 9001:2015 (gestão da qualidade); - ABNT ISO 14001:2015 (gestão ambiental); e - ABNT ISO 39001:2015 (gestão em segurança viária). Além das certificações acima mencionadas, que foram previstas nos instrumentos contratuais, a Concessionária também obteve a certificação ABNT ISO 45001:2018 (gestão em saúde e segurança ocupacional). O sistema de gestão da qualidade tem como objetivo a melhoria contínua a partir de seus princípios fundamentais: • Foco no cliente; • Liderança; • Abordagem do processo; • Melhoria; • Tomada de decisão baseada em evidência; • Gestão de relacionamento.

Recursos Humanos: Em 2023, a Concessionária investiu R\$37,5 mil (R\$19,2 mil em 2022), em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2023. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

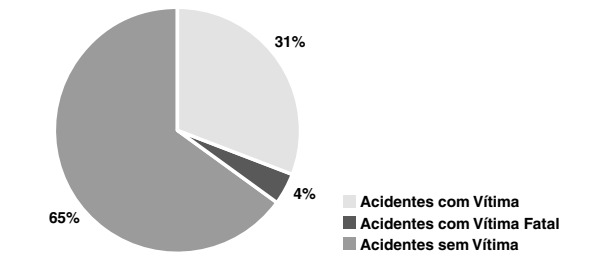
Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
ANALISTA PLANEJAMENTO OBRAS	2	0,14
AUXILIAR/ASSISTENTE SISTEMA RODOVIÁRIO	19	1,32
AUXILIAR MANUTENÇÃO	19	1,32
CONTROLADOR CCO	4	0,28
CONTROLADOR SISTEMA RODOVIARIO	18	1,25
COORDENADOR CONSERVAÇÃO	1	0,07
COORDENADOR OPERAÇÕES RODOVIARIAS	2	0,14
COORDENADOR DE OBRAS/MANUTENÇÃO	3	0,21
ASSISTENTE PLANEJAMENTO MANUTENÇÃO	1	0,07
ASSISTENTE ENGENHARIA	2	0,14
ENGENHEIRO	7	0,49
FISCAL/ANALISTA FAIXA DE DOMÍNIO	3	0,21
OPERADOR PEDAGIO	192	13,35
OPERADOR TRAFEGO	43	2,99
OPERADOR CCO	9	0,63
SUPERVISOR DE SISTEMA RODOVIÁRIO	3	0,21
SUPERVISOR DE TRÁFEGO	4	0,28
SUPERVISOR MANUTENÇÃO	1	0,07
TÉCNICO EM ENGENHARIA	10	0,70
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO	17	1,18
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1	0,07
ADVOGADA	1	0,07
LIDER DE MANUTENÇÃO/TRAFEGO	6	0,42
Total de Pessoal - Operacional	368	25,59
ANALISTA / ASSISTENTE	20	1,39
COORDENADOR RH/SUSTENTABILIDADE/JURÍDICO/ COMUNICAÇÃO	5	0,35
GERÊNCIA/DIRETORIA	4	0,28
Total de Pessoal - Pedágio	29	2,02
Total de Pessoal - Concessionária	397	27,61

Indicadores Operacionais: *Segurança no Trânsito:* *Acidentes:* Os gráficos abaixo apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

Percentual de acidentes por gravidade em 2023

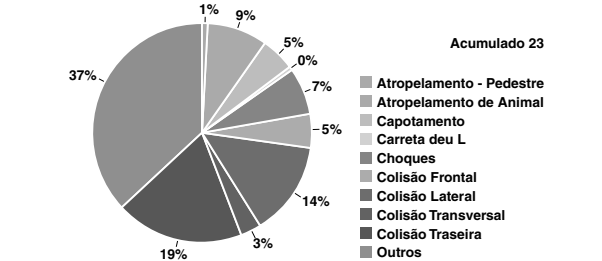


Percentual de acidentes por gravidade em 2022



As figuras abaixo apresentam os valores percentuais dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

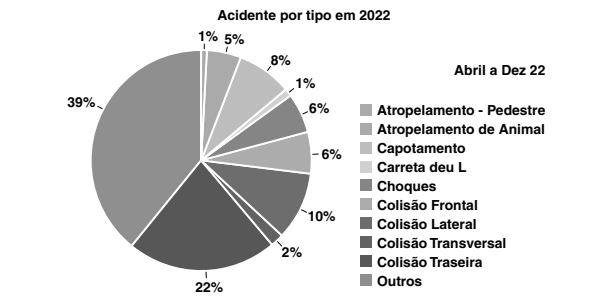
Acidente por tipo em 2023



continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090



Dados de Operação da Concessão: *Veículos Alocados:* Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2023. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	11	1,3
Guincho Leve	10	1,2
Guincho Super Pesado	4	0,5
Caminhão Pipa	4	0,5
Caminhão Boiadeiro	4	0,5
Ambulância Simples	16	1,9
UTI	4	0,5
Total de veículos operacionais	53	6,2
Administração	3	0,4
Pedágio	4	0,5
Engenharia	17	2,0
Conservação	9	1,1
Tráfego	4	0,5
Manutenção	10	1,2
ANTT	3	0,4
CSU e RH	3	0,4
Diretor	2	0,2
Total de veículos de apoio	55	6,5
Total de veículos aplicados na concessão	108	12,7

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa		Referência
Número de quilômetros mantidos	850,7 km	
Número de veículos que transitaram Quantidade por tamanho (leve, mais de dois, mais de três eixos)	Classe 01: 9.452.347	
	Classe 02: 1.196.274	
	Classe 03: 0	
	Classe 04: 1.486.876	
	Classe 05: 0	
	Classe 06: 1.014.167	
	Classe 07: 905.921	
	Classe 08: 2.022.329	
	Classe 09: 668.841	
	Classe 10: 43.233	
	Catesp 9: 10.281	
	Catesp 10: 913.972	
	Moto: 282.691	
	Semi Reboque: 194.064	
	Reboque: 26.181	
	Ônibus 2 eixos: 0	
Tarifa	Ônibus 3 eixos: 0	
	Ônibus 4 eixos: 0	
	Especial: 0	
	Dummy: 1	
	Informações Detalhadas no item - Tarifa	
	Número de praças de pedágio	9 (nove)
	Índice de congestionamento	N/A por velocidade média de veículos
	Trânsito Médio Diário Equivalente	146.491
	Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	146.388
	Equipamentos utilizados pela concessionária	Veículos, Balança, Maquinaria, etc.
	Índices de qualidade de estrada	N/A
	Receita de pedágio em 2023	R\$ 520,6 milhões
	Custos associados às receitas de pedágio em 2023	R\$ 189,4 milhões
	Fator Trabalho	
	Número de trabalhadores	397 funcionários
	Despesas com pessoal no 2023	R\$ 29,4 milhões
Fator Capital	Despesas de depreciação no 2023	R\$ 60,8 milhões
	Ativo líquido	R\$ 429,6 milhões
	Ativo bruto	R\$ 4.670,2 milhões
	Série histórica de investimentos até 2023	R\$ 1.806,5 milhões
	Custo de oportunidade de capital em 2022	9,88%
	Fatores Intermediários	
	Despesas de administração no 2023	R\$ 24,6 milhões
Fatores Intermediários	Despesas com manutenção no 2023	R\$ 22,9 milhões
	Outras despesas	R\$ 11,6 milhões
Seguridade		
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 852	
	Com feridos: 323	
	Com mortos: 48	
Indicadores		
Tarifa média	R\$ 10,37	
Custo por veículo ou km	R\$ 3,77	

Balanco Social

1 - Base de cálculo	2023	2022
	Valor em R\$ mil	Valor em R\$ mil
Faturamento Bruto	930.959	890.376
Receita líquida (RL)	888.044	880.689
Resultado Operacional (RO)	288.362	3.521
Folha de Pagamento bruta (FPB)	29.359	16.363
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	29.359	16.363
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0	0

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.105	13%	0%	926	6%	0%
Encargos sociais	5.075	31%	1%	3.120	19%	0%
Previdência privada	234	1%	0%	201	1%	0%
Saúde	2.696	16%	0%	971	6%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	81	0%	0%	15	0%	0%
Educação	9	0%	0%	8	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	37	0%	0%	19	0%	0%
Creches ou auxílio creche	48	0%	0%	25	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.222	7%	0%	1.285	8%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	11.507	70%	1%	6.570	40%	1%

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	5	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	16	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	70	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	38	0%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	129	1%	0%	0	0%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	129	1%	0%	0	0%	0%

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	1.055	6%	0%	442	3%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	541	3%	0%	0	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	1.596	10%	0%	442	3%	0%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

5 - Indicadores do corpo funcional		
Nº de colaboradores ao final do período	337	339
Tempo de serviço	18% até seis meses 15% de seis meses a um ano 58% entre um e dois anos 4% entre dois e cinco anos 5% mais de cinco anos	10% até seis meses 78,8% de seis meses a um ano 5% entre um e dois anos 1,8% entre dois e cinco anos 4,4% mais de cinco anos

Nº de admissões durante o período	125	283
Nº de demissões durante o período	128	43
Nº de colaboradores terceirizados	1.406	0
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos	0	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	117	111
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	201	214
Nº de colaboradores acima de 45 anos	19	14
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	206	218
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0	50,0
Remuneração paga a mulheres no período	7.600.620	4.375.002
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	173	147
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0

Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	2	1
Total de horas extras trabalhadas	50.190	16.838
Total de horas extras pagas	782.309	292.898
Total de INSS pagos	3.766	
Total de FGTS pago	1.309	
Total de Contribuição Sindical paga	143	88
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	10.025	129
Total de CSLL recolhidos no período	1.877	48
Total de PIS recolhidos no período	0	-88
Total de COFINS recolhidos no período	0	-539
Total de outros tributos recolhidos no período	23.715	5.419

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	4275%	4273%

Número total de acidentes de trabalho	30	7
---------------------------------------	----	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
---	---	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (x) todos + CIPA	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA
---	--	--

Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
--	--	--

A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---------------------------------	---	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais () todos os colaboradores
---	---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
--	---	---

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
--	---	---

% de reclamações e críticas solucionadas	98,8% na Concessionária 1,0% no PROCON 0,2% na Justiça	98,8% na Concessionária 1,0% no PROCON 0,2% na Justiça
--	--	--

Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do Valor Adicionado	32,1% governo 48,5% acionistas 7,5% colaboradores 11,9% terceiros	24,8% governo 23,6% acionistas 20,7% colaboradores 30,9% terceiros	

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES: Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R\$170,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: A Diretoria da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Anápolis – GO, 13 de março de 2024.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	21	888.044	880.689
Custo dos serviços prestados	22	(575.039)	(855.431)
Lucro bruto		313.005	25.258
Despesas gerais e administrativas	22	(24.633)	(21.736)
Outras despesas e receitas líquidas		(10)	(1)
Lucro operacional		288.362	3.521
Receitas financeiras	23	28.834	47.097
Despesas financeiras	23	(45.945)	(22.030)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(17.111)	25.067
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		271.251	28.588
Imposto de renda e contribuição social	12	(82.470)	(9.917)
Lucro líquido do exercício		188.781	18.671
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	24	0,09819	0,00971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	188.781	18.671
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	188.781	18.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Atribuível aos acionistas da Companhia					
		Capital social	Legal	Dividendos adicionais Propostos	Orçamento de capital	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022		1.922.551	38	-	547	-	1.923.136
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	18.671	18.671
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	20.d)	-	934	-	-	(934)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,002 por ação)	20.d)	-	-	-	-	(4.434)	(4.434)
Constituição de reserva - Orçamento de capital	20.d)	-	-	-	13.303	(13.303)	-
Em 31 de dezembro de 2022		1.922.551	972	-	13.850	-	1.937.373
Em 1º de janeiro de 2023		1.922.551	972	-	13.850	-	1.937.373
Reversão orçamento capital - pagamento dividendos	20.c)	-	-	-	(13.850)	-	(13.850)
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	188.781	188.781
Destinação do lucro:		-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	20.d)	-	9.439	-	-	(9.439)	-
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,015 por ação)	20.d)	-	-	-	-	(29.686)	(29.686)
Dividendos intermediários	20.d)	-	-	-	-	(57.716)	(57.716)
Dividendo adicional proposto	20.d)	-	-	91.940	-	(91.940)	-
Em 31 de dezembro de 2023		1.922.551	10.411	91.940	-	-	2.024.902

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	188.781	18.671	
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido			
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	60.828	22.297	
Perda/ baixa de ativo imobilizado e do intangível	745	1.022	
Capitalização de juros	(45.296)	(7.884)	
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamentos	82.585	26.976	
Provisão e atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	339	-	
Atualização monetária sobre provisão para construção de obras	1.253	619	
Obrigações com poder concedente	12.532	11.190	
Tributos diferidos	15.454	2.689	
Provisão para imposto de renda e contribuição social	67.016	7.228	
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva	(4.356)	(604)	
Varição nos ativos operacionais:			
Clientes	(9.364)	(29.859)	
Partes relacionadas - clientes	199	(128)	
Tributos a recuperar	10.578	(9.664)	
Despesas antecipadas	1.383	(432)	
Outros créditos	(10.395)	(20.000)	
Varição nos passivos operacionais:			
Fornecedores	26.173	12.281	
Obrigações sociais e trabalhistas	664	1.393	
Partes relacionadas - fornecedores			
Impostos, taxas e contribuições a recolher			
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas			
Pagamento de obrigações com poder concedente			
Pagamento de provisão para construção de obras			
Outras contas a pagar			
Imposto de renda e contribuição social pagos			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado			
Aquisição de intangível			
Aplicações financeiras			
Aplicações financeiras - conta reserva			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos			
Pagamento de arrendamentos			
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures			
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento			
Aumento (redução) de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício			
Aumento (redução) de caixa e equivalentes			

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)			
	31/12/2023	31/12/2022	
Receitas			
Com arrecadação de pedágio	520.574	116.719	
Com construção	410.310	773.657	
Outras receitas	75	-	
	930.959	890.376	
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos serviços prestados	(491.638)	(820.502)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(17.614)	(15.623)	
Outros	(206)	(7)	
	(509.458)	(836.132)	
Valor adicionado bruto	421.501	54.244	
Depreciações e amortizações	(60.828)	(22.297)	
Outras receitas (despesas), líquidas	(10)	(1)	
Valor adicionado líquido produzido produzido pela companhia	360.663	31.946	
Valor adicionado recebido em transferência	28.834	47.097	
Receitas financeiras	28.834	47.097	
Valor adicionado total a distribuir	389.497	79.043	
Distribuição do valor adicionado	389.497	79.043	
Pessoal	29.359	16.363	
Remuneração direta	23.005	13.636	
Benefícios	4.988	2.037	
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.366	690	
Impostos, taxas e contribuições	125.179	19.597	
Federais	101.474	14.178	
Municipais	23.705	5.419	
Remuneração de capitais de terceiros	46.178	24.412	
Juros	5.690	14.270	
Aluguéis	233	2.382	
Outros efeitos financeiros	40.255	7.760	
Remuneração de capitais próprios	188.781	18.671	
Reserva Legal	9.439	934	
Juros sobre capital próprio pagos	29.686	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	-	4.434	
Dividendos intermediários	57.716	-	
Dividendo adicional proposto	91.940	-	
Orçamento de capital	-	13.303	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de novembro de 2011, e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/10/ GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.c). A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiá, no município de Anápolis - GO. As ações da Companhia são de titularidade da Holding do Araguaia S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - *Environmental, Social and Governance* na sigla em Inglês): Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, afetaram indiretamente os negócios da Companhia, em razão do aumento de preço de alguns insumos usados pela Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("*IVA dual*") em duas competências, uma federal ("Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis; alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "*GLOBE effective tax rate*" ou alíquota efetiva *GLOBE*. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (IFRIC *Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de

ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua taxa de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 23). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de *impairment* descritos na Nota 11.e, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que ocorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de transitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. A Companhia possui também mecanismo de retenção sobre a receita Bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide Notas 9 e 18). g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como

arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data do início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado do Capital (CMPC) da Companhia (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês). h) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": de acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (*covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos": a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e locação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e locação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e locação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos financeiros: Evidenciação": a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements*" - SFAs) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte dos acordos SFAs; (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento; (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b) (i). (d) Alterações de risco de liquidez com provedores financeiros: O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. i) Lucro básico e diluído por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ponderado da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. j) Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida: Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão e contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. k) Demonstração do valor adicionado (DVA): A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. l) Participação nos lucros: A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*contractive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes; • Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; • Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e • *Impairment*: Atualmente, a Administração testa eventuais perdas (*impairment*), de acordo com a política contábil apresentada na Nota 3.b. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração (Nota 11.e). **Contabilização do Contrato de Concessão:** Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão. **Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis:** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento

continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 8,72% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos.....	5.283	6.073
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a).....	74.732	151.064
Operações compromissadas (b).....	124.944	-
Certificado de depósito bancário CDB (c).....	134.608	-
Aplicações automáticas (d).....	2.745	215
	<u>342.312</u>	<u>157.352</u>

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 95% do CDI em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF. (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em CDB são remunerados à taxa média ponderada de 103,1% do CDI em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. O aumento expressivo nos saldos de “Caixa e equivalentes de caixa”, deve-se à liberação de empréstimos e financiamentos do BASA e BNDES, conforme evidenciado na Nota 13.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo - BTG CDB Plus (a).....	24.228	7.767
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b).....	497	-
	<u>24.725</u>	<u>7.767</u>

a) Em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. b) Em 31 de dezembro de 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento.....	62.558	46.704
	<u>62.558</u>	<u>46.704</u>
Circulante.....	25.810	23.310
Não circulante.....	36.748	23.394

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 97,9% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,5% em 31 de dezembro de 2022) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a).....	34.143	29.683
Receitas acessórias (b).....	10	-
Outras contas a receber (c).....	5.070	176
	<u>39.223</u>	<u>29.859</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas na modalidade “cartão de crédito”. O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer.....	39.223	29.859
	<u>39.223</u>	<u>29.859</u>

9. OUTROS CRÉDITOS

a) Ativo circulante: O valor alocado na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante refere-se substancialmente a custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para “Empréstimos e financiamentos”, quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA (R\$28.802 em 31 de dezembro de 2023 e R\$14.050 em 31 de dezembro de 2022).

b) Conta reserva - poder concedente

	31/12/2023	31/12/2022
Recurso vinculado.....	1.301.050	1.123.688
	<u>1.301.050</u>	<u>1.123.688</u>

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/414/080/TO/GO, a Companhia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica “Obrigações com poder concedente”, cuja função é garantir a sustentabilidade

econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Companhia. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado à título de “receita de aplicação financeira” é de R\$118.897, líquido de IRRF e IOF (R\$37.628 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, conforme clausula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. O montante retido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$58.465 (R\$13.443 em 31 de dezembro de 2022).

10. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisitos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Máquinas e Hardwares	equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	20,2	11,0	10,2	-
Custo				
Saldo em 31/12/2022.....	72.461	5.356	6.214	84.031
Adições.....	6.467	4.552	361	11.380
Baixas.....	(665)	-	-	(665)
Transferências.....	54	(93)	-	(39)
Saldo em 31/12/2023.....	78.317	9.815	6.575	94.707
Depreciação				
Saldo em 31/12/2022.....	(8.611)	(170)	(232)	(9.013)
Adições.....	(15.200)	(829)	(655)	(16.684)
Baixas.....	8	-	-	8
Saldo em 31/12/2023.....	(23.803)	(999)	(887)	(25.689)
Residual				
Saldo em 31/12/2023.....	54.514	8.816	5.688	69.018
Saldo em 31/12/2022.....	63.850	5.186	5.982	75.018
Máquinas e Hardwares				
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	22,8	5,3	7,8	-

Custo				
Saldo em 31/12/2021.....	2.140	-	59	2.199
Adições.....	70.433	4.274	6.558	81.265
Baixas.....	(112)	-	(605)	(717)
Transferências.....	-	1.082	202	1.284
Saldo em 31/12/2022.....	72.461	5.536	6.214	84.031
Depreciação				
Saldo em 31/12/2021.....	(111)	-	(2)	(113)
Adições.....	(8.500)	(170)	(230)	(8.900)
Saldo em 31/12/2022.....	(8.611)	(170)	(232)	(9.013)
Residual				
Saldo em 31/12/2022.....	63.850	5.186	5.982	75.018
Saldo em 31/12/2021.....	2.029	-	57	2.086

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

11. INTANGÍVEL

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(c)	-	20,0	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022.....	1.687.841	628.619	4.320	47.768	2.368.548
Adições.....	2.277	474.740	24	7.243	484.284
Baixas.....	(88)	-	-	-	(88)
Transferências.....	97.381	(97.342)	-	-	39
Saldos em 31/12/2023.....	1.787.411	1.006.017	4.344	55.011	2.852.783
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022.....	(6.434)	-	(502)	(6.464)	(13.400)
Adições.....	(32.436)	-	(868)	(10.840)	(44.144)
Saldos em 31/12/2023.....	(38.870)	-	(1.370)	(17.304)	(57.544)
RESIDUAL					
Em 31/12/2023.....	1.748.541	1.006.017	2.974	37.707	2.795.239
Em 31/12/2022.....	1.681.407	628.619	3.818	41.304	2.355.148

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(c)	-	22,2	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021.....	1.469.664	54.595	184	-	1.524.443
Adições.....	118.067	675.723	4.136	47.768	845.694
Baixas.....	(305)	-	-	-	(305)
Transferências.....	100.415	(101.699)	-	-	(1.284)
Saldos em 31/12/2022.....	1.687.841	628.619	4.320	47.768	2.368.548
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021.....	-	-	(3)	-	(3)
Adições.....	(6.434)	-	(499)	(6.464)	(13.397)
Saldos em 31/12/2022.....	(6.434)	-	(502)	(6.464)	(13.400)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022.....	1.681.407	628.619	3.818	41.304	2.355.148
Em 31/12/2021.....	1.469.664	54.595	181	-	1.524.440

a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como implantações de infraestrutura para as praças de pedágios e ao Ônus de Concessão. b) As principais adições na rubrica “Intangível em Andamento” no ano de 2023 referem-se a: infraestrutura de bases operacionais e de praças de pedágio, reabilitação de pavimento, elementos de proteção, sistema de drenagem, canteiro central e faixa de domínio e início das obras de ampliação de capacidade. c) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram de 1,82% a.a. (0,40% em 31 de dezembro de 2022). d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados R\$45.296 referentes a encargos financeiros de investimentos vinculados a intangível em andamento (obtidos através do cálculo dos juros incorridos sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, descontadas as receitas financeiras).

e) **Impairment:** A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção; as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do *FCFF* ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) **Moeda de projeções:** BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) **Taxa de desconto:** metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base

em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,21% a.a. (13,44% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados à avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco patrimonial			Resultado
	31/12/2022	Adições	31/12/2023	31/12/2023
Provisão para contingências	-	105	-	105
Juros capitalizados	(2.681)	(15.391)	20	(18.052)
Lucro diferido	(8)	(311)	-	(319)
Provisão para férias	-	-	-	-
Diretores/Stock option	-	123	-	123
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(2.689)	(15.474)	20	(18.143)
Receita/(despesa) de IR e CS diferido	-	-	-	(15.454)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 R\$18.143 no passivo não circulante (R\$2.689 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022), e registrou débito de R\$15.454 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2023	31/12/2022
2023.....	3	(537)
2024.....	(4.001)	(538)
2025.....	(3.998)	(538)
2026.....	(4.051)	(538)
2027.....	(4.031)	(538)
2028.....	(2.045)	-
	<u>(18.143)</u>	<u>(2.689)</u>

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social.....	271.251	28.588
-Alíquota fiscal vigente.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada.....	(92.225)	(9.720)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Juros sobre capital próprio.....	10.093	-
Despesas indedutíveis.....	(83)	(9)
Gratificações Diretores/PPR.....	(246)	(120)
Incentivos fiscais (PAT).....	220	129
Outros.....	(229)	(197)
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	<u>(82.470)</u>	<u>(9.917)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	(67.016)	(7.228)
Impostos diferidos.....	(15.454)	(2.689)
Taxa efetiva.....	30,4%	34,7%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social - Consolidado: A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	6.982	-
Despesa IR/CS DRE	67.016	7.228
Total de IR/CS pagos	(63.766)	(246)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	10.232	6.982

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício.....	609.000	
Adições/(custos).....	(5.577)	582.902
Encargos financeiros.....	69.096	26.098
Pagamento de juros.....	(42.967)	
Saldo no fim do exercício.....	<u>629.552</u>	<u>609.000</u>

1ª Emissão de Debêntures: Em 04 de julho de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a 1ª emissão de debêntures, simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, a ser convalidada na espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$600.000, na data de emissão, pela Companhia, as quais foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob regime de melhores esforços de colocação. As debêntures contam com o incentivo fiscal, para os debenturistas que adquiriram os referidos papéis, previsto no artigo 2º da Lei 12.431, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, na Resolução do Conselho Monetário Nacional “CMN”) nº 3.947, de 27 de janeiro de 2011, na Resolução CMN nº 4.751, de 26 de setembro de 2019, sendo a totalidade dos recursos captados aplicados no custeio das despesas já incorridas nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta, no pagamento de dívidas contratadas e de novos investimentos relativos a Concessão, tendo em vista o enquadramento do projeto (“Contrato de Concessão”), como projeto prioritário pelo Ministério da Infraestrutura, por meio da Portaria do MI nº 1.143, expedida em 30 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 01 de outubro de 2021. A emissão é composta por 60.000 (sessenta mil) debêntures pelo valor nominal de R\$10, na data de emissão. O prazo de vencimento das debêntures será de 349 meses contados da data de emissão, vencendo-se as debêntures, portanto em 15 de julho de 2051, sendo que o pagamento do principal será realizado em 51 parcelas semestrais consecutivas, devidas sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo que a primeira será devida em 15 de julho de 2026, e os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, sempre nos dias 15 de janeiro e julho, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2023. As referidas debêntures serão remuneradas pelo IPC-A+6,66% a.a. A entrada de recursos da referida debênture ocorreu em 14 de julho de 2022. O contrato requer a manutenção de certos índices financeiros (“covenants”), que serão medidos ao longo do contrato: (i) emissora: (a) EBITDA Ajustado, será apurado à partir de 2026; (b) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD, será apurado à partir de 2034; e (ii) fiadora EcoRodovias Concessões e Serviços (“ECS”) (c) Dívida líquida/EBITDA Ajustado apurado à partir da emissão. Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Companhia está adimplente com referidos índices:

Emissão	Descrição da cláusula	Requerido	Atingido
1ª emissão	Dívida líquida Total/EBitda ajustado ECS	≤5,5x	3,31

A Companhia está adimplente com todas as demais cláusulas restritivas do referido contrato. Os *covenants* não financeiros preveem cláusulas de vencimento antecipado em razão de eventos não estritamente financeiros tais como, mas não se limitando a: (i) pedido ou decretação de falência ou recuperação judicial pela Emissora ou terceiros não elidido no prazo legal; (ii) questões relacionadas ao inadimplemento de obrigações não pecuniárias não curadas em prazo pré-definido; (iii) redução de capital ou transformação do tipo societário sem prévia autorização dos credores; (iv) fusão, cisão, incorporação ou incorporação de ações, salvo em casos de reorganização societária dentro do grupo

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla “ECOR3”. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm’s lenght basis*).

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)			Montantes envolvidos					Outras Informações		
			Data início	Data final	Total	A realizar	Saldo Ativo	Saldo Passivo	Vencimento	Custo	Despesa	Intangível	Garantias contratual
a)	Ecorodovias Concessões e Serviços.	Controladora indireta	01/01/2023	31/03/2024	26.468	-	-	1.576	Em até 45 dias	7.390	10.002	9.888	N/A
b)	ICCR 153 S.A.	Outras partes relacionadas	18/10/2021	15/01/2057	3.809.158	3.407.786	-	46.608	Em até 45 dias	-	-	111.437	N/A
c)	Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	Controladora indireta	-	-	-	-	2	294	Em até 45 dias	-	-	-	N/A
d)	Holding do Araguaia S.A. Conc. Ayrton Senna & Carvalho Pinto - Ecopistas	Controladora direta	-	-	-	-	-	25	Em até 45 dias	-	-	-	N/A
e)	Total em 31 de dezembro de 2023	Outras partes relacionadas	-	-	-	-	-	8	Em até 45 dias	-	-	-	N/A
f)	Total em 31 de dezembro de 2022						<u>2</u>	<u>48.511</u>		<u>7.390</u>	<u>10.002</u>	<u>121.325</u>	
							<u>201</u>	<u>41.064</u>		<u>5.255</u>	<u>20.402</u>	<u>263.629</u>	

a) Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. b) Prestação de serviços de execução das obras de conservação, manutenção, melhorias e ampliação da rodovia BR-153/414/080/TO-GO. c) Repasses de despesas entre as unidades. **Remuneração dos administradores:** Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, previdência privada e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Em 18 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária definiu a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023 em R\$2.614. A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2024, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para R\$2.802, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração provisionada aos administradores no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração (fixa/variável).....	1.875	1.528
Remun. com base em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>).....	261	-
Seguro de vida.....	4	4
Assistência saúde.....	124	92
Previdência privada.....	67	41
FGTS.....	104	74
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo Prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>)).....	<u>367</u>	<u>267</u>
	<u>2.802</u>	<u>2.006</u>

17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. Os valores são ajustados a valor presente a taxa de 8,72% ao ano, que corresponde ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital - WACC* na sigla em inglês) da concessionária. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a companhia devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito financeiro	31/12/2023
Constituição da provisão para obras futuras.....	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição.....	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção.....	(517)	-	(921)	-	(1.438)
Ajuste a valor presente - realizações.....	619	-	-	784	1.403
Atualização Monetária.....	4.560	-	-	469	5.029
	<u>16.652</u>	<u>(921)</u>	<u>1.253</u>	<u>16.984</u>	
Circulante.....	614				16.984
Não circulante.....	16.038				-

	31/12/2021	Adição (Intangível)	Pagamento	Efeito Financeiro	31/12/2022
Constituição da provisão para obras futuras.....	13.394	-	-	-	13.394
Efeito do valor presente sobre constituição.....	(1.404)	-	-	-	(1.404)
Realização da construção.....	-	-	(517)	-	(517)
Ajuste a valor presente - realizações.....	-	-	-	619	619
Atualização Monetária.....	-	4.560	-	-	4.560
	<u>11.990</u>	<u>4.560</u>	<u>(517)</u>	<u>619</u>	<u>16.652</u>
Circulante.....	876				614
Não circulante.....	11.114				16.038

18. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	31/12/2023	31/12/2022
Taxa de Fiscalização (a).....	1.040	994
Conta reserva (b).....	<u>1.301.050</u>	<u>1.123.688</u>
	<u>1.302.090</u>	<u>1.124.682</u>
Circulante.....	6.304	8.765
Não circulante.....	1.295.786	1.115.917

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício.....	1.124.682	1.073.531
Custo (Nota 22).....	12.532	11.190
Retenção sobre tarifa.....	58.465	13.444
Rendimento de aplicação conta reserva (líquido IRRF_IOf).....	118.897	37.628
Pagamento do principal.....	(12.486)	(11.111)
Saldo no fim do exercício.....	<u>1.302.090</u>	<u>1.124.682</u>

econômico da Companhia; (v) transferência das obrigações do instrumento financeiro sem autorização prévia do credor; (vi) alienação de ativos em montante superior ao pré-estabelecido nos respectivos instrumentos de dívida; (vii) destinação dos recursos de forma diversa da estabelecida nos respectivos instrumentos de dívida. A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Série única.....	15/06/2022	593.150	(8.525)	584.625	IPCA + 6,66%	11,36%
		<u>593.150</u>	<u>(8.525)</u>	<u>584.625</u>		

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:	<u>38.482</u>	<u>41.601</u>
Circulante.....	11.957	9.669
Não circulante.....	26.525	31.932

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício.....	41.601	-
Adições.....	7.243	47.768
Encargos financeiros (Nota 23).....	1.674	878
Pagamento principal.....	(10.362)	(6.167)
Pagamento de juros.....	(1.674)	(878)
Saldo no fim do exercício.....	<u>38.482</u>	<u>41.601</u>

A companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

Prazos	Taxa % a.a.
1 ano.....	8,00
2 anos.....	7,56
3 anos.....	4,53
4 anos.....	3,97
5 anos.....	5,29
6 anos em diante.....	5,29

	31/12/2023	31/12/2022
Vencimento das prestações		
Menos de 1 ano.....	11.970	9.698
Entre 1 e 2 anos.....	10.747	10574
Entre 2 e 5 anos.....	17.593	22326
Acima de 5 anos.....	1.125	2021
Total valores não descontados.....	41.435	44.619
Total juros embutidos.....	(2.953)	(3.018)
	<u>38.482</u>	<u>41.601</u>

totalizaram R\$410.310 (R\$773.657 em 31 de dezembro de 2022), não gerando lucro ou prejuízo na prestação de serviços de construção em troca do ativo intangível objeto do contrato de concessão. A Companhia tem a obrigação de realizar manutenções periódicas para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao poder concedente ao final do contrato de concessão. A companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2023, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	Previsão até o fim da concessão	
	31/12/2023	31/12/2022
Natureza dos custos.....		
Melhorias na infraestrutura.....	3.757.420	3.644.806
Conservação especial (manutenção).....	3.389.625	3.525.280
Equipamentos.....	<u>559.972</u>	<u>585.711</u>
Total.....	<u>7.707.017</u>	<u>7.755.797</u>

Seguros contratados: A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em vista dos riscos existentes em suas operações. O Contrato de Concessão obriga a concessionária a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias. Em 31 de dezembro de 2023, as principais apólices e coberturas são como segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Operações.....	01/01/2025	Fator	<u>462.750</u>
			<u>462.750</u>

19. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/ obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023.....	-	-	-
(+) Complemento de provisão.....	278	1	278
(-) Pagamentos.....	(28)	(1)	(28)
(+) Atualização monetária.....	61	-	61
Saldos em 31 de dezembro de 2023.....	<u>311</u>	<u>-</u>	<u>311</u>

a) **Processos cíveis:** O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$1.769 em 31 de dezembro de 2023 (R\$531 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão. b) **Processos trabalhistas:** O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$610 (R\$114 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$1.922.551, representados por 1.922.550.917 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes a Holding do Araguaia S.A. b) **Reserva legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido ajustado do exercício, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$10.411 (R\$972 em 31 de dezembro de 2022). c) **Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital:** Em 18 de abril de 2023, a Assembleia Geral Ordinária, deliberou pelo pagamento à título de dividendos, do montante de R\$13.303, inicialmente proposto como reserva de Orçamento de Capital, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pela Administração da Companhia. Em 10 de outubro de 2023, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o pagamento de R\$547 à título de dividendos, com a consequente reversão do orçamento de capital relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. d) **Dividendos e Juros Sobre o Capital Próprio:** Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$80.453 à título de dividendos e juros sobre o capital próprio, sendo: (i) R\$4.334 dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022; (ii) R\$13.850 descritos na Nota 20.c); (iii) R\$57.716 dividendos intermediários do exercício de 2023; e (iv) R\$4.453 IRRF de juros sobre o capital próprio do exercício de 2023 (dos R\$29.686 contabilizados). O saldo de R\$25.233, registrado na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”, refere-se ao saldo remanescente de juros sobre o capital próprio do exercício de 2023. A Companhia tem expectativa de realizar o pagamento até 31 de dezembro de 2024. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício.....	188.781	18.671
Reserva legal (5%).....	(9.439)	(934)
Base de cálculo dos dividendos.....	<u>179.342</u>	<u>17.737</u>
Proposta da Administração:		
Juros sobre capital próprio.....	(29.686)	-
Dividendos intermediários.....	(57.716)	-
Dividendos mínimos obrigatórios.....	-	(4.434)
Reserva de orçamento de capital.....	-	(13.303)
Dividendos adicionais propostos (a).....	(91.940)	-

(a) Os dividendos adicionais propostos sobre ações ordinárias estão sujeitos à aprovação na assembleia geral anual e não são reconhecidos como passivo em 31 de dezembro de 2023.

21. RECEITA LÍQUIDA

Política contábil: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário.....	82.053	24.461
Pedágio por equipamento eletrônico (a).....	331.526	68.795
Vale-pedágio.....	100.464	21.351
Outras.....	<u>6.531</u>	<u>2.112</u>
	<u>520.574</u>	<u>116.719</u>
Receita de construção (b).....	410.310	773.657
Receitas acessórias (c).....	75	-
Receita bruta.....	<u>410.385</u>	<u>773.657</u>
Receita bruta.....	<u>930.959</u>	<u>890.376</u>
Deduções de receita bruta.....	(42.915)	(9.687)
Receita líquida.....	<u>888.044</u>	<u>880.689</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Base de cálculo de impostos		
Receitas com arrecadação de pedágio.....	520.574	116.719
Receitas acessórias.....	75	-
	<u>520.649</u>	<u>116.719</u>

	31/12/2023	31/12/2022
Deduções		
Cofins (3%).....	(15.620)	(3.502)
PIS (0,65%).....	(3.384)	(759)
ISS (2% a 5%).....	(23.705)	(5.419)
Abatimentos.....	(206)	(7)
	<u>(42.915)</u>	<u>(9.687)</u>

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio. (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o Contrato de Concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um Contrato de Concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues. Sobre a receita de construção não há incidência de tributos. (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, por exploração da faixa de domínio das rodovias como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão.

22. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal.....	29.359	16.363
Conservação e manutenção e outros.....	22.914	2.802
Serviços de terceiros (a).....	50.201	39.493
Seguros.....	1.688	1.924
Poder concedente (Nota 18).....	12.532	11.190
Custo de construção de obras.....	410.310	773.657
Depreciações e amortizações (Notas 10 e 11).....	60.828	22.297
Locação de imóveis e máquinas.....	233	2.382
Outros custos e despesas operacionais.....	<u>11.607</u>	<u>7.059</u>
	<u>599.672</u>	<u>877.167</u>

Classificados como:
Custo dos serviços prestados..... 575.039 855.431
Despesas gerais e administrativas..... 24.633 21.736
599.672 877.167

a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	28.457	46.819
Outras receitas financeiras	377	278
	<u>28.834</u>	<u>47.097</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 14)	(40.174)	(21.276)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(9.137)	-
Variação monetária sobre debêntures (Nota 14)	(28.068)	(3.250)
Financiamentos (Nota 13)	(2.678)	-
Amortização de custo com emissão de debêntures (Nota 14) ..	(854)	(1.572)
Ajuste a valor presente sobre provisão para construção de obras (Nota 17)	(1.253)	(619)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 19)	(61)	-
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	-	627
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2) (Nota 15)	(1.674)	(878)
Juros Capitalizados	45.296	7.884
Outras despesas financeiras	(7.342)	(2.946)
	<u>(45.945)</u>	<u>(22.030)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(17.111)</u>	<u>25.067</u>

24. LUCRO POR AÇÃO

a) **Lucro básico:** O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	188.781	18.671
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>1.922.551</u>	<u>1.922.551</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,10</u>	<u>0,01</u>

b) **Lucro diluído por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

25. GERENCIAMENTO DE RISCO

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dividas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. Índice de endividamento

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	2.441.122	1.775.283
Disponibilidade (b)	<u>(1.705.920)</u>	<u>(1.327.744)</u>
Dívida líquida	735.202	447.539
Patrimônio líquido (c)	<u>2.024.902</u>	<u>1.937.373</u>
Índice de endividamento líquido	0,36	0,23

a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente circulante e não circulante, conforme detalhado nas Notas 13, 14, 15 e 18; b) Disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras - conta reserva e conta reserva poder concedente, curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5, 7 e 9; c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elige as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB), remunerados a taxa média ponderada de 99,9% do CDI em 31 dezembro 2023 (102,3% do CDI em 31 dezembro 2022), refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes e Fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Membros Efetivos	MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA)	Diretor Presidente - RUI JUAREZ KLEIN	
	ROBERTO BORGES PAIVA MAURO OLIVEIRA DIAS DANILLO DE MATOS MARCONDES RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES	Diretor Superintendente / Diretor Relação com Investidores - CARLOS EDUARDO AUICHEWSKI XISTO	
Membros Suplentes	DANI AJBESZYC	Contador: HUGO RAFAEL MITZ CRC 1PR050369/O-4 'T' GO	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.
Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais Assuntos de Auditoria
Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 21) A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.754.558 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados para administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são os seguintes:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	342.312	342.312
Clientes (b)	39.223	39.223
Aplicações financeiras (a)	87.283	87.283
Outros Créditos - conta reserva - poder concedente (c)	1.301.050	1.301.050
Passivos:		
Fornecedores (b)	47.069	47.069
Empréstimos e financiamentos (d)	470.998	467.282
Debêntures (d)	629.552	616.528
Passivo de arrendamento (d)	38.482	41.435
Obrigações com poder concedente (c)	1.301.050	1.301.050
Obrigações com poder concedente (d)	1.040	1.040

Classificação - Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo
Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (e)	316	316

a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. b) Os saldos das rubricas de “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. c) O valor refere-se a: (i) conta de Aporte de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com a autorização da ANIT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço, e (ii) da retenção de 10% da receita da Companhia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais. d) As obrigações com empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e poder concedente relativas a verba de fiscalização, estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. e) O valor do Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock estão registrados na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralisação dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta às principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços. • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa

de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “rating” AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$22.805 (R\$17.310 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”. c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	IPCA+6,66% a.a.	41.051	43.486	50.561	2.666.819
BNDES	IPCA+TLP+2,58% a.a.	20.705	20.541	23.308	580.358
BASA	IPCA+2,50830% a.a.	12.759	16.129	21.311	302.290
Passivo de arrendamento - Cfe contrato individual		11.970	10.747	8.681	10.037
		<u>86.485</u>	<u>90.903</u>	<u>103.861</u>	<u>3.559.504</u>

Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

		Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Operação	Risco			
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI (a)	26.333	32.916	39.500
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA (b)	(36.415)	(43.123)	(49.830)
Juros sobre debêntures	Alta do IPCA (b)	(60.832)	(61.734)	(62.641)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(70.914)</u>	<u>(71.941)</u>	<u>(72.971)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	9,15%	11,44%	13,73%
IPCA (b)	4,15%	5,18%	6,22%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro/2023

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transação que não envolvem caixa: No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso - CPC06 (R2)	7.243	47.768
Outros créditos - Conta reserva	177.362	51.071
Atualização Monetária - Provisão Construção	-	4.560

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

'Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova.' – Mahatma Gandhi



Café da Manhã

ULISSES AESSE

ulissesaesse6@gmail.com



Popularidade

O presidente Lula (foto) quer agora a volta de sua antiga popularidade, isto é, de alguns meses atrás. Já mexe estrategicamente em setores onde estão e estavam sendo rechaçado. O agronegócio é um deles.

Visitas

Resta saber se em suas visitas, onde o agronegócio, é forte, principalmente no Centro-Oeste, o presidente virá, também, à Goiás.

Agenda

Lula, segundo sua assessoria, já teria agendando essas visitas, que devem começar na semana que vem.

Agressão

O advogado goiano que quebrou alguns dentes de um entregador do ifood pagou uma fiança de R\$ 100 mil. Se condenado, pode pagar bem mais.

Voador

A Embraer já tem a encomenda de mais de três mil 'carros voadores'.

Atenção

Cresce no Brasil a incidência de câncer no pênis, levando, inclusive, à mutilação completa do órgão.

Barrados

Vexatória a imagens de parlamentares brasileiros proibidos de entrar no Congresso norte-americano. Um tanto quanto ridículo.

Não precisava

Como se diz, não precisavam passar por essa. Não mesmo!

Idade

Um problema que anda complicando a reeleição de Joe Biden é, também, a sua idade. O veterano presidente dos EUA tem mais 81 anos.

Dividido

Essa polarização política está acabando com o Brasil. Por aqui, nada flui e a economia cada vez mais patina.

EUA insistem, de novo, em ser donos do TikTok

A proposta é mesmo de mão única. Ou seja, o governo norte-americano quer obrigar o TikTok a ser vendido para eles, para assim poder permanecer sendo acessado no País. Caso contrário, terá que deixar de ser disponibilizado pelas marcas como Apple, Google e o usuários norte-americanos não poderão ter acesso ao TikTok. Há tempo que os Estados Unidos querem ter o controle total do aplicativo chinês, como já tem de outros bigs aplicativos como o Facebook, o Instagram, o X e o WhatsApp. Mas não conseguiu. Agora, o Congresso norte-americano votou e aprovou uma lei obrigando o TikTok a se 'tomar' americano. A justificativa absurda é que nas mãos de seu adversário econômico, no caso, a China, o TikTok é um grande perigo para os EUA. Como se o Facebook, Instagram, o X e o WhatsApp não o fossem, também, para as outras nações. Nessa, os EUA deram uma grande mancada.



Live para vender mais barato

As influenciadoras Nayara Avilar e Josy Dias apresentam hoje, às 19h, a Super Live do Consumidor do Fujioka. É uma programação do grupo especialista em Informática e Tecnologia, com promoções ao longo do mês nas lojas físicas e, também, no site. Serão mais de 20 produtos selecionados para esta data e as ofertas podem passar de 70% de desconto. A live será no YouTube e Instagram da varejista.

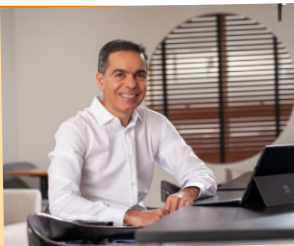


Professor Alcides recebe apoio de partidos

Vários partidos como o Avante, Republicanos, Mobiliza e DC oficializaram, na última segunda-feira, na Shalom Eventos, em Aparecida, apoio ao deputado, professor Alcides, pré-candidato à Prefeitura de Aparecida. A contribuição do senador Wilder Moraes e dos deputados José Nelto, Gustavo Gayer e Leda Borges fortalecem essa aliança. A presença dos deputados Paulo Cezar Martins, Eduardo Prado, André do Premium e Anderson Teodoro reforçam, também, a pré-campanha. O evento contou com vereadores de Aparecida de Goiânia e de Goiânia, além de lideranças políticas. Professor Alcides agradeceu a todos os vereadores pela presença e apoio coletivo.



- O diretor da Opus Incorporadora, Dener Justino (foto), já trabalha o lançamento do mais novo residencial da empresa. terça-feira que vem, às 13h30, Dener comanda, no canal da Opus no YouTube, meeting virtual para profissionais do mercado imobiliário, no qual apresenta 'a quinta torre que integrará a Reserva Ybiti, no alto do Setor Bueno'.
- Esse caso, da quebradeira da Lojas Americanas, já virou uma novela no Brasil. Seus controladores, cada vez mais ricos, e os acionistas, quase todos, desesperados.
- Na Argentina tem mais brasileiro fazendo 'Medicina' do que os próprios argentinos. O pior de tudo é que presidente Javier Milei promete interferir nessa realidade.
- Mais de um milhão de casos de dengue com quase 500 mortos. A verdade é que o governo federal negligenciou a doença.
- *Finalmente, irmãos, tudo o que for verdadeiro, tudo o que for nobre, tudo o que for correto, tudo o que for puro, tudo o que for amável, tudo o que for de boa fama, se houver algo de excelente*



APARECIDA DE GOIÂNIA

Vilmar Mariano quer investir R\$ 505 milhões em obras



Vilmar Mariano: pavimentação asfáltica em todos os bairros

REDAÇÃO

O 42º Mutirão de Aparecida, ofertará mais de 100 serviços públicos nos dias 15 e 16, sábado e domingo próximos, na Vila Maria e região. O evento é a primeira edição de 2024, e beneficiará seis bairros e 40 mil pessoas. Nesta semana as equipes da prefeitura estão na Região da Vila Maria executando serviços de manutenção das ruas e praças dos bairros que compõem a região como Cândido de Queiroz, Mont Serrat, Jardim Bonança, Parque Santa Cecília, Vila Maria e Parque América.

Na terça-feira (12), o prefeito Vilmar Mariano levou seu gabinete para o local, onde ouviu as demandas e dialogou com moradores e comerciantes locais.

Em reunião com empresários e lideranças comunitárias na Vila Maria, Vilmar comunicou que em breve diversas obras iniciarão no município.

"Eu vou colocar agora, na semana que vem ou na outra, 505 milhões em obras. Só bairros que serão asfaltados: Cristal, Rosa do Ventos, Rosa do Sul, Santa Luzia, Conde dos Arcos, 70% do Buriti Sereno, Vila Romana, Delfiori e Jardim Cascata. Mas vamos asfaltar que jeito Vilmar? Já tá com ordem de serviço e o dinheiro na conta esperando o período chuvoso parar pra gente entrar", afirmou o gestor.

Vilmar ainda disse que a construção da ponte que liga o Cândido de Queiroz com o Cândido de Queiroz 2 está no pacote de serviços, "o Antonio Ribeiro e o Rogério me cobram esse sonho antigo". "Vamos fazer 12 ligações importantes agora. Três grandes pontes na cidade onde fizeram o asfalto, mas não fizeram a ponte para dar acesso aos outros bairros. Faremos ainda, dois novos eixos na ordem de R\$ 48 milhões", disse.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Ivana Farina e Benedito Torres indicados para vaga do STJ



Ivana Farina Pena e Benedito Torres Neto: indicações

ROTA JURÍDICA

Em sessão extraordinária nesta segunda-feira (11/3), o Conselho Superior do Ministério Público de Goiás (CSMP) definiu os dois nomes que serão indicados pela instituição para concorrer à composição da lista visando ao provimento de vaga destinada ao Ministério Público no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Por unanimidade, o CSMP decidiu indicar a procuradora

de Justiça Ivana Farina Navarrete Pena e o procurador Benedito Torres Neto para disputar a vaga no tribunal superior, nesta ordem, tendo em vista o critério determinado pelo STJ, que é o de antiguidade na carreira.

O promotor de Justiça Haroldo Caetano da Silva, que havia se inscrito na disputa, apresentou renúncia à inscrição.

A Procuradoria-Geral de Justiça tem prazo até sexta-feira (15/3) para encaminhar a lista com os dois nomes.

'SÃO TEMPOS MUITO DOENTES, EM QUE A DEMOCRACIA, QUE FOI UMA CONQUISTA DA HUMANIDADE NESSE CAMINHAR NOSSO [...] QUE ISSO SEJA USADO EM DETRIMENTO E CONTRA AS PRÓPRIAS PESSOAS. SOBRE ESSAS MENTIRAS TODAS CRIADAS – E NO CASO DE GOLPE, QUE É GRAVÍSSIMO [...] E SÓ ESTAMOS FALANDO DISSO PORQUE O GOLPE NÃO DEU CERTO. SE TIVESSE [DADO CERTO], EU POR EXEMPLO SERIA UM DOS ALVOS PREFERENCIAIS'. MINISTRA DO STF, CARMEN LÚCIA



Fio Direto

Gercyley Batista

gercyley@gmail.com

Mais tempo

O governador Ronaldo Caiado (UB) só deve retornar às discussões públicas sobre as eleições em Goiânia, próximo do dia 5 de abril, quando será encerrada a janela partidária.

Sempre tem

Geralmente, é na tarde do último dia da janela partidária que ocorrem as transferências partidárias que causam as maiores surpresas: será que este ano teremos alguma em Goiânia?

De novo

Nos bastidores, o nome do ex-governador Marconi Perillo (PSDB) volta a circular como possível pré-candidato à Prefeitura de Goiânia, fato que ele nega veementemente.

Focado em 2026

O ex-governador diz que está focado na disputa pelo governo de Goiás em 2026, e que não tem interesse em concorrer à prefeitura da Capital, mas, sabe como é, né?

Só lembrando

Em 2004, o ex-governador, ex-ministro e ex-senador Iris Rezende (MDB), após derrotas para o governo, 98/2010 e para o Senado em 2002, foi eleito prefeito de Goiânia.

No peito e na raça

E por falar em PSDB, o pré-candidato a prefeito, jornalista Matheus Ribeiro, disse que não quer marqueteiro em sua campanha.

Por falar nisso

Há uma série de marqueteiros de outros estados anunciando que vão assessorar pré-candidatos a prefeito em Goiânia, porém, o histórico de profissionais de fora, geralmente, é ruim.

Prata da casa

Desde a campanha eleitoral de 1992, os marqueteiros locais têm colhido mais vitórias que os especialistas em marketing de outros estados.

Mau sinal

Empresa que administra o WhatsApp, a Meta, reduziu as verbas destinadas para checagens de conteúdo de desinformação na plataforma em pleno ano de eleição.

Bom estar de olho

Até o momento, são poucas as equipes e coordenações políticas atentas à possibilidade de monitoramento de conteúdo falso e calunioso no WhatsApp.

Sem volta

Após uma informação falsa ser publicada em um grupo de WhatsApp, é praticamente impossível represar a sua divulgação e compartilhamento: isso deveria preocupar.

Apesar dos contratempos, Vanderlan segue candidato



Não há riscos para uma alternativa diferente da indicação de Vanderlan Cardoso (PSD) como pré-candidato a prefeito de Goiânia nas eleições deste ano, pelos menos, é a informação de aliados do senador. Mesmo com as movimentações do vereador Lucas Kitão, que afirmou a intenção de disputar prévias no partido, não há um fator determinante que ameace o projeto de Vanderlan que, provavelmente, anunciará seu projeto político, em Goiânia, no final deste mês. No próprio PSD, há muito burburinho sobre as ações de Lucas Kitão serem mais midiáticas, para posicionar sua imagem na eleição deste ano, do que uma intenção realmente focada na disputa pelo executivo goianiense, o que seria bastante normal. Porém, este desalinhamento chega em um momento sensível da pré-campanha do senador, que mesmo liderando em algumas pesquisas, continua muito próximo de seus concorrentes, orbitando apenas diferenças percentuais nos limites das margens de erro dos levantamentos quantitativos. A deputada Adriana Accorsi (PT) e o deputado Gustavo Gayer (PL) seguem de perto, dentro do universo de eleitores que já definiram seus votos (em torno de 14 a 16% dos eleitores goianienses). Outra informação que parte de dentro do PSD, é que o partido não deve antecipar nenhum anúncio sobre a eleição deste ano, tudo deve seguir conforme a agenda política do senador Vanderlan, que só aguarda o anúncio de recursos oriundos de emendas parlamentares para entrar, em definitivo, no calendário pré-eleitoral. Vanderlan, também, evita comentar as ações de Kitão no partido.

Em Rio Verde, Paulo do Vale mostra força e une base

Após alguns dias de intenso debate, o prefeito de Rio Verde, Paulo do Vale (UB) conseguiu reconstruir a aliança de forças do MDB local, que estava dividido. A deputada federal Marussa Boldrin (MDB), o deputado estadual Lucas do Vale (MDB) e o pré-candidato a prefeito, Wellington Carrijo (MDB), saíram fortalecidos da articulação, com os projetos eleitorais das três lideranças devidamente conversados. Quem também sai fortalecido é o vice-governador Daniel Vilela (MDB), que também participou das articulações. O ex-deputado José Mário Schreiner também atuou profundamente para a construção destas alianças.



CAMPOS VERDES

Dr. Rogério lidera com 55% dos votos na disputa a prefeito



Dr. Rogério: líder com folga em Campos Verdes

REDAÇÃO

Na mais recente pesquisa estimulada sobre as eleições municipais em Campos Verdes, o pré-candidato Dr. Rogério desponta como favorito, conquistando impressionantes 55,00% de intenção de votos. Em um distante segundo lugar, figura o atual vice-prefeito Wallas Correia, com 11,43%, seguido por Wingleison, com 6,43%, Noé, com 3,57%, e Vilmar da Cerâmica, com 3,21%.

Outro aspecto crucial revelado pela pesquisa é a influência do atual prefeito Haroldo Naves nas eleições. Um expressivo 65% dos moradores afirmaram que votariam em um candidato apoiado por Naves. Além disso,

em um confronto direto, o Dr. Rogério teria 65,71% e Wallas 16,43%.

A pesquisa, conduzida de forma quantitativa, foi realizada em 08/03/2023, abrangendo entrevistas pessoais em domicílio e em pontos de fluxo, a margem de erro é de 4,7% para mais ou para menos. Com um plano amostral meticuloso, que incluiu ponderações quanto a sexo, idade, grau de instrução e nível econômico, foram entrevistadas 280 pessoas, garantindo uma representatividade do eleitorado de Campos Verdes/GO.

O registro da pesquisa foi realizado sob o número GO-02556/2024.

GOIÁS SOCIAL MULHER

Vapt Vupt realiza 3 mil atendimentos



Governo de Goiás: justiça social e cidadania

REDAÇÃO

As equipes do Vapt Vupt realizaram três mil atendimentos durante os cinco dias da ação Goiás Social Mulher, promovido pelo Governo de Goiás para celebrar o Dia das Mulheres, na última semana.

O serviço do Vapt Vupt mais procurado durante o evento foi o atendimento para CPF, com 1.033 atendimentos. Em seguida, a emissão da carteira de identidade nacional (CIN), em que 922 pessoas solicitaram o documento. Com a nova CIN, o número de identificação passa a ser o CPF, o que obriga o cidadão a regularizar o documento.

O evento foi uma edição especial da ação Goiás Social, com oferta de serviços voltados para o público feminino, e ultrapassou a marca de 156 mil atendimentos. Mais de 215 mil pessoas circularam pelos espaços das diversas secretarias em busca de atendimentos para serviços do Governo de Goiás.

O Vapt Vupt ofertou os serviços mais requisitados nas agências, como atendimentos para RG, CPF, Detran, Ipasgo, Goiásprev e multifuncional.

A equipe do Vapt Vupt também foi responsável pela distribuição de quatro mil senhas para realização dos sorteios das geladeiras para as mulheres inscritas no programa Mães de Goiás.

A iniciativa, organizada pelo Gabinete de Políticas Sociais (GPS) e coordenada pela primeira-dama Gracinha Caiado, reuniu 15 órgãos estaduais e parceiros, com oferta de 40 serviços gratuitos em um único local - na Praça Cívica.

Além dos serviços do Vapt Vupt, durante os cinco dias de evento foram realizados cadastros para benefícios sociais; entregas de cartões de programas como Mães de Goiás e Goiás Por Elas; atendimentos da Defensoria Pública, além de espaço de beleza e autocuidado, entre outros serviços.

Troca-troca de partidos mobiliza vereadores em Goiânia até abril



Sandes Júnior (PP)



Wellington Bessa (DC)



Raphael da Saúde (DC)



Luciula do Recanto (PSD)



Sargento Novandir (Avante)



Jaime Monteiro (Avante)



Léo José (Republicanos)



Pedro Azulão Jr (PSB)



Pastor Wilson (PMB)



Igor Franco (SD)

Maioria dos 35 parlamentares busca siglas que possibilitem maiores chances de conquista de novos mandatos em 6 de outubro

HELTON LENINE

Com a vigência da janela partidária, dia 7 deste mês, começou a correria na Câmara Municipal de Goiânia: maioria dos 35 parlamentares busca nova sigla para aumentar as chances de reeleição no pleito de 6 de outubro.

Alguns partidos não aceitaram filiações de vereadores – argumentam que, por terem votações altas, eles afastam pretendentes com capacidade eleitoral menor. Assim, as grandes legendas – MDB, PL, Progressistas, Republicanos e União Brasil terão maior presença de parlamentares.

Termina em 5 de abril o prazo para o troca-troca partidário. Por isso, os vereadores goianienses têm pressa em definir nova sigla.

Quem muda

Filiado ao Progressistas desde 1999, Sandes Júnior deverá migrar para o MDB ou União Brasil. Ele vai conversar com o vice-governador Daniel Vilela e com o governador Ronaldo Caiado. Sandes é ressentido com a decisão do presidente estadual do PP, Alexandre Bady, de retirá-lo da presidência municipal do partido. Alega que o PP não consegue montar “chapa competitiva” para vereador na capital.

Wellington Bessa deverá deixar o Democracia Cristã (DC) e filiar-se ao MDB ou Podemos. Ele conversa com o vice-governador Daniel Vilela e com o deputado federal Glaustim da Fokus.

Raphael da Saúde admite permanecer no Democracia Cristã, mas espera a formação da chapa de candidatos a vereador.

Luciula do Recanto está de “malas prontas” para deixar o PSD, que não tem chapa competitiva em Goiânia para vereador. Ela deverá migrar para o MDB.

Lucas Kitão não deverá ser candidato à reeleição. Ele lançou pré-candidatura a prefeito, pelo PSD. O partido tem também o pré-candidato Vanderlan Cardoso. Decisão apenas na convenção de julho.

Sargento Novandir e Jaime Monteiro pertencem ao Avante, mas, por falta de chapa, admitem trocar de legenda. Jaiminho, como é conhecido, namora o Agir. Novandir conversa com o PL e MDB.

Léo José deve deixar o Republicanos e conversa com as direções do Solidariedade, Podemos e Cidadania. Léo José vai tomar decisão em bloco, com os vereadores Paulo Henrique da Farmácia (Agir), Raphael da Saúde, Joãozinho Guimarães (Solidariedade), Edgar Diniz (PMB).

Joãozinho Guimarães tem tendência de permanecer no Republicanos, mas conversa com os colegas sobre novas alternativas partidárias.

Paulo Henrique da Farmácia, do Republicanos, diz que tem diálogo com Solidariedade, Podemos e Progressistas.

Pedro Azulão Jr confirma saída do PSB, mas ainda não decidiu qual partido irá se filiar. Tem convite do MDB.

Pastor Wilson deve deixar o PMB e migrar para o PRD (antigo Patriota) ou Solidariedade.

Igor Franco não decidiu ainda se vai permanecer ou não no Solidariedade.

Pelo menos nove vereadores goianienses trocaram de partidos nos últimos três anos, em acordo com as direções das siglas ou por fusões que ocorreram. Há casos de vereadores que enfrentaram processos na Justiça.

Entre os vereadores que já mudaram de partido estão Lucas Kitão, eleito pelo PSL, agora no PSD; Sabrina Garcêz também acionou a Justiça sob alegação de discriminação no PSD; Anderson Sales, que trocou o União Brasil pelo Solidariedade; Igor Franco, do Pros para o Solidariedade; Leandro Sena, do Republicanos para o Solidariedade; Léo José, do PTB para o Republicanos; Ronilson Reis, do Podemos para Solidariedade; e Sargento No-

vandir, do Republicanos para o Avante.

Quem fica

Os vereadores Anselmo Pereira, Henrique Alves, Denício Trindade, Dr. Gian, Izídio Alves e Kleybe Moraes não pretendem deixar o MDB.

Aava Santiago (PSDB), Anderson Sales (Solidariedade), Cabo Sena (PRD), Isaias Ribeiro (Republicanos), Juarez Lopes (PDT), Leandro Sena (Solidariedade), Leia Klebia (Podemos), Paulo Magalhães (União Brasil), Welton Lemos (Podemos) e Willian Veloso (PL) também não pretendem trocar de legendas.

Também não pretendem mudar de partido Kátia Maria (PT), presidente estadual da legenda, e Sabrina Garcêz (Republicanos), presidente municipal do partido.

O presidente da Câmara Municipal de Goiânia, Romário Policarpo não pretende sair do PRD (antigo Patriota), pois é aliado do presidente municipal da sigla, Jorcelino Braga.

Calendário eleitoral está em vigor, avisa Justiça Eleitoral

Começou no dia 7 de março e vai até 5 de abril o período em que vereadores poderão trocar de partido para concorrer às eleições sem perder o mandato. Todas as legendas e federações partidárias devem registrar seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) até o dia 6 de abril. Vence no dia 5 de abril, uma sexta-feira, o prazo para candidatos mudarem de partido político ou transferirem domicílio eleitoral, mirando a eleição deste ano.

Após o período do alistamento, a Lei das Eleições (Lei Federal nº 9.504/1997) determina que nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência seja recebido dentro dos 150 dias anteriores à data da eleição. Portanto, a partir de 9 de maio, o cadastro está fechado.

Neste ano, desde o dia 1º, todas as pesquisas de opinião pública sobre intenção de voto em candidatos às eleições municipais de 2024 devem ser registradas no TSE até cinco dias antes da divulgação dos resultados.

Entre 15 e 17 de maio, ocorrerá o Teste de Confirmação do TPS, na sede do TSE, em Brasília. O objetivo é verificar se as soluções aplicadas pela equipe técnica foram suficientes para corrigir os achados encontrados durante o Teste Público de Segurança da Urna (TPS).

Pré-candidatos poderão iniciar a campanha de arrecadação prévia de recursos na modalidade de financiamento coletivo a partir de 15 de maio de 2024. No entanto, não poderão ainda fazer pedidos de voto.

Já as convenções partidárias para deliberar sobre coligações e escolher candidatos às prefeituras e câmaras de vereadores poderão ser realizadas entre 20 de julho e 5 de agosto. As candidaturas devem ser registradas na Justiça Eleitoral até 15 de agosto. A propaganda eleitoral estará liberada a partir do dia seguinte, 16. Até lá, qualquer publicidade ou manifestação

com pedido explícito de voto pode ser considerada irregular e é passível de multa.

Pré-candidatos que apresentem programas de rádio ou de televisão ficam proibidos de fazê-los a partir de 30 de junho de 2024. Já em 6 de julho, passam a ser vedadas algumas condutas por parte de agentes públicos, como a realização de nomeações, exonerações e contratações, assim como participar de inauguração de obras públicas.

CINEMA

Sou do mundo, sou Minas Gerais

JUVENAL PEREIRA/ DIVULGAÇÃO

Documentarista Ana Rieper lança filme que retrata trajetória construída pelo Clube da Esquina na música brasileira. Ela fala, dentre outras coisas, sobre o desafio que foi realizar recorte para contar história

MARCUS VINÍCIUS BECK

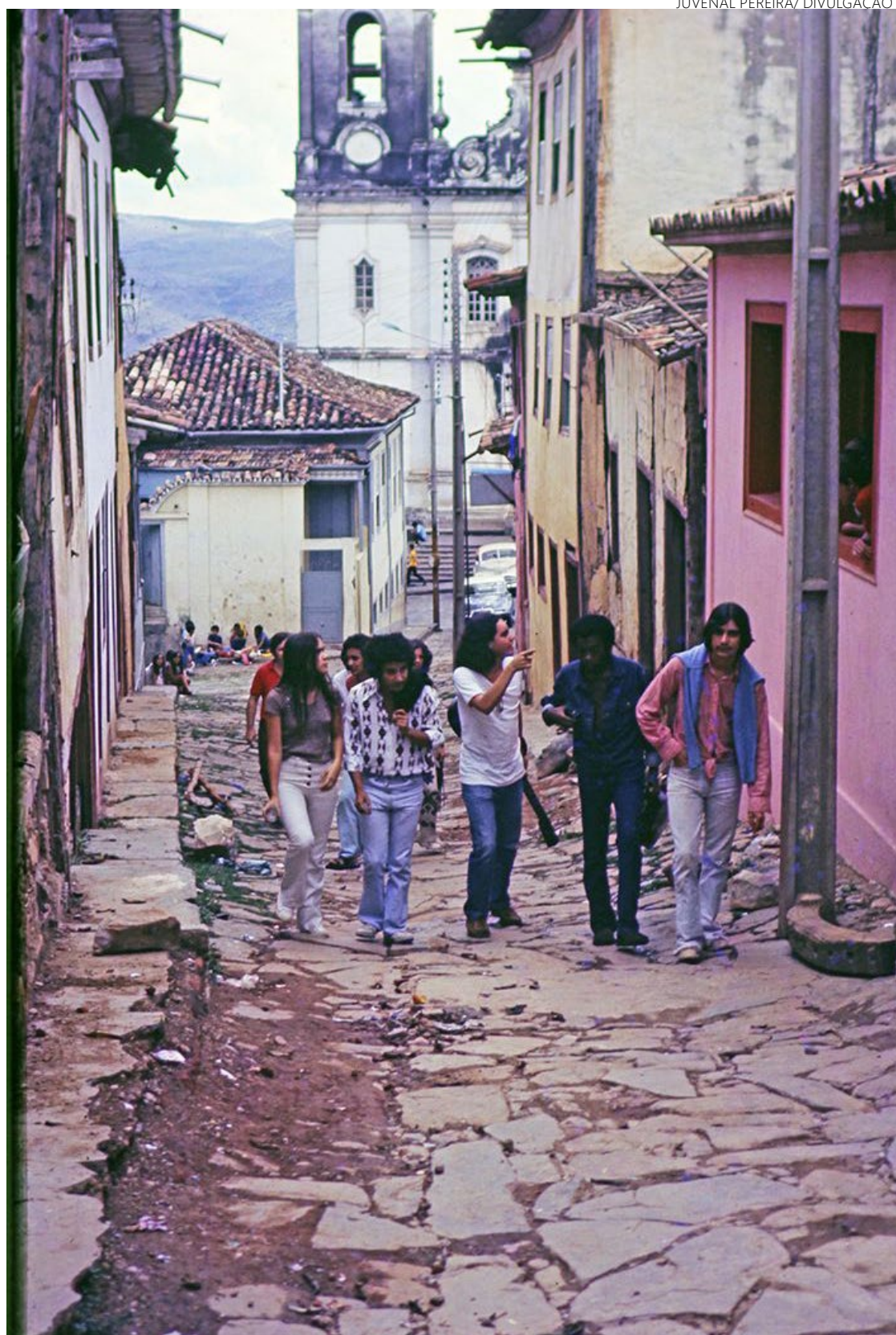
Maior coletivo da música brasileira, o Clube da Esquina ganha o documentário “Nada Será Como Antes” pelas lentes da diretora Ana Rieper. Milton Nascimento e Lô Borges - então com 16 anos - criaram um dos melhores discos que se tem notícia. “Clube da Esquina”, de 72, foi o primeiro elepê duplo do nosso canção e teve o brilho instrumental de músicos como Nivaldo Ornelas, Toninho Horta, Beto Guedes, Robertinho Silva, Flávio Venturini, Wagner Tiso e Márcio Borges.

Havia uma sonoridade única, em que se identificavam elementos pinçados do supergrupo Crosby, Stills, Nash & Young e dos rocks assinados pela dupla Lennon e McCartney. Milton esteve à frente do projeto e escolheu orquestrar um trabalho grupal, como se ele e Lô vivessem numa comunidade - num clube. Carioca adotado ainda pequeno por pais que se mudaram para Três Pontas (MG), o cantor vocaliza parte considerável das composições.

Embora fincado em raízes mineiras, o Clube da Esquina nunca foi só de uma esquina, nem de uma turma, tampouco de um bar e, convenhamos, muito menos de Belo Horizonte. Pertence ao mundo, àqueles que ouvem o trem azul, sabem que nada será como antes e se deixam levar pelo girassol que colore uma certa madeira. Pode-se dizer que o coletivo continua vivo nas músicas, nas letras, no amor, nos filhos e a quem mais essa obra chegar.

À imprensa, a diretora diz que o filme mergulha no processo de criação artística, nas influências, nas casualidades algumas vezes pueris que levaram a um resultado mágico, nas formas de relação com cada instrumento, nas descobertas de caminhos para arranjos e na poética das letras. “Em torno desses elementos, o filme se desenvolve, sem abrir mão de contar a história do encontro desse grupo de artistas jovens, idealistas, descontraídos e geniais”, observa a diretora, que tem abordado a relação entre música e sociedade.

Os artistas se embalavam por amplificadores de consciência fermentados, destilados ou fumados. Lô amava o rock dos anos 60, tanto que chegara a tocar num grupo cover chamado Fab Four, apelido de Lennon, McCartney, Harrison



Inventivo: coletivo mineiro criou obra original e transformou cultura brasileira, nos anos 1970

e Starr criado pelo jornalista Tony Barrow. E, no entanto, o jovem belo-horizontino se alucinava também com aquele modernismo musical tocado por João Gilberto, figura emblemática para a bossa nova.

Pedro Alexandre Sanches, pesquisador, afirma no livro “Álbum 2” (Editora Sesc) que o time reunido ali tinha o peso de “cinco seleções brasileiras de futebol”. Havia muita gente boa. A cantora Joyce Moreno, por exemplo, definiu tantas vezes o Clube da Esquina como “um clube do bolinha”. Apenas uma mulher, Alaíde Costa, cantora surgida uma geração antes de Milton Nascimento, participa da comunidade sonora colocada em pé pela dupla Milton-Lô, no samba “Me Deixa em Paz”.

Essa turma criou uma sonoridade inconfundível e, a partir dela, revolucionou as músicas brasileira e mundial. Ana Rieper, a diretora de “Nada Será Como Antes - A Música do Clube da Esquina”, que entra

em cartaz nos cinemas goianos no próximo dia 28 de março, revela histórias inéditas e curiosidades em torno daquele que, sem dúvida, é um dos momentos mais célebres da cultura brasileira. Não por acaso, aplaudiram-lhe na Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, evento tradicional para o calendário do audiovisual nacional.

Filme sensorial

“Nada Será Como Antes - A Música do Clube da Esquina” é um filme sensorial. Dentre acordes e memórias, os artistas evocam a música dos jazzistas John Coltrane e Miles Davis como elementos essenciais à sonoridade dos cinemas. O saxofonista Nivaldo Ornelas compara tal musicalidade com o Genesis, banda importante para o desenvolvimento do rock progressivo nos anos 70 - fizeram parte dela, por exemplo, Phil Collins e Peter Gabriel.

Um dos momentos de maior

emoção recai nas notas virtuosas do guitarrista Toninho Horta. Para o lendário músico, numa colocação poética, os ruídos do Clube da Esquina se assemelham aos “contornos das montanhas” de Minas Gerais. Ao contar a história do coletivo, é preciso lembrar também que o cinema transformou esses artistas. Dificilmente teria existido o Clube da Esquina sem as narrativas audiovisuais construídas por François Truffaut, especialmente “Jules e Jim”, que fez Milton virar parceiro de Márcio Borges.

Outro momento comovente, talvez o mais comovente ao longo dos 79 minutos, é o depoimento de Lô Borges. Quando conheceu Milton, Lô percebeu que diante dos seus olhos havia um camarada para vida toda. “Acho que ele teve a mesma sensação em relação a mim. Foi um encontro para sempre”, conta à diretora Ana Rieper, que pôs Lô para conversar com velhos parceiros em estúdio.

“O filme se desenvolve, sem abrir mão de contar a história do encontro desse grupo de artistas jovens” - **Ana Rieper, cineasta**

Ele e o irmão Márcio Borges, inclusive, protagonizam o documentário.

Também, ora pois, pudera: Márcio retrata a história do coletivo no livro “Clube da Esquina 40 Anos”, rodado pela Imprensa Universitária, da Universidade Federal de Minas Gerais (UMG). “É uma coisa interessante esse mix da música de Milton Nascimento com Lô Borges. Acho isso fundamental para que o álbum tenha se tornado algo original”, reflete o artista, num definitivo depoimento, disponível na obra citada nesta reportagem.

O embrião do Clube da Esquina cresceu quando Marilton Borges se mudou com a família para o edifício Levy, no Centro de BH, e conheceu Milton nas escadas do prédio. Marilton percebeu que era melhor, em termos de acústica, tocar violão na escadaria. Até que, certa vez, está lá ele dedilhando escalas e desenhando acordes, e eis que escuta um outro violão - morava no 17º andar - embaixo. De imediato, boquiaberto, sua reação foi pensar “uai”.

“Foi assim que Bituca e eu nos conhecemos”, recorda-se, na obra. No Rio de Janeiro, cidade para a qual Lô foi convidado a ir, a harmonia de Milton impactou nomes como Tom Jobim, que até chegara a reger a psicodélica “Trem Azul”, do primeiro disco do Clube da Esquina, o célebre elepê duplo lançado em 1972. “Lô Borges”, o disco do tênis, demonstra a poesia que Milton percebeu. Poesia, aliás, que o artista sempre gostou. Ele e o clube.

Nada Será Como Antes

Diretora: Ana Rieper

Gênero: documentário

Duração: 79 minutos

Dia 28 de março nos cinemas



DIVULGAÇÃO



Violeiros fazem show em Aparecida

Décima primeira e última apresentação de “Viola Encantos de Goiás”, os músicos Anacleto e Catupé chegam ao final da turnê que percorreu municípios de Goiás, levando o som da viola para públicos diferenciados e carentes de ações culturais e artísticas.

A última toada será nesta quinta-feira, 14, às 14h, no Colégio Professor José Lopes, no Jardim Tropical, em Aparecida de Goiânia. A apresentação é gratuita. A turnê acontece desde outubro de 2023, passando por instituições de atendimento a idosos, escolas públicas, igrejas e centros de referência em diferentes cidades do estado.

Os locais das apresentações foram especialmente escolhidos para garantir acesso a um público diverso. Segundo Anacleto, cada pessoa reage de uma maneira diferente ao que está ouvindo, mas em geral, todos se sentem comovidos pela proximidade que esse instrumento tem da nossa história de vida, de um povo que tem em suas raízes uma origem rural. (Redação)

Noise promove rodada de palestras

Nem só de música vive o Goiânia Noise Festival. Este ano, além dos mais de 40 shows que serão realizados entre os dias 12 e 14 de abril, no Oscar Niemeyer, o evento promove também mais uma edição do Noise na Escola, uma ação que prevê uma série de palestras e oficinas para capacitação, formação e qualificação profissional em diversas áreas ligadas à música.

O Noise na Escola será realizado de 8 a 11 de abril, no Instituto de Educação em Artes Gustav Ritter. Na semana que antecede os shows, o festival recebe palestrantes de São Paulo, Brasília, Londrina e Goiânia para discutirem e tratarem de temas como acústica ambiental, banda no palco, produção de shows e elaboração de projetos culturais.

Entre os palestrantes estão o arquiteto e DJ Alexandre Perini, de Goiânia; o produtor e gestor cultural Marcelo Domingues, fundador do festival Demo Sul, de Londrina (PR); o técnico de som e diretor de palco Frango Kaos, que trabalha com o músico Hamilton de Holanda e já trabalhou com o Móveis Coloniais de Acaju; e o também produtor cultural André Siroto, de São Paulo. (Redação)

DIVULGAÇÃO



DIVERSÃO & ARTE

Preparativos para a Semana Santa

Encenação da Paixão de Cristo chega com status de ser uma das mais importantes do País. Diretor espiritual diz que haverá “emoções”

DIVULGAÇÃO



Expectativa é que pelo menos 20 mil pessoas acompanhem evento

RICARDO VINÍCIUS

A Semana Santa, que acontece neste mês de março, é um momento sagrado para os cristãos. A Paixão de Cristo é um dos momentos mais marcantes e tradicionais da Paróquia Nossa Senhora da Assunção. Em parceria com a Associação Cultural Arraiá Chapéu do Vovô e Grupo Teatral Nosso Dom Vem de Deus, artistas já estão realizando todos os ensaios para a realização da 28ª edição do espetáculo que reúne milhares de pessoas.

A encenação traz ainda vários ícones da cultura goiana, como os farricocos da procissão do fogaréu, folia de reis, momentos de artes circenses, tecido acrobático e ainda vários momentos com a integração do

público presente.

O evento será realizado na sexta-feira da paixão, dia 29 de março, às 19h, no estacionamento do Clube dos Bancários em Goiânia (Av. Planície, 454, Vila Itatiaia), e a entrada é 1kg de alimento não perecível. Essa encenação chega com status de ser a segunda maior do Brasil.

Ao todo, o espetáculo conta com uma equipe que supera mais de 350 fiéis voluntários que assumem o papel de atores, dançarinos, diretores e equipe de produção, todos membros da comunidade que se preparam e dedicam meses para realizar o que é considerado o maior espetáculo da via sacra do Centro-Oeste, podendo ser considerada a segunda maior apresentação do Brasil contabilizando o público presente em um único dia.

Padre Marcos Rogério, diretor espiritual, destaca que para o ano de 2024 o público poderá esperar grandes emoções, com uma grandiosa estrutura física que deve atender confortavelmente o público presente no evento, com áreas reservada para cadeirantes, idosos e portadores de necessidades especiais, arquibancadas, cadeiras, praça de alimentação, e um amplo espaço para integração de toda a comunidade.

Ele afirma que a previsão de público presente é de mais de 20 mil pessoas, além da transmissão ao vivo pela pelo Youtube e redes sociais, que em edições anteriores já contabilizaram um acesso de mais de 100 mil pessoas simultaneamente.

Monólogo chega ao Pedro Ludovico

DENISE MENDES/ DIVULGAÇÃO



Da telinha aos palcos: ator coleciona trabalhos na TV Globo

“Conto de Primaveras”, monólogo encenado neste sábado, 16, Zabriskie Teatro ((Av. Antônio Martins Borges, 121, St. Pedro Ludovico), é uma poesia às diferenças, onde o narrador expõe sua trajetória de vida amaldiçoada desde antes de sua concepção.

Em meio ao caos do aprendizado, ele descobre, inspirado pelo tempo, seu melhor amigo, a fórmula mágica para curar o mundo de todas as suas mazelas.

Com textos e direção assinados por Paulo Vespúcio, a peça é íntima e fala sobre singularidades. No palco, o ator discorre a respeito da vida. É um chamado ácido e lúdico para discutir a necessidade urgente da aceitação e valorização das

diferenças, vendo nelas a única forma do ser humano ascender para uma nova era de progresso real da sociedade

“Sempre quis sentar em um banquinho e com minhas palavras, mexer na imaginação daqueles que estivessem sentados à minha frente. Nem sei explicar como foi o processo de chegar a sentar nesse banquinho e contar pela primeira vez uma história, criada por mim. Só depois de 38 anos de ofício, faço o meu primeiro monólogo”, afirma Paulo Vespúcio.

Paulo se tornou conhecido do público pela sua atuação em novelas da TV Globo: “Cablôca”, “Laços de Família” e “Porto dos Milagres” são alguns dos trabalhos que fez na tevê. (Ricardo Vinícius)

HORÓSCOPO

- Áries (21/3 a 20/4)**

Nem todos os planos podem dar certo e tretas não estão descartadas nas amizades, mas depois o astral vai melhorar e seus instintos estão despertos. Saiba onde pisar.
- Touro (21/4 a 20/6)**

Ainda bem que o clima vai melhorar bastante e seus ideais vão ficar mais protegidos. Aliás, um sonho que se persegue há tempos pode ser alcançado e o amor faz parte do combo.
- Gêmeos (21/3 a 20/4)**

Aos poucos, veja só, o dia ficará mais positivo e as coisas vão andar. Na paixão, alguém de destaque pode pegar o seu coração de jeito e a química de vocês será poderosa.
- Câncer (21/6 a 20/7)**

Amigos, pessoas queridas e o moção estarão do seu lado e você terá boas oportunidades para realizar as mudanças com as quais vem sonhando. Seus encantos podem cativar.
- Leão (22/7 a 22/8)**

Vibes astrais positivas vão chegar da metade da tarde em diante, as chances de faturar vão ficar mais nítidas. Atração forte deve pintar na paixão. Se jogue no amor, sem medo.
- Virgem (23/8 a 22/9)**

Pode encontrar alguém que combina super contigo e engatar um lance de futuro. Namoro à distância também vai contar com bons estímulos e o romance fica blindado.
- Libra (23/9 a 20/10)**

Briguinhas com o moção ou o crush podem afetar seu astral, mas com paciência, diálogo e boa vontade, vocês terão mais chances de entrar em acordo. Boa noite de sexo à vista.
- Escorpião (23/10 a 21/11)**

A paixão será o ponto alto do dia e se você quer conquistar alguém, abuse da sedução e autoconfiança, pois tem tudo pra dar match e embarcar em um lance de futuro.
- Sagitário (22/11 a 21/12)**

O convívio com a turma de casa vai ganhar importância e você deve curtir momentos deliciosos com a família. Se está na pista, pode pintar um clima com um colega.
- Capricórnio (22/12 a 20/1)**

Hoje o cenário tá perfeito para investir em seus sonhos afetivos e a hora de expor o que sente é agora: o crush não vai resistir ao seu carisma e boa lábia. Fluidez no trabalho.
- Aquário (21/1 a 19/2)**

Respire fundo, conte até cem e controle os ímpetos para não implicar tanto com os outros. Mas esse astral treteiro perde força ao longo da tarde e, bem, o trabalho vai render.
- Peixes (20/2 a 20/3)**

Se o coração está vago, chegou a hora de mudar o status e o bom é que alguém que você já conhece pode se declarar, querendo ocupar o posto. Astral romântico no seu radar.

**MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE GOIÁS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2024**

O Município de Santa Terezinha de Goiás, através da Agente de Contratação, torna público que realizará em sessão pública no site: eletrônico www.slicx.com.br, na forma da Lei nº 14.133/2021, a seguinte licitação: Modalidade: Concorrência Eletrônica nº 001/2024; Data e Horário: 28/03/2024 às 09h00min; Objeto: Contratação de empresa para Execução de Obra em Forma de Empreitada Global para Construção do Parque de Exposições do Município de Santa Terezinha de Goiás - GO, conforme especificado no edital e demais anexos. Edital e informações na Rua Dona Julia, s/nº, Centro e nos sites: www.santaterezinhadegoias.go.gov.br e www.slicx.com.br "Acesso Identificado no link - "Licitações". Santa Terezinha de Goiás/GO, 13/03/2024. Katia Denise Miranda Evangelista - Agente de Contratação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MINEIROS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2024**

O MUNICÍPIO DE MINEIROS, inscrito no CNPJ sob o nº 02.316.537/0001-90, por intermédio do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO- SAAE, torna público, que fará realizar no dia 28 de março de 2024, em sessão pública eletrônica realizada na plataforma Bolsa Nacional de Compras - BNC, a partir das 09:00 (nove) horas - horário de Brasília, licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por item para aquisição do material de pré moldados de concreto diversos, conforme disposições do termo de referência em anexo. Fim do cadastramento das propostas 28/03/2024 às 08hrs00min. Início da sessão pública no dia 28/03/2024 às 9hs00min. O edital e o recebimento da proposta estará disponível a partir de 14/03/2024, encontra-se disponível, na íntegra, nos endereços www.mineiros.go.gov.br, <http://bnc.org.br> e www.gov.br/pncp/pt-br/pncp. Frisa-se que ao presente Pregão é Regido pela Lei 14.133/2021, Decreto Federal no 10.024/2019, Decreto Municipal no 004/2024. Lei Complementar no 123/2006 e suas alterações. Informações: licitacao@mineiros.go.gov.br ou pelo telefone (064) 3672-7816. Mylla Cristtyn Barbosa Brito - Pregoeira Oficial

**SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS
FARMACÊUTICOS DO ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

DIA: 20 de março de 2024. Endereço: Rua 5 nº 691, sala de reuniões II - mezanino, Ed. The Prime Tamandaré Office, Setor Oeste, Goiânia-Go. **Pauta:** Autorizar a Diretoria a Negociar e Fimar Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2026, inclusive a responder a dissídio na Justiça do Trabalho, se necessário for, com os seguintes Sindicatos: Sindicato dos Empregados no Comércio no Estado de Goiás – Secege; **1ª Convocação:** 16:00H - **2ª Convocação:** 16:30H. Sindicato dos Empregados no Comércio de Cidades Novas-Goiás; **1ª Convocação:** 17:00H - **2ª Convocação:** 17:30H. Goiânia, 14 de março de 2024.

João Aguiar Neto - Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO CÉU
AVISO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA POR PREÇO GLOBAL Nº 003/2024.**

A Prefeitura Municipal de Chapadão do Céu Estado de Goiás, através da Comissão de Licitações, torna público para o conhecimento de todos os interessados que fará realizar no dia 29 de março de 2024, às 09:00 horas, no Sistema BNC, Concorrência Pública, visando a Empreitada por Preço Global para construção e ampliação de arquibancadas, conforme descrito nos projetos, plantas e memorial descritivo anexo ao Edital de CP 003/2024 nos termos da Lei Federal nº. 14.133 de 01 de Abril de 2021. Para maiores informações, poderão ser obtidas na sala de Licitações desta Prefeitura, em horário normal de expediente sendo das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 17h00min, ou pelo telefone 0*64 3634-1228. Chapadão do Céu – GO, 14 de março de 2024. Ricardo Himuro - Agente de Contratação

EDITAL

LÚCIA MARIA VALADÃO, Oficial Substituta do Cartório de Registro de Imóveis da 2a (Segunda) Circunscrição, da Comarca de Goiânia — GO., na forma da Lei, etc.... **FAZ PÚBLICO**, para conhecimento de quem possa interessar em cumprimento ao **artigo 216-A, da Lei no 6.015, de 31/12/1973, com suas alterações, combinado com o artigo 413, do Código Nacional de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça - Foro Extrajudicial (CNN/CN/CNJ-Extra) e artigo 1.220, do Código de Normas e Procedimentos do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás**, do quantos este Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, foi protocolado nesta Serventia em 13/11/2023, sob no 300.173, LO I, Requerimento instruído com demais documentos pertinentes para reconhecimento do Direito de Propriedade através de Usucapião Extraordinário Extrajudicial, apresentado pela requerente: **EDWIGES CONCEIÇÃO CARVALHO CORRÊA**, brasileira, natural de Conceição do Aragua/WPA, advogada, declarou ser solteira e não manter união estável com nenhuma pessoa, portadora da Cédula de Identidade Profissional no **18221/0AB/GO e inscrita no CPF/MF: 304.891.481-15**, residente e domiciliada à Rua 9, no 123, Quadra U, Lote 07, Setor Norte Ferroviário, Goiânia-GO, referente ao imóvel: **LOTE NO 07, da QUADRA NO U, no 123, situado à Rua 09, no loteamento denominado SETOR NORTE FERROVIÁRIO, nesta Capital, com área total de 376,68m2, matriculado sob no 20.485, LO 2, pertencente ao território desta Circunscrição Imobiliária**, constando em in loco casa residencial, em nome dos proprietários: **PAULO ROBERTO DE ANDRADE, estudante, SOLANGE MARIA DE ANDRADE, estudante, menores púberes, SANDRO BATISTA DE ANDRADE, GERALDO MARTINS DE ANDRADE FILHO e ROSANA ABDIA DE ANDRADE, menores impúberes, filhos de ISABEL BATISTA DE OLIVEIRA**, viúva, do lar, **CPF/MF: 195.580.581-49, TE. N 5.4077 2a Zona- GO, todos brasileiros, residentes e domiciliados na Cidade de Uruana-GO, à Rua 19, no 205. A requerente afirma que tem a posse do imóvel há aproximadamente 32 (trinta e dois) anos. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados e ciência de terceiros eventualmente interessados em relação ao pedido para manifestar neste Cartório, situado no endereço constante do cabeçalho, no prazo legal de quinze (15) dias a contar da publicação deste, a não contestação implicará anuência dos fatos alegados, sendo reconhecido o pedido de Usucapião Extrajudicial, nos termos da legislação vigente e pertinente a matéria. **DADO e PASSADO** nesta Capital e Comarca de Goiânia — GO., aos quatro (04) dias do mês de março (03) de dois mil e vinte e quatro (2024).**

LÚCIA MARIA VALADÃO-22787666
LÚCIA MARIA VALADÃO
22787666
22787666

LÚCIA MARIA VALADÃO
Oficial Substituta

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024**

O Município de Iporá-Go, por meio do Pregoeiro Oficial, designada pela Decreto n. 108/2023, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO na forma ELETRÔNICA do tipo menor preço por item, cujo objeto **Registro de preços para futura e eventual aquisição de madeira de lei serrada que serão utilizados na manutenção e conservação de pontes, mata-burros e outras manutenções para atende a necessidade do município de Iporá Go.** A realização do certame está prevista para o dia 27 de março de 2024, às 08h00min - horário de Brasília. O Edital completo está à disposição dos interessados nos dias úteis das 07h00min às 11h00min das 13h00min às 17h00min. Obtenção do edital no e-mail: licitacao@ipora.go.gov.br e <http://ipora.go.gov.br/licitacao/> Informações: Fone: 0800 358.4845 – Av. São José nº 11, Centro, Iporá – GO – Sala de Licitações. Município de Iporá, aos 13 dias do mês de março de 2024.

LUIZ MARCIO MARTINS COSTA - Pregoeiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAUPACI
PREGÃO ELETRÔNICO n. 002/2024.**

OBJETO: Registro de Preços para a futura e eventual Aquisição de Van para a Secretaria de Saúde, conforme Emenda Parlamentar Impositiva n. 1421/2023. DATA E HORA DE REALIZAÇÃO: às 09:00h do dia 28/03/2024. PLATAFORMA: Bolsa Nacional de Compras – bnc.org.br. DISPONIBILIDADE DO EDITAL: jaupaci.go.gov.br. INFORMAÇÕES: comissaoelicitacao2017@gmail.com; Contato: (64) 3688-1120 e 3688-1130. Jaupaci/GO, 12/03/2024.

Ludmila Rosa A. Silva
Pregoeira

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2024 – OBJETO: EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS GRÁFICOS, conforme especificações no edital e seus anexos. **ABERTURA e JULGAMENTO** será a partir das **09H00MIN DO DIA 01 DE ABRIL DE 2024**, no Prédio da Prefeitura Municipal, sediada na Praça dos Três Poderes, s/n.º, Centro. O Edital pode ser acompanhado e retirado no site: www.barroalto.go.gov.br. Barro Alto/GO, 14 de março de 2024 – EDCARLOS OLIVEIRA – Gestor do Executivo.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 012/2024 – OBJETO: EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MANILHAS DE CONCRETO, conforme especificações no edital e seus anexos. **ABERTURA e JULGAMENTO** será a partir das **09H00MIN DO DIA 03 DE ABRIL DE 2024**, no Prédio da Prefeitura Municipal, sediada na Praça dos Três Poderes, s/n.º, Centro. O Edital pode ser acompanhado e retirado no site: www.barroalto.go.gov.br. Barro Alto/GO, 14 de março de 2024 – EDCARLOS OLIVEIRA – Gestor do Executivo.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2024 – OBJETO: EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI, conforme especificações no edital e seus anexos. **ABERTURA e JULGAMENTO** será a partir das **09H00MIN DO DIA 27 DE MARÇO DE 2024**, no Prédio da Prefeitura Municipal, sediada na Praça dos Três Poderes, s/n.º, Centro. O Edital pode ser acompanhado e retirado no site: www.barroalto.go.gov.br. Barro Alto/GO, 14 de março de 2024 – EDCARLOS OLIVEIRA – Gestor do Executivo.



Controladoria-Geral do Município

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº 17/2024-GAB/CGM

O **Controlador-Geral do Município**, no uso de suas atribuições legais e regimentais conforme Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021 e Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, **INTIMA**, pelo presente edital, a servidora **Samara Alves dos Santos, matrícula n.º 1442171-01**, para comparecer perante a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar - CESPAD-03, sito à Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. E, Térreo, Park Lozandes, Goiânia – GO, no dia **20/03/2024 às 08h30h**, para prestar suas declarações no processo administrativo disciplinar n.º **24.7.000000474-7**, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, tendo em vista que após várias tentativas, a mesma não foi encontrado nos endereços contidos no Sistema de Recursos Humanos da Prefeitura de Goiânia.

Gabinete da Controladoria-Geral do Município, aos 11 dias de março de 2024.

Marcel Limongi Batista Pereira

Chefe de Gabinete
Portaria n.º 323/2023

SINDICATO RURAL DE SÃO FRANCISCO DE GOIÁS – GO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL Pelo presente Edital, são convocados os Associados e Filiados ao Sindicato Rural de São Francisco de Goiás-GO, para a assembleia geral a ser realizada na sede do Sindicato, na Rua Goianésia, S/Nº, Bairro São Paulo em São Francisco de Goiás-GO, CEP 75490-000, no dia 15/03/2024, às 17:00hs. em primeira convocação e as 17:30hs. em segunda e última convocação, nos termos do Artigos 16 e 17 parágrafo único, além do Estatuto da FAEG – Artigos 13 e 15, para deliberar segundo a ordem do dia: 1 – Prestação de Contas dos exercícios 2022 e 2023. 2 – Orçamento para 2024. 3 – Outros assuntos de interesse da classe. São Francisco de Goiás-GO, 13 de março de 2024. **Watson Arantes Gama - Presidente**

SCITECH PRODUTOS MEDICOS SA, CNPJ: 01.437.707/0001-22, torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aparecida de Goiânia, a Renovação da LAO n. 2020004155 para a atividade de Fabricação de instrumentos não-eletrônicos e utensílios para uso médico, cirúrgico, odontológico e de laboratório, situada à Rua 18, S/N, Qd. Área Lt. 0006, Galpão 01, Polo Empresarial Goiás – Etapa 1A, Aparecida de Goiânia/GO, CEP: 74.985-249. O empreendimento não se enquadra na Resolução CONAMA 001/86.

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE CONTRATAÇÃO DIRETA**

Processo administrativo nº 92/2024

A Câmara Municipal de Posse – GO, torna público aos interessados, que nos termos do art. 75, II, § 3º da Lei nº 14.133/2021, estará recebendo de pessoas jurídicas do ramo, por e-mail ou protocolo presencial em sua sede, entre os dias **13/03/2024 ao dia 15/03/2024**, cotação de preços, para dispensa de licitação, pelo menor preço ofertado, aquisição de 01(um) refrigerador 2 portas, 386 litros e 01(um) arquivo de aço com 4 gavetas para a Câmara Municipal de Posse- GO. Termo de Referência, encontra-se disponível no site: www.camara posse.go.gov.br, no campo licitações "dispensa". O e-mail de contato para fins de recebimento das cotações é o: camara@posse.go.gov.br. A contratação será regida pela Lei nº 14.133/2021.



Controladoria-Geral do Município

EDITAL DE INTIMAÇÃO Nº16/2024 - GAB/CGM

O **CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso de suas atribuições legais considerando o disposto na Lei Complementar n.º 335, de 1º de janeiro de 2021 e regimentais conferidas pelo Decreto n.º 179, de 14 de janeiro de 2021, combinado com o art. 27, §4º da Lei n.º 9.861, de 30 de junho de 2016 e Lei Complementar n.º 011, de 11 de maio de 1992, **INTIMA**, pelo presente edital, o servidor **Thiago Cândido Queiroz de Oliveira, matrícula nº 1074164-01**, para tomar conhecimento do Relatório n.º 395/2023, emitido pela Comissão Especial de Processo Administrativo e Disciplinar – CESPAD-03, bem como o Despacho n.º 4/2024, exarado pelo Gabinete do Prefeito, ambos no **Processo Administrativo Disciplinar sob o n.º 23.7.000002442-3**. **Fica o servidor NOTIFICADO**, quanto ao prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, para interposição de pedido de reconsideração ou recurso referente ao Despacho n.º 4/2024 emitido pelo Gabinete do Prefeito, constante no Processo Administrativo Disciplinar sob o n.º **23.7.000002442-3**, conforme art. 133 da Lei Complementar n.º 011/2024. **O servidor fica, ainda, cientificado** que para o exercício do referido direito poderá ter vistas e cópia do respectivo processo, mediante solicitação a ser realizada no endereço sito a Avenida do Cerrado, n.º 999, Qd. APM 09, Bl. E, Térreo, Park Lozandes, Controladoria-Geral do Município, em Goiânia – GO, telefone: 3524-3391/3390. **Ressalta-se que o processo terá sua continuidade independente da manifestação do interessado, conforme art. 27, § 1º, inciso V da Lei n.º 9.861/2016.** Gabinete da Controladoria-Geral do Município, 08 de março de 2024.

Marcel Limongi Batista Pereira

Chefe de Gabinete
Portaria n.º 323/2023

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2023 DE FIRMINÓPOLIS – GO

4º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2023

O PREFEITO DE FIRMINÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas que lhes são conferidas por Lei, **RESOLVE**: Considerando a aprovação dos candidatos em **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº. 001/2023**, cujo Edital de Homologação Final conforme consta no **DECRETO Nº. 637/PMF/2024 de 11/01/2024** foi publicado no placar e site do Município dia 11 (onze) de outubro de 2024, e no jornal Diário Oficial do Estado de Goiás – DOE-GO e no jornal Diário da Manhã no dia 19 (dezenove) de janeiro de 2024, **CONVOCA-SE** os classificados abaixo descritos para, **NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, contados da publicação do presente edital, comparecerem **junto a sede da Prefeitura Municipal de Firminópolis**, sito Av. das Américas, nº. 589 – Centro desta municipalidade, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, munidos dos seguintes documentos e exames médicos abaixo relacionados: **DOCUMENTOS E EXAMES MÉDICOS**: a) Carteira de Identidade e CPF (original ou cópia autenticada em cartório); b) Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuía 18 (dezoito) anos (original ou cópia autenticada em cartório); c) Certificado de Reservista ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (somente para candidatos do sexo masculino de 18 a 45 anos) (original ou cópia autenticada em cartório); d) Certidão de nascimento ou casamento (original ou cópia autenticada em cartório); e) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos; f) Cartão ou número de Cadastro do PIS/PASEP (original ou cópia autenticada em cartório); g) Comprovante de residência atual (talão de água ou energia); h) 01 (uma) foto colorida tamanho 3x4 recente; i) Diploma, certificado ou documento de comprovação da conclusão do curso correspondente a escolaridade exigida para o cargo (original ou cópia autenticada em cartório); j) Declaração de possuir disponibilidade para desempenho das atividades essenciais do cargo em jornadas de trabalho fora do expediente normal, inclusive nos finais de semana e feriados (fornecido pelo R.H.); k) declaração de exercício ou não de outro cargo público. Se for ocupante de outro cargo descrever os horários diários do trabalho (fornecido pelo R.H.); l) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória nos termos do Artigo 40, inciso II, da Constituição Federal. 2.2. m) Certidão negativa civil e criminal da justiça federal; n) Certidão negativa civil e criminal da justiça estadual; o) declaração de bens (fornecido pelo R.H.); p) declaração de nepotismo (fornecido pelo R.H.); q) Laudo médico emitido pela Junta Médica Oficial do município acompanhado dos seguintes exames: - Hemograma completo e Eletrocardiograma (com laudo, carimbo e assinatura do médico); - Imunofluorescência para T.A (doença de chagas); - Radiografia do tórax em PA e PERFIL (com laudo, carimbo e assinatura do médico); - Tipagem Sanguínea; Urinalise, Glicemia (jejum), Ureia, Creatinina, VDR, Lipidograma, TSH, T4, H.C.V, H.B.S.A.G, EAS, Colpocitologia Oncótica Parasitária e Mamografia (exclusivamente para mulheres); PSA (para homens acima de 40 anos); - Laudo Psiquiátrico; (carimbo e assinatura do médico); - Exame Oftalmológico (com laudo, carimbo e assinatura do médico); - Teste Ergométrico; - Audiometria (com laudo, carimbo e assinatura do médico); - Obs.: a critério do médico oficial poderão ainda ser solicitados outros exames pertinentes.

CARGO: AGENTE DE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF 302

ORDEM	INSCRIÇÃO	CANDIDATO
3º	259	ELIELMA SOARES PEREIRA BORGES

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE. Firminópolis, 12 de março de 2024. **JOSÉ AIRTON DE OLIVEIRA - Prefeito**



OPINIÃO PÚBLICA

EDIÇÃO: MEYRITHANIA MICHELLY

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E NÃO REPRESENTAM A LINHA EDITORIAL DO DIÁRIO DA MANHÃ

Cultura da paz

CLÉCIO FILHO

ESPECIAL PARA O OPINIÃO PÚBLICA



O futuro a Deus pertence. Para quem tem fé o dia começa com bênçãos, tipo bom dia pai e bom dia mãe – suas bênçãos. Existem nomes eternos e existem sentimentos eternizados nas nossas memórias individuais ou coletivas. Tais memórias Platão chamou de Mito de Er, me lembro das aulas de Jordino Marques o amigo de Marilena Chauí – a pregadora do ódio contra a classe média, a filósofa de Lula.

Mas, o que tem haver tantas memórias com as bênçãos ?!?! Fiquei admirado em 1997 com Darcy Accorsi, professor da UFG e político criador do slogan “Goiânia Viva”, projeto que ajudava

pessoas e crianças carentes em especial. Me lembro dos embates do também Professor Pedro Wilson, defensor contínuo da classe de professores, com Darcy Accorsi, dois gigantes da política goianiense, que mesmo com suas diferenças no PT, não paravam de dialogar, eis grandes estadistas.

Interessante, lembrar que familiares de Pedro Wilson sempre mantiveram diálogo com a família Caiado desde a década de 1970 no mundo político. Ou seja, as ligações pacificadoras na política remontam memórias vivas recentes dos últimos 50 anos. Goiás nunca foi Estado do Ódio. Nosso povo amistoso e

carinhoso sabe receber bem nordestinos como sulistas. Temos pequi e pamonha para todos, nos sobra pão de queijo e o café quente, aprende conosco Romeu Zema, seja sempre bem vindo.

Com certeza esses exemplos políticos de grandes pacificadores e estadistas da vida pública, como Darcy Accorsi, Pedro Wilson e a família Caiado, representam na memória coletiva a cultura da paz. Conclamo aqui as palavras do meu professor Jordino Marques sobre Platão (UFG, 1997) “... o mito de Er sempre será mito enquanto não fizer a curva do rio...” fiquei pensando naquele jogo de palavras, ainda mais vindo de um professor cheio de metáforas pessoais.

Pois bem, o mito político atual é Bolsonaro, um outside, indomável partidário. Bolsonaro conclamou o governador do estado que dá certo, Ronaldo Caiado para pacificar a política atual. O mito sempre será mito enquanto não fizer a curva do

rio, agora entendo as palavras e ensinamentos dos professores, Jordino, Darcy e Pedro. O legado de Bolsonaro são as palavras em vida, não é o ódio político. Nunca foi o legado do PT fugir do diálogo e dos bons embates.

Como diz o filósofo Karl Jaspers “o senso de responsabilidade, próprio dos grandes estadistas, como Sólon e Péricles, os leva a conciliar as duas realidades, a força e a liberdade, pela razão não violenta” (Karl Jaspers – Kleine Schule Des Philosophischen Denkens – 1965).

Me causa espécie a deputada federal Adriana Accorsi do PT não agendar um bom diálogo com a TBC – Debate e o grande jornalista Rafael Vasconcelos, para continuar o legado do seu pai, Darcy Accorsi, sobre a pacificação política em Goiás.

Será que realmente o PT e a esquerda em Goiás querem a pacificação política !?!? Espero que sim, como diz Alexandre Garcia – “tenho saudades da esquerda nacio-

nalista” então eu completo, tenho saudades dos meus professores políticos do diálogo da “Goiânia Viva”.

Aqui é hora de pedir bênçãos a memória do meu hodierno Ronaldo Filho, homenageado pelo seu pai Governador Ronaldo Caiado, com o nome da escola. Parabéns ao governador pela inauguração da escola que honradamente faz jus a Ronaldo Filho, um entusiasta da educação.

Entendemos ?!?! Vamos dialogar ... Viva a cultura da paz. Sugiro ouvirmos a música “Iguais a mim” da banda goiana Agentes da Imaginação, ilustra muito bem porque devemos viver em paz. Deus rogue suas bênçãos a todos.

Professor

Compreensão e prevenção da dengue hemorrágica

LUCAS MEDINA

ESPECIAL PARA O OPINIÃO PÚBLICA



A Dengue Hemorrágica, complicação grave transmitida pelo mosquito Aedes aegypti, tem despertado crescente preocupação em Goiás, demandando uma análise minuciosa. Este guia, que combina elementos didáticos e científicos, fornecerá uma visão abrangente, destacando não apenas os aspectos básicos, mas também abordando estratégias práticas de prevenção.

A Dengue Hemorrágica é uma complicação que se manifesta após a infecção pelo vírus da dengue, especialmente em casos de reinfecção. Com quatro sorotipos, a segunda exposição pode desencadear uma resposta imunológica resultando em complicações hemorrágicas. A complexa epidemiologia da Dengue

Hemorrágica, influenciada pelos sorotipos do vírus, é explorada através da genômica viral. Essa abordagem oferece insights sobre variações genéticas, fundamentais para compreender as implicações clínicas e estratégias de contenção. A relação entre Dengue Hemorrágica e respostas imunológicas exacerbadas, especialmente em reinfecções, é crucial. Entender esses mecanismos é vital para desenvolver estratégias terapêuticas eficazes.

Os sintomas iniciais assemelham-se à dengue clássica, incluindo febre e dor de cabeça. No entanto, entre o terceiro e o sétimo dia, sinais de alerta como sangramentos, dor abdominal intensa e confusão mental podem surgir. Identificar

precocemente esses sinais é vital para intervenções médicas eficazes.

Embora não exista uma terapia específica, o tratamento visa aliviar sintomas e evitar complicações. Hidratação, repouso e monitoramento são cruciais. A prevenção, por sua vez, envolve a eliminação de focos de água parada, além da vacinação em casos específicos.

Ao combinar elementos didáticos e científicos, este guia visa fortalecer nossa resposta à Dengue Hemorrágica. Uma compreensão profunda dos sintomas, tratamentos e pesquisas atuais é vital para enfrentar esse desafio de maneira holística e colaborativa. A busca incessante por conhecimento e inovação é a chave para moldar um futuro mais resiliente contra a Dengue Hemorrágica.

Considerando o contexto específico de Goiás, é crucial ampliar a consciência sobre os desafios enfrentados em relação à Dengue Hemorrágica. Com um aumento alarmante no número de casos, a população deve estar aten-

ta aos primeiros sinais da doença. Estatísticas recentes indicam um cenário preocupante, com um aumento significativo nos registros em comparação com o ano anterior.

O aumento do número de casos de Dengue Hemorrágica em Goiás desencadeia reflexões sobre os desdobramentos atuais e as tendências epidemiológicas. A análise dos dados recentes revela uma incidência crescente da doença, destacando a urgência de medidas preventivas eficazes. A compreensão desses padrões é essencial para a implementação de estratégias de saúde pública direcionadas.

Além da abordagem científica, é imperativo desmistificar a Dengue Hemorrágica por meio de uma análise didática. A transmissão pelo mosquito Aedes aegypti e os quatro sorotipos do vírus apresentam um desafio complexo. Esta seção visa fornecer informações acessíveis sobre como a doença se propaga e as medidas cotidianas para prevenção.

Para enriquecer a perspectiva, reunimos insights

de profissionais da saúde em Goiás. Suas reflexões sobre os desafios enfrentados, estratégias de tratamento e a importância da conscientização destacam a necessidade de uma abordagem colaborativa e multidisciplinar.

Em última análise, este artigo abrangente visa catalisar esforços para enfrentar a Dengue Hemorrágica em Goiás. Unindo conhecimento científico e compreensão didática, aspira-se construir um futuro mais resiliente contra essa ameaça à saúde pública. A conscientização, a pesquisa contínua e a colaboração entre comunidade e profissionais de saúde são os alicerces para superar os desafios impostos pela Dengue Hemorrágica em Goiás.

Pesquisador do corpo humano



Geléia Geral

LUIZ AUGUSTO PAMPINHA luizaugustopampinha@gmail.com

DIVULGAÇÃO



BAHALA SUDAN, 26 anos, musa do OnlyFans, ganha dinheiro com vídeos picantes na Internet

Leitura Dinâmica

Há duas maneiras de ser rico: uma é ter tudo o que você quer. A outra é estar satisfeito com tudo que você tem.

Pecuária de Goiânia vai acontecer entre os dias 16 e 26 de maio, no Parque de

Vila Nova.

Influenciador digital João Vitor Bittencourt vai a São Carlos, SP, comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down.

BBB 24: Yasmin Brunet eliminada com 80% após participação polêmica
Goleiro Tadeu, do Goiás, disse

que a desclassificação do campeonato foi uma vergonha.

Eleições municipais: debates na televisão, na segunda quinzena de agosto.

Festa do Divino em Trindade deve receber três milhões de devotos.



Flávio Ricco

Colaboração: José Carlos Nery

Nova novela do SBT será um mix de Carrossel e Chiquititas

A parceria com a Amazon Prime solo do diretor-geral Ricardo Video, iniciada e encerrada com Mantoanelli.

“A Infância de Romeu e Julieta”, já leva o SBT a iniciar, agora só e sem as obrigações que existiram, os preparativos de “A Caverna Encantada”, escrita pela equipe de Iris Abravanel. Foi o fim silencioso de um acordo de trabalho. De uma experiência única, que, entende-se, não atendeu a expectativa das duas partes. Agora, com a sua nova novela, todas as estratégias, incluindo locações fora de São Paulo e o elenco já anunciado, voltam para os cuidados-

Um roteiro que promete doses de aventura, travessura e diversão dentro de um misterioso colégio interno, sem nenhuma cerimônia ou constrangimento de admitir que toda e qualquer semelhança com “Carrossel” e “Chiquititas” não será mera coincidência. A atriz-mirim Mel Summers foi escolhida para viver a protagonista, Anna. As gravações deverão ter início entre abril e maio, em Minas Gerais.

TV Tudo

Sheherazade

Autorizada pela Record, Rachel Sheherazade é a convidada de Catia Fonseca no quadro “Caminho da Fama”, que estreia no “Melhor da Tarde”, da Band, nesta sexta-feira. Entre outros assuntos, Rachel fala sobre momentos marcantes da infância e da vontade de ter mais um filho.

Integrada

Ainda em se tratando de Rachel Sheherazade, ela já está totalmente integrada com a equipe de “A Grande Conquista”, participando diretamente das decisões e providências tomadas. Estreia confirmada para 22 de abril, 22h30, logo após a exibição do primeiro capítulo de “Reis – A Decadência”.

Previsão

O SBT planeja promover entre abril e maio, o lançamento da plataforma de streaming +SBT. Pelo que se observa, os documentários em gravação sobre nomes importantes da sua história, incluindo o dono Silvio Santos, serão bem importantes neste primeiro momento.

Insiste no erro

Todo santo dia há um registro de erro nas tarjas colocadas na TV Jovem Pan. Será que não existe alguém para dar um jeito nisso?

Entre as tantas contratações que são feitas, por que não um professor de Português?

Olha que coincidência

O “SBT Brasil” criou um quadro chamado “De Olho”, com imagens captadas pelas câmeras de segurança. Tudo bem. Mas só que é igualzinho, sem tirar e nem por, ao que o “Jornal da Record” tem no ar há mais de dez anos. E com o mesmo nome, “De Olho”.

Enquadrado

Brunno Daltro, após “Reis – A Consequência”, estreia na série “Matches”, disponível toda sexta-feira na Warner e na Max. Dênis, o personagem dele, é um deputado corrupto, obrigado a usar tornozeleira eletrônica e que se envolve com Lara (Fernanda de Freitas).

Laços de família

Olha só que interessante: as gêmeas Lorenza e Paolla Gioia viverão as personagens Roduguna e Amitis, aos 8 anos, na série “A Rainha da Pérsia”, núcleo Família Xerxes. Na sequência, as também gêmeas Mily e Mari Oliveira assumirão os mesmos papéis, mas já na faixa de 17 anos.

Motivo justo

A exemplo da semana passada, a Band deixará de exibir o “Programa do João” na noite deste próximo sábado por causa do futebol. Semifinal do campeonato carioca, Flamengo e Fluminense, a partir das 21h.

A propósito

Já tem gente dentro da Band entendendo que é inútil essa espera pela Brax, para viabilizar a transmissão da Série B.



SALA V I P

RAFAEL GARCIA

ANKAI

CRISTIANO BORGES



Comemorando 25 anos de sucesso

Comemorando 25 anos de sucesso A comemoração dos 25 anos do escritório de advocacia do casal de advogados Jacó Coelho e Alessandra Coelho (dir.), localizado no Setor Oeste, contou com uma festa para 700 convidados. Entre os presentes, a advogada Michelle Cobz e o gerente de relacionamento do Banco do Brasil Lairton Sopran (esq.), que conferiram um supershow da cantora goiana Maíra Lemos.

DIVULGAÇÃO



O artista goiano Gerson Fogaça abre exposição nesta quinta-feira (14/03), às 19h, na Galeria Art Concept Alternativa ACA, em Santander, Espanha. A mostra que trata da fluidez e mutabilidade das paisagens urbanas contemporâneas tem a curadoria de Dayalis Gonzalez e a produção de Malu da Cunha

Plano de Voo

A Câmara Americana de Comércio (Amcham Brasil) e o gestor Regional da Amcham Goiás, economista Lucas Arruda, irão promover o evento Plano de Voo 2024 em Goiás para membros estratégicos do estado, nesta quinta-feira (14), a partir das 13h30h. O evento contará com importantes figuras do setor, que discutirão sobre a agenda político-econômica brasileira e seus desdobramentos em 2024. Haverá dois painéis de especialistas que discutirão sobre "Análise econômica e política no cenário global e a sua influência no mercado goiano", além do painel de executivos do setor privado com o tema sobre as perspectivas, desafios e oportunidades do Centro-Oeste para 2024.

Festival em Brasília

O Festival Meskla (@festivalmeskla) acaba de anunciar o line-up da sua segunda edição, que acontecerá no dia 11 de maio, na Arena BRB Mané Garrincha. Além de contar com grandes nomes da cena do rap trap e funk como Matuê, Kayblack, Wiu, Mc Daniel e Baco Exu do Blues, o evento idealizado pelo Grupo R2 exalta a potência da música preta feminina com artistas como Karol Conká, Talíz, Realieza, Margaridas e Vix Russel.

Amamentação

O Plenário da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego) aprovou, em votação definitiva, a proposição nº 771/23, de autoria do deputado Gustavo Sebba (PSDB), que visa instituir o Programa Mães na Escola. A medida foi aprovada nesta última quinta-feira, 6 de março. O programa tem como objetivo principal promover e apoiar a amamentação infantil, garantindo a reserva de espaços adequados nas escolas estaduais goianas.

Prêmio cervejeiro

Os sócios Alexandre Zanatta Pacheco e Renata Machado de Farias (Dona Lupulina Cervejaria) estão comemorando o sucesso após retornarem do Festival Brasileiro da Cerveja, realizado em Blumenau, Santa Catarina, na última semana, onde aconteceu também o Concurso Brasileiro de Cervejas. Participando do concurso pela segunda vez, a Dona Lupulina repetiu o feito de 2023 e foi classificada como a melhor cervejaria de Goiás, com um total de sete medalhas, sendo três de pratas (Belgian Session Ale, Smoked Porter e Vienna Café) e quatro de bronze (Gose, Groodziskie, Quadrupel e Amber Weiss).

RAFAEL LIMA



Célia Fonseca, Larissa Guimarães e Cláudia de Oliveira na exposição Terrário, do artista plástico Diogo Miranda, na galeria LudPotrich Art Gallery, no Jardim Goiás

RAFAEL LIMA



Carlos Batistela e Ricardo Braudes prestigiaram a exposição do amigo Diogo Miranda (centro), na LudPotrich Art Gallery

DIVULGAÇÃO



José Manoel Martinho (ao centro) com os chefs Rodrigo Vinhal e Danilo Teixeira na Noite do Hambúrguer, na Casa Dibs

DIVULGAÇÃO



Aproveitando a sua passagem por Goiânia para a 20ª temporada Porsche Cup Brasil C6 Bank, o agente de celebridades Rapha Eduardo (centro) e o influenciador Murilo Rabelo receberam o ator e piloto Caio Castro com seu pai Vitor Castanheira, e o cantor Marrone, para um jantar em sua nova casa no Alphaville Araguaia.

Projeto

A stylist goiana Izabelle Capuzzo, reconhecida pela assinatura do styling de grandes marcas e de famosos, lançará em breve o projeto "Estúdio Colorido". O intuito é que esse seja o primeiro da série de imóveis que a especialista pretende lançar em Goiânia e que terá uma identidade colorida.

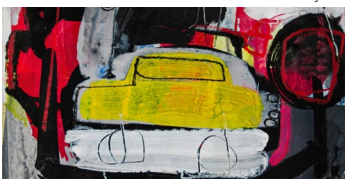
Projeto 2

A inspiração surgiu de sua própria casa, nomeada por Izabelle como Casa Colorida, e pela sua experiência de estadias em vários hotéis. "Quando fui morar sozinha, fiz um apartamento todo colorido com elementos que eu gostava. Nada ligado ao luxo, mas que tem uma ótica diferente e a minha personalidade", pontua.

Breve lançamento

O diretor da Opus Incorporadora, Dener Justino, prepara o lançamento do mais novo residencial da empresa. Na próxima terça-feira (19), às 13h30, ele comandará, no canal da Opus no Youtube, um meeting virtual para profissionais do mercado imobiliário, no qual apresentará a quinta torre que integrará a Reserva Ybiti, no alto do Setor Bueno.

JULIO ABREU/ DIVULGAÇÃO



Goiano leva pinturas à Espanha

"Ciudades Líquidas", que abre nesta quinta-feira, 14, a partir das 19h, em Santander, na Espanha, convida o espectador a mergulhar em um mundo onde as fronteiras entre o real e o imaginário se diluem, onde a cidade é percebida não como uma entidade estática, mas como um organismo vivo em constante movimento e transformação.

Na mostra, Gerson Fogaça (foto) propõe reflexão sobre as complexidades e contradições das sociedades urbanas modernas, explorando a dinâmica das cidades sem enfatizar aspectos estéticos, mas sim a efervescência das paisagens urbanas em constante metamorfose.

Inspirado pela obra do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, que cunhou o termo "modernidade líquida" para descrever uma sociedade caracterizada pela volatilidade e falta de estruturas sólidas, o artista busca traduzir essa ideia para o universo visual.

Nas suas pinturas, o artista explora a transitoriedade das cidades, capturando a essência de espaços urbanos em constante transformação, seja pela rápida evolução tecnológica, migração humana ou mudanças climáticas. As obras de Fogaça são caracterizadas por linhas fluidas, formas orgânicas e uma paleta de cores vibrantes, refletindo a energia e a diversidade encontradas nos ambientes urbanos contemporâneos. (Redação)

Moka aniversaria no Mercado da 74

O baterista, compositor, arranjador e intérprete Moka Nascimento comemora aniversário juntamente junto do jornalista e apresentador Arthur Rezende e dos cantores e compositores Itamar Correia e Gilberto Correia, nesta quinta-feira, 14, às 20 horas, no Complexo Cultural Mercado da 74 (R. 74, 329 - St. Central).

Moka se apresentará com a Spinning Rock Band, grupo de rock progressivo). Há ainda participações especiais de Alici Kompany, mandando ver um flashback e Shotgun, com o hard rock. Moka apresentará clássicos de Pink Floyd, Deep Purple, Santana, Black Sabbath, Led Zeppelin e inéditas de seu novo trabalho solo autoral "Informação Vital", que será lançado em meados do mês que vem pela Monstro Discos. A entrada é franca. (Redação)

DIVULGAÇÃO





Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.
CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

Demonstrações Financeiras 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Introdução

A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., em conformidade com as disposições estatutárias legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Companhia: A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída em 22 de novembro de 2011 e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 12.c das Demonstrações Financeiras da Companhia. A sede da Companhia está localizada no município de Anápolis - GO.

Destaques operacionais e financeiros: O volume de tráfego atingiu 50.166 mil veículos equivalentes pagantes em 2023. A receita líquida atingiu R\$888,0 milhões em 2023. A receita líquida ajustada (excluindo a receita de construção) totalizou R\$477,7 milhões em 2023 e R\$107,0 em 2022. O EBITDA ajustado² totalizou R\$349,2 milhões em 2023 e a margem EBITDA ajustada², 73,1%.

Destaques (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Volume de tráfego ¹	50.166	11.282	n.m.
Tarifa Média	10,37	10,35	0,3%
Receita líquida	888,0	880,7	0,8%
EBITDA Ajustado ²	349,2	25,8	n.m.
Margem EBITDA Ajustada ²	73,1%	n.m	n.m.
Capex	489,3	875,2	-44,1%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$) - Vigente em 31/12/2023											
Pça.	Categoria de veículo										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
P1	8,60	17,20	12,90	25,80	17,20	34,40	43,00	51,60	60,20	68,80	4,30
P2	11,80	23,60	17,70	35,40	23,60	47,20	59,00	70,80	82,60	94,40	5,90
P3	11,40	22,80	17,10	34,20	22,80	45,60	57,00	68,40	79,80	91,20	5,70
P4	11,00	22,00	16,50	33,00	22,00	44,00	55,00	66,00	77,00	88,00	5,50
P5	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P6	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P7	14,80	29,60	22,20	44,40	29,60	59,20	74,00	88,80	103,60	118,40	7,40
P8	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80
P9	13,60	27,20	20,40	40,80	27,20	54,40	68,00	81,60	95,20	108,80	6,80

Receita bruta: A receita bruta totalizou R\$931,0 milhões em 2023. As deduções sobre a receita bruta somaram R\$42,9 milhões.

Receita de Pedágio: R\$520,6 milhões em 2023, devido ao início da cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.

Receita de Construção: R\$410,3 milhões em 2023, redução de 47,0%, devido ao menor volume de obras no período.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Receitas de Pedágio	520,6	116,7	n.m.
Receitas Acessórias	0,1	-	n.m.
Receita de Construção	410,3	773,7	-47,0%
Total	931,0	890,4	4,6%

O quadro abaixo demonstra a receita bruta da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor da receita acumulada desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.840,8 milhões correspondente à receita obtida com pedágios e outras fontes de receitas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Receitas de Pedágio	520,6	116,7	-
Receitas Acessórias	0,1	-	-
Receita de Construção	410,3	773,7	19,5
Total	931,0	890,4	19,5

Para mais informações sobre as receitas, vide Nota Explicativa nº 21 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$599,7 milhões em 2023. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos caixa atingiram R\$128,5 milhões. As principais variações foram:

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Pessoal	29,4	16,4	79,4%
Conservação e manutenção	22,9	2,8	n.m.
Serviços de terceiros	50,2	39,5	27,1%
Seguros, Poder Concedente e Locações	14,5	15,5	-6,7%
Outros	11,6	7,1	64,4%
Custos caixa	128,5	81,2	58,3%
Depreciação e amortização	60,8	22,3	172,8%
Provisão para manutenção	-	-	n.m.
Custo de construção	410,3	773,7	-47,0%
TOTAL	599,7	877,2	-31,6%

Pessoal: R\$29,4 milhões em 2023, aumento de R\$13,0 milhões (+79,4%) devido às despesas com salários, benefícios e encargos incorridos pelo início das atividades operacionais da Companhia.

Conservação e manutenção: R\$22,9 milhões em 2023, aumento de R\$20,1 milhões devido, principalmente, aos gastos com limpeza manual e conservação de revestimento vegetal, em função do início das atividades operacionais da Companhia.

Serviços de terceiros: R\$50,2 milhões em 2023, aumento de R\$10,7 milhões (+27,1%) devido, principalmente, ao incremento dos serviços de consultorias administrativas, financeiras, de recursos humanos, de tecnologia da informação e de compras corporativas prestados pela controladora indireta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., e pelos custos de ambulâncias e resgastes e remoções.

Seguros, poder concedente e locações: R\$14,5 milhões em 2023, redução de R\$1,0 milhão (-6,7%) em função, principalmente, da contabilização dos contratos de locação de veículos leves (IFRS).

Outros: R\$11,6 milhões em 2023, aumento de R\$4,5 milhões (+64,4%) devido, principalmente, aos gastos com combustíveis e energia elétrica, em função do início das atividades operacionais.

Depreciação e amortização: R\$60,8 milhões em 2022, aumento R\$38,5 milhões devido ao início da amortização dos bens da concessão, em função do início da arrecadação de pedágio.

Custo de construção: R\$410,3 milhões em 2023, redução R\$363,3 milhões (-47,0%), devido ao menor volume de obras no período.

O quadro abaixo demonstra os custos operacionais e despesas administrativas da Companhia no ano base deste relatório, juntamente com o valor acumulado desde o início da concessão. O valor acumulado de R\$1.508,0 milhões corresponde aos custos e despesas operacionais desde o início da concessão até 31 de dezembro de 2023.

Custos e despesas operacionais (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Custos	599,7	877,2	31,1

Para mais informações sobre os custos e despesas operacionais, vide Nota Explicativa nº 22 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

EBITDA: Em 2023, o EBITDA totalizou R\$349,2 milhões. O EBITDA ajustado³, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$349,2 milhões, aumento de 0,5 p.p. em relação a 2022 e margem EBITDA ajustada³ de 73,1%.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Lucro líquido do período	188,8	18,7	n.m.
Depreciação e amortização	60,8	22,3	n.m.
Resultado Financeiro	17,1	(25,1)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	82,5	9,9	n.m.
Receita de Construção	410,3	773,7	n.m.
Custo de Construção	(410,3)	(773,7)	n.m.

Volume de tráfego: O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 50.166 mil em 2023, sendo 9.436 mil veículos leves e 40.730 mil veículos pesados. A Ecovias do Araguaia iniciou a cobrança de pedágio nas nove praças das rodovias BR-153/414/080/TO/GO em 03 de outubro de 2022.

Volume de tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	2023	2022	Var.
Leves	9.436	2.293	n.m.
Pesados	40.730	8.989	n.m.
Total	50.167	11.282	n.m.

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Tarifa e tarifa média: A tarifa média por veículo equivalente pagante foi de R\$10,37 em 2023.

Tarifa Média (em R\$)	2023	2022	Var.
Ecovias do Araguaia	10,37	10,35	0,3%

Nota: A tarifa média é calculada, considerando a relação entre "Receitas de pedágio" e "Veículos equivalentes pagantes".

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas em cada praça de pedágio, por categoria de veículo, vigente em 31 de dezembro de 2023.

EBITDA (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
EBITDA ¹	349,2	25,8	n.m.
Provisão para manutenção ²	-	-	n.m.
EBITDA Ajustado ³	349,2	25,8	n.m.
Margem EBITDA Ajustada ³	73,1%	24,1%	0,5 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022.

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido em 2023 foi negativo em R\$17,1 milhões, redução de R\$42,2 milhões em relação aos R\$25,1 milhões positivos em 2022, devido, principalmente, aos juros e variação monetária sobre debêntures.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	2023	2022	Var.
Juros sobre Debêntures	(40,2)	(21,3)	88,8%
Variação monetária sobre debêntures	(28,1)	(3,3)	n.m.
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(1,3)	(0,6)	102,4%
Juros Capitalizados	45,3	7,9	n.m.
Receitas de aplicações financeiras	28,5	46,8	-39,2%
Outros efeitos financeiros	(21,4)	(4,5)	n.m.
TOTAL	(17,1)	25,1	-168,3%

Lucro do Exercício: Em 2023, o lucro líquido da Companhia totalizou R\$188,8 milhões, aumento de R\$170,1 milhões em relação a 2022.

Disponibilidade Financeira e Endividamento: A Ecovias do Araguaia encerrou o exercício de 2023 com saldo distribuído entre caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva de curto e longo prazo de R\$429,6 milhões e dívida bruta, composta por debêntures, empréstimos e financiamentos, no valor de R\$1.100,6 milhões, sendo 98,2% dos vencimentos no longo prazo. A dívida com o Poder Concedente era de R\$1,0 milhão e a dívida com Passivo de Arrendamento era de R\$38,5 milhões.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$671,0 milhões e indicador Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 1,9x. Para mais informações sobre o endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas nº 13, 14, 15 e 18 das Demonstrações Financeiras.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2023	31/12/2022	Var.
Curto Prazo	20,1	20,8	-3,7%
Debêntures	17,8	20,8	-14,7%
Empréstimos e Financiamentos	2,3	-	n.m.
Longo Prazo	1.080,5	588,2	83,7%
Debêntures	611,8	588,2	4,0%
Empréstimos e Financiamentos	468,7	-	n.m.
Dívida Bruta ¹	1.100,6	609,0	80,7%
Obrigações com Poder Concedente	1,0	1,0	4,6%
Passivo de Arrendamento	38,5	41,6	-7,5%
Endividamento Bruto	1.140,1	651,6	75,0%
Caixa e equivalentes de caixa	429,6	211,8	102,8%
Endividamento Líquido	710,5	439,8	61,6%
Dívida Líquida ¹	671,0	397,2	68,9%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente e Arrendamentos a Pagar

Investimentos: Os investimentos realizados pela Companhia totalizaram R\$489,3 milhões em 2023.

CAPEX (em milhões de R\$)	Intangível/ Imobilizado	2023 Custo de Manutenção/ Construção	Total
Ecovias do Araguaia	488,4	0,9	489,3

CAPEX (em milhões de R\$)	2023	2022	2021
Hardware e equipamentos de pedágio	6,5	2,1	-
Máquinas e equipamentos/móveis e utensílios	4,9	0,1	-
Contrato de concessão	3,2	385,1	-
Intangível em andamento	474,7	54,6	-
Software de terceiros	0,0	0,2	-
Total	489,3	442,0	-

A tabela abaixo demonstra os valores dos investimentos acumulados desde o início da concessão.

Investimentos (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
Intangível	478,0	793,9	439,8
Imobilizado	11,4	81,3	2,2
Total	489,3	875,2	442,0

Valor Adicionado: Em 2023, o valor adicionado líquido gerado como riqueza atingiu R\$360,7 milhões, isto é, 38,7% de representatividade em relação à receita operacional bruta, 35,1 p.p. superior ao ano anterior, quando o valor adicionado foi de R\$31,9 milhões e a representatividade de 3,6%.

Demonstração do Valor Adicionado (em milhões de R\$)	2023	2022	Var.
Valor adicionado líquido	360,7	31,9	n.m.
Receita operacional bruta	931,0	890,4	4,6%
Representatividade	38,7%	3,6%	35,1 p.p.

O valor distribuído de ISS (Imposto Sobre Serviço) para as prefeituras em 2023 foi de R\$23,7 milhões.

Impostos Municipais repassados (em milhões de R\$)	2023	2022	Acumulado até 2021
ISS - Imposto Sobre Serviço	23,7	5,4	-

Dividendos e Juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram pagos R\$80.453 mil à título de dividendos e juros sobre o capital próprio. Para maiores informações, vide Nota Explicativa nº 20 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

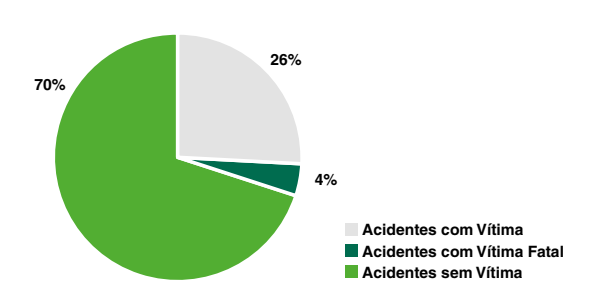
Planejamento e Gestão empresarial: O êxito que a Ecovias do Araguaia vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor de transportes se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.No 3º Trimestre de 2023, a Concessionária manteve as ações necessárias para continuidade do projeto de implementação do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e obteve os certificados: - ABNT ISO 9001:2015 (gestão da qualidade); - ABNT ISO 14001:2015 (gestão ambiental); e - ABNT ISO 39001:2015 (gestão em segurança viária). Além das certificações acima mencionadas, que foram previstas nos instrumentos contratuais, a Concessionária também obteve a certificação ABNT ISO 45001:2018 (gestão em saúde e segurança ocupacional). O sistema de gestão da qualidade tem como objetivo a melhoria contínua a partir de seus princípios fundamentais: • Foco no cliente; • Liderança; • Abordagem do processo; • Melhoria; • Tomada de decisão baseada em evidência; • Gestão de relacionamento.

Recursos Humanos: Em 2023, a Concessionária investiu R\$37,5 mil (R\$19,2 mil em 2022), em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional de seus empregados, a fim de manter a Companhia a par da evolução nas áreas tecnológica e gerencial, bem como oferecer aos empregados oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e seus potenciais. Os funcionários alocados na concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados em 31 de dezembro de 2023. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

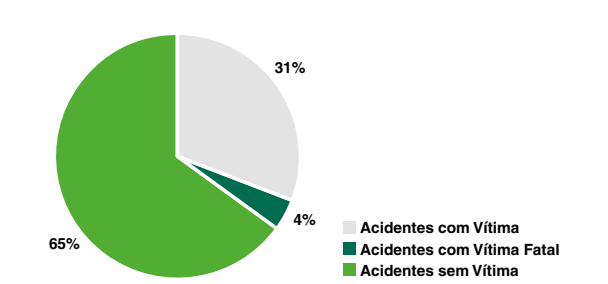
Funcionários alocados na concessão		
Descrição do Cargo	Qtde	(Qtde/VDMA)*10.000
ANALISTA PLANEJAMENTO OBRAS	2	0,14
AUXILIAR/ASSISTENTE SISTEMA RODOVIÁRIO	19	1,32
AUXILIAR MANUTENÇÃO	19	1,32
CONTROLADOR CCO	4	0,28
CONTROLADOR SISTEMA RODOVIARIO	18	1,25
COORDENADOR CONSERVAÇÃO	1	0,07
COORDENADOR OPERAÇÕES RODOVIARIAS	2	0,14
COORDENADOR DE OBRAS/MANUTENÇÃO	3	0,21
ASSISTENTE PLANEJAMENTO MANUTENÇÃO	1	0,07
ASSISTENTE ENGENHARIA	2	0,14
ENGENHEIRO	7	0,49
FISCAL/ANALISTA FAIXA DE DOMÍNIO	3	0,21
OPERADOR PEDAGIO	192	13,35
OPERADOR TRAFEGO	43	2,99
OPERADOR CCO	9	0,63
SUPERVISOR DE SISTEMA RODOVIÁRIO	3	0,21
SUPERVISOR DE TRÁFEGO	4	0,28
SUPERVISOR MANUTENÇÃO	1	0,07
TÉCNICO EM ENGENHARIA	10	0,70
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO	17	1,18
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	1	0,07
ADVOGADA	1	0,07
LIDER DE MANUTENÇÃO/TRAFEGO	6	0,42
Total de Pessoal - Operacional	368	25,59
ANALISTA / ASSISTENTE	20	1,39
COORDENADOR RH/SUSTENTABILIDADE/JURÍDICO/ COMUNICAÇÃO	5	0,35
GERÊNCIA/DIRETORIA	4	0,28
Total de Pessoal - Pedágio	29	2,02
Total de Pessoal - Concessionária	397	27,61

Indicadores Operacionais: Segurança no Trânsito: Acidentes: Os gráficos abaixo apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

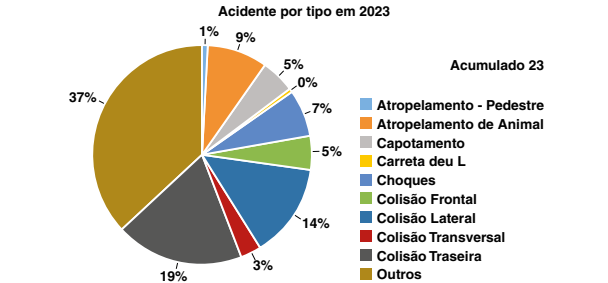
Percentual de acidentes por gravidade em 2023



Percentual de acidentes por gravidade em 2022



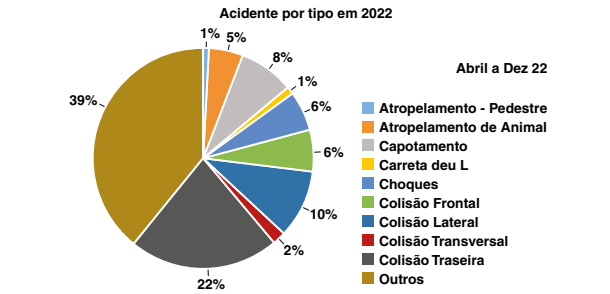
As figuras abaixo apresentam os valores percentuais dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.



continua ...

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090



Dados de Operação da Concessão: *Veículos Alocados:* Os veículos alocados na operação da concessão são apresentados na tabela abaixo de acordo com os dados de 2023. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre Concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor resultante da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise. O resultado é apresentado em Qtde/100 km.

Veículos aplicados na concessão		
Tipo de veículo	Qtde	Qtde/100 km
Viatura de inspeção	11	1,3
Guincho Leve	10	1,2
Guincho Super Pesado	4	0,5
Caminhão Pipa	4	0,5
Caminhão Boiadeiro	4	0,5
Ambulância Simples	16	1,9
UTI	4	0,5
Total de veículos operacionais	53	6,2
Administração	3	0,4
Pedágio	4	0,5
Engenharia	17	2,0
Conservação	9	1,1
Tráfego	4	0,5
Manutenção	10	1,2
ANTT	3	0,4
CSU e RH	3	0,4
Diretor	2	0,2
Total de veículos de apoio	55	6,5
Total de veículos aplicados na concessão	108	12,7

Concessionária em números

Dados anuais e por empresa		Referência
Número de quilômetros mantidos	850,7 km	
Número de veículos que transitaram Quantidade por tamanho (leve, mais de dois, mais de três eixos)	Classe 01: 9.452.347	
	Classe 02: 1.196.274	
	Classe 03: 0	
	Classe 04: 1.486.876	
	Classe 05: 0	
	Classe 06: 1.014.167	
	Classe 07: 905.921	
	Classe 08: 2.022.329	
	Classe 09: 668.841	
	Classe 10: 43.233	
	Catesp 9: 10.281	
	Catesp 10: 913.972	
	Moto: 282.691	
	Semi Reboque: 194.064	
	Reboque: 26.181	
Tarifa	Ônibus 2 eixos: 0	
	Ônibus 3 eixos: 0	
	Ônibus 4 eixos: 0	
	Especial: 0	
	Dummy: 1	
	Informações Detalhadas no item - Tarifa	
	Número de praças de pedágio	9 (nove)
	Índice de congestionamento	N/A por velocidade média de veículos
	Trânsito Médio Diário Equivalente	146.491
	Trânsito médio anual equivalente (VDM Eixos)	146.388
	Equipamentos utilizados pela concessionária	Veículos, Balança, Maquinaria, etc.
	Índices de qualidade de estrada	N/A
	Receita de pedágio em 2023	R\$ 520,6 milhões
	Custos associados às receitas de pedágio em 2023	R\$ 189,4 milhões
Fator Trabalho		
Número de trabalhadores	397 funcionários	
Despesas com pessoal no 2023	R\$ 29,4 milhões	
Fator Capital		
Despesas de depreciação no 2023	R\$ 60,8 milhões	
Ativo líquido	R\$ 429,6 milhões	
Ativo bruto	R\$ 4.670,2 milhões	
Série histórica de investimentos até 2023	R\$ 1.806,5 milhões	
Custo de oportunidade de capital em 2022	9,88%	
Fatores Intermediários		
Despesas de administração no 2023	R\$ 24,6 milhões	
Despesas com manutenção no 2023	R\$ 22,9 milhões	
Outras despesas	R\$ 11,6 milhões	
Seguridade		
Quantidade de acidentes	Sem feridos: 852	
	Com feridos: 323	
	Com mortos: 48	
Indicadores		
Tarifa média	R\$ 10,37	
Custo por veículo ou km	R\$ 3,77	

Balanco Social

1 - Base de cálculo	2023		2022	
	Valor em R\$ mil		Valor em R\$ mil	
Faturamento Bruto	930.959		890.376	
Receita líquida (RL)	888.044		880.689	
Resultado Operacional (RO)	288.362		3.521	
Folha de Pagamento bruta (FPB)	29.359		16.363	
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	29.359		16.363	
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	0		0	

2 - Indicadores sociais internos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.105	13%	0%	926	6%	0%
Encargos sociais	5.075	31%	1%	3.120	19%	0%
Previdência privada	234	1%	0%	201	1%	0%
Saúde	2.696	16%	0%	971	6%	0%
Segurança e Saúde no trabalho	81	0%	0%	15	0%	0%
Educação	9	0%	0%	8	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	37	0%	0%	19	0%	0%
Creches ou auxílio creche	48	0%	0%	25	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	1.222	7%	0%	1.285	8%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	11.507	70%	1%	6.570	40%	1%

3 - Indicadores sociais externos	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valor em R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Educação	5	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	16	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	70	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	38	0%	0%	0	0%	0%
Total de contribuições à sociedade	129	1%	0%	0	0%	0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	129	1%	0%	0	0%	0%

4 - Indicadores ambientais						
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária	1.055	6%	0%	442	3%	0%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	541	3%	0%	0	0%	0%
Total de investimentos em meio ambiente	1.596	10%	0%	442	3%	0%

Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária	(X) Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% () Cumpre de 75 a 100%	() Não possui metas () Cumpre de 0 a 50% () Cumpre de 50 a 75% (X) Cumpre de 75 a 100%
--	--	--

5 - Indicadores do corpo funcional			
Nº de colaboradores ao final do período	337	339	
Tempo de serviço	18% até seis meses 15% de seis meses a um ano 58% entre um e dois anos 4% entre dois e cinco anos 5% mais de cinco anos	10% até seis meses 78,8% de seis meses a um ano 5% entre um e dois anos 1,8% entre dois e cinco anos 4,4% mais de cinco anos	

Nº de admissões durante o período	125	283
Nº de demissões durante o período	128	43
Nº de colaboradores terceirizados	1.406	0
Nº de estagiários (as)	0	0
Nº de colaboradores com até 18 anos e 25 anos	0	0
Nº de colaboradores entre 18 e 25 anos	117	111
Nº de colaboradores entre 25 e 45 anos	201	214
Nº de colaboradores acima de 45 anos	19	14
Nº de mulheres que trabalham na Concessionária	206	218
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	0,0	50,0
Remuneração paga a mulheres no período	7.600.620	4.375.002
Nº de negros (as) que trabalham na Concessionária	173	147
% de cargos gerenciais ocupados por negros	0	0

Nº de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	2	1
Total de horas extras trabalhadas	50.190	16.838
Total de horas extras pagas	782.309	292.898
Total de INSS pagos	3.766	
Total de FGTS pago	1.309	
Total de Contribuição Sindical paga	143	88
Total de demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhidos no período	0	0
Total de IR recolhido no período	10.025	129
Total de CSLL recolhidos no período	1.877	48
Total de PIS recolhidos no período	0	-88
Total de COFINS recolhidos no período	0	-539
Total de outros tributos recolhidos no período	23.715	5.419

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	4275%	4273%

Número total de acidentes de trabalho	30	7
---------------------------------------	----	---

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores	() direção (X) direção e gerenciais () todos os colaboradores
---	---	---

Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por	() direção e gerenciais () todos os colaboradores (x) todos + CIPA	(X) direção e gerenciais () todos os colaboradores () todos + CIPA
---	--	--

Quanto a liberalidade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT	() não se envolve (X) segue as normas da OIT () incentiva as normas da OIT
---	--	--

A previdência privada contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---------------------------------	---	---

A participação nos lucros ou resultados contempla	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores	() direção () direção e gerenciais (X) todos os colaboradores
---	---	---

Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos	() não são considerados () são sugeridos (X) são exigidos
--	---	---

Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva	() não se envolve () apóia (X) organiza e incentiva
--	---	---

% de reclamações e críticas solucionadas	98,8% na Concessionária 1,0% no PROCON 0,2% na Justiça	98,8% na Concessionária 1,0% no PROCON 0,2% na Justiça
--	--	--

Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do Valor Adicionado	32,1% governo 48,5% acionistas 7,5% colaboradores 11,9% terceiros	24,8% governo 23,6% acionistas 20,7% colaboradores 30,9% terceiros	

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES: Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*). Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R\$170,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: A Diretoria da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Anápolis – GO, 13 de março de 2024.

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita líquida	21	888.044	880.689
Custo dos serviços prestados	22	(575.039)	(855.431)
Lucro bruto		313.005	25.258
Despesas gerais e administrativas	22	(24.633)	(21.736)
Outras despesas e receitas líquidas		(10)	(1)
Lucro operacional		288.362	3.521
Receitas financeiras	23	28.834	47.097
Despesas financeiras	23	(45.945)	(22.030)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		(17.111)	25.067
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		271.251	28.588
Imposto de renda e contribuição social	12	(82.470)	(9.917)
Lucro líquido do exercício		188.781	18.671
Lucro por ação - básico e diluído (em reais)	24	0,09819	0,00971

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	188.781	18.671
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	188.781	18.671

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	342.312	157.352	Fornecedores		47.069	20.896
Aplicações financeiras	6	24.725	7.767	Empréstimos e financiamentos	13	2.308	-
Aplicações financeiras - conta reserva	7	25.810	23.310	Debêntures	14	17.767	20.838
Clientes	8	39.223	29.859	Passivo de arrendamento	15	11.957	9.669
Tributos a recuperar		1.669	12.247	Impostos, taxas e contribuições a recolher		7.539	5.938
Despesas antecipadas		410	1.793	Obrigações sociais e trabalhistas		3.613	2.949
Partes relacionadas	16	2	201	Partes Relacionadas	16	48.511	41.064
Outros créditos	9.a)	29.407	23.014	Obrigações com poder concedente	18	6.304	8.765
Total do ativo circulante		463.558	255.543	Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.c)	10.232	6.982
				Provisão para construção de obras	17	16.984	614
Não circulante				Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.d)	25.233	4.434
Aplicações financeiras - conta reserva	7	36.748	23.394	Outras contas a pagar		8.618	4.940
Outros créditos		4.594	592	Total do passivo circulante		206.135	127.089
Outros créditos - conta reserva - poder concedente	9.b)	1.301.050	1.123.688	Não Circulante			
Imobilizado	10	69.018	75.018	Empréstimos e financiamentos	13	468.690	-
Intangível	11	2.795.239	2.355.148	Debêntures	14	611.785	588.162
		4.206.649	3.577.840	Passivo de arrendamento	15	26.525	31.932
				Tributos diferidos	12.a)	18.143	2.689
				Obrigações com poder concedente	18	1.295.786	1.115.917
				Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	19	311	-
				Provisão para construção de obras	17	-	16.038
				Outras contas a pagar		17.930	14.183
				Total do passivo não circulante		2.439.170	1.768.921
Total do ativo		4.670.207	3.833.383	Patrimônio líquido			
				Capital social	20.a)	1.922.551	1.922.551
				Reserva legal	20.b)	10.411	972
				Reserva de lucros - orçamento de capital	20.c)	-	13.850
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	20.d)	91.940	-
				Total do patrimônio líquido		2.024.902	1.937.373
				Total do passivo e patrimônio líquido		4.670.207	3.833.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)

		Atribuível aos acionistas da Companhia					
		Reservas de lucros					
	Nota explicativa	Capital social	Legal	Dividendos adicionais Propostos	Orçamento de capital	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2022		1.922.551	38	-	547	-	1.923.136
Lucro Líquido do exercício		-	-	-	-	18.671	18.671
Destinação do lucro:							
Reserva Legal	20.d)	-	934	-	-	(934)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,002 por ação)	20.d)	-	-	-	-	(4.434)	(4.434)
Constituição de reserva - Orçamento de capital	20.d)	-	-	-	13.303	(13.303)	-
Em 31 de dezembro de 2022		1.922.551	972	-	13.850	-	1.937.373
Em 1º de janeiro de 2023		1.922.551	972	-	13.850	-	1.937.373
Reversão orçamento capital - pagamento dividendos	20.c)	-	-	-	(13.850)	-	(13.850)
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	188.781	188.781
Destinação do lucro:							
Reserva Legal	20.d)	-	9.439	-	-	(9.439)	-
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$0,015 por ação)	20.d)	-	-	-	-	(29.686)	(29.686)
Dividendos intermediários	20.d)	-	-	-	-	(57.716)	(57.716)
Dividendo adicional proposto	20.d)	-	-	91.940	-	(91.940)	-
Em 31 de dezembro de 2023		1.922.551	10.411	91.940	-	-	2.024.902

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090									
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)									
		31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Fluxos de caixa das atividades operacionais									
Lucro líquido do período		188.781	18.671	Partes relacionadas - fornecedores		7.447	35.394		
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido				Impostos, taxas e contribuições a recolher		1.601	5.012		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas		(28)	-		
Depreciações e amortizações		60.828	22.297	Pagamento de obrigações com poder concedente		(12.486)	(11.110)		
Perda/ baixa de ativo imobilizado e do intangível		745	1.022	Pagamento de provisão para construção de obras		(921)	(517)		
Capitalização de juros		(45.296)	(7.884)	Outras contas a pagar		7.425	18.441		
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo de arrendamentos		82.585	26.976	Imposto de renda e contribuição social pagos		(63.766)	(246)		
Provisão e atualização monetária de provisão para perdas cíveis e trabalhistas				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		338.391	82.769		
Atualização monetária sobre provisão para construção de obras		339	-	Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Obrigações com poder concedente		1.253	619	Aquisição de imobilizado		(11.380)	(81.265)		
Tributos diferidos		12.532	11.190	Aquisição de intangível		(431.745)	(785.482)		
Provisão para imposto de renda e contribuição social		15.454	2.689	Aplicações financeiras		(16.958)	19.803		
Receita sobre aplicações financeiras - conta reserva		67.016	7.228	Aplicações financeiras - conta reserva		(11.498)	(46.100)		
Variação nos ativos operacionais:		(4.356)	(604)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(471.581)	(893.044)		
Clientes		(9.364)	(29.859)	Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Partes relacionadas - clientes		199	(128)	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(80.453)	(182)		
Tributos a recuperar		10.578	(9.664)	Pagamento de arrendamentos		(10.362)	(6.167)		
Despesas antecipadas		1.383	(432)	Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos		(50.450)	(878)		
Outros créditos		(10.395)	(20.000)	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures		459.415	582.902		
Variação nos passivos operacionais:				Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		318.150	575.675		
Fornecedores		26.173	12.281	Aumento (redução) de caixa e equivalentes		184.960	(234.600)		
Obrigações sociais e trabalhistas		664	1.393	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		157.352	391.952		
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		342.312	157.352		
				Aumento (redução) de caixa e equivalentes		184.960	(234.600)		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.									
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
1. INFORMAÇÕES GERAIS									
A Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. ("Ecovias do Araguaia" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 22 de novembro de 2011, e tem por objeto social específico, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário BR-153/414/080/TO/GO. O Contrato de Concessão, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, foi assinado em 29 de setembro de 2021, e o Termo de Arrolamento e Transferência de Bens firmado em 08 de outubro de 2021, e possui prazo final em 08 de outubro de 2056. As demais informações acerca do Contrato de Concessão estão descritas na Nota 18.c). A sede da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 500 - Jundiá, no município de Anápolis - GO. As ações da Companhia são de titularidade da Holding do Araguaia S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores, entretanto, a Companhia possui registro na categoria "B", na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - <i>Environmental, Social and Governance</i> na sigla em Inglês). Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderam ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso da Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, afetaram indiretamente os negócios da Companhia, em razão do aumento de preço de alguns insumos usados pela Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também altera, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do Modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.									
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS									
2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (<i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS), emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS <i>Interpretations Committee</i> (IFRIC <i>Interpretations</i>) ou pelo seu órgão antecessor, <i>Standing Interpretations Committee</i> (SIC <i>Interpretations</i>) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.									
3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS									
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de									
ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. Classificação dos ativos financeiros: Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custo amortizado: O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 23). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descaamento contábil. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e reequilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicadores (internos ou externos) de <i>impairment</i> descritos na Nota 11.e, a Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. c) Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que ocorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras com a transação em questão. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos dos empréstimos, financiamentos e das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. f) Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, abine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de transitos na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVI): no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça e por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente, transação a transação. A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. A Companhia possui também mecanismo de retenção sobre a receita bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros reequilíbrios contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide Notas 9 e 18). g) Arrendamento: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como									
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (Em milhares de reais - R\$)									
		31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Receitas									
Com arrecadação de pedágio		520.574	116.719						
Com construção		410.310	773.657						
Outras receitas		75	-						
		930.959	890.376						
Insumos adquiridos de terceiros									
Custo dos serviços prestados		(491.638)	(820.502)						
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(17.614)	(15.623)						
Outros		(206)	(7)						
		(509.458)	(836.132)						
Valor adicionado bruto		421.501	54.244						
Depreciações e amortizações		(60.828)	(22.297)						
Outras receitas (despesas), líquidas		(10)	(1)						
Valor adicionado líquido produzido produzido pela companhia		360.663	31.946						
Valor adicionado recebido em transferência		28.834	47.097						
Receitas financeiras		28.834	47.097						
Valor adicionado total a distribuir		389.497	79.043						
Distribuição do valor adicionado		389.497	79.043						
Pessoal		29.359	16.363						
Remuneração direta		23.005	13.636						
Benefícios		4.988	2.037						
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS		1.366	690		</				

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de benefícios econômicos futuros / receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível. **Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. **Determinação das receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICP/01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. **Capitalização dos custos de empréstimos, financiamentos e debêntures:** Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de empréstimos, financiamentos e de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures, no encerramento de cada mês. **Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para construção de obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto de 8,72% a.a.. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês) calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor e para utilização em compromissos de curto prazo.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos.....	5.283	6.073
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a).....	74.732	151.064
Operações compromissadas (b).....	124.944	-
Certificado de depósito bancário CDB (c).....	134.608	-
Aplicações automáticas (d).....	2.745	215
	<u>342.312</u>	<u>157.352</u>

(a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria “renda fixa - crédito privado”, de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de investimentos era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% aplicações em Cotas de Fundo. As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remunerados à taxa de 95% do (CDI) em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF. (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em CDB são remunerados à taxa média ponderada de 103,1% do (CDI) em 31 de dezembro de 2023, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis. O aumento expressivo nos saldos de “Caixa e equivalentes de caixa”, deve-se à liberação de empréstimos e financiamentos do BASA e BNDES, conforme evidenciado na Nota 13.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo - BTG CDB Plus (a).....	24.228	7.767
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b).....	497	-
	<u>24.725</u>	<u>7.767</u>

a) Em 31 de dezembro 2023 e 31 de dezembro de 2022, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. b) Em 31 de dezembro de 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecodrovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento.

7. APLICAÇÕES FINANCEIRAS - CONTA RESERVA - VINCULADOS

	31/12/2023	31/12/2022
Fundo de investimento.....	62.558	46.704
	<u>62.558</u>	<u>46.704</u>
Circulante.....	25.810	23.310
Não circulante.....	36.748	23.394

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 97,9% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (98,5% em 31 de dezembro de 2022) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como aplicações financeiras - conta reserva por estarem vinculadas ao processo de liquidação das Debêntures da Companhia como garantia de parte do pagamento de juros e principal.

8. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes de receitas acessórias. A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a).....	34.143	29.683
Receitas acessórias (b).....	10	-
Outras contas a receber (c).....	5.070	176
	<u>39.223</u>	<u>29.859</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, implantação e concessão de acessos, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos no contrato de concessão. (c) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas na modalidade “cartão de crédito”. O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer.....	39.223	29.859
	<u>39.223</u>	<u>29.859</u>

9. OUTROS CRÉDITOS

a) Ativo circulante: O valor alocado na rubrica “Outros créditos” no ativo circulante refere-se substancialmente a custos antecipados de empréstimos, que serão reclassificados para “Empréstimos e financiamentos”, quando da emissão das dívidas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Banco da Amazônia S.A. - BASA (R\$28.802 em 31 de dezembro de 2023 e R\$14.050 em 31 de dezembro de 2022).

b) Conta reserva - poder concedente

	31/12/2023	31/12/2022
Recurso vinculado.....	1.301.050	1.123.688
	<u>1.301.050</u>	<u>1.123.688</u>

Para atendimento ao item 8.3 do edital de concessão nº 01/2021 BR153/14/080/TO/GO, a Companhia, constituiu Conta de Aporte de titularidade da Concessionária e de movimentação sendo certo que, no ato de sua constituição, foram outorgados poderes para movimentação da conta aporte perante o Banco Depositário exclusivamente pela ANTT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga. O montante registrado foi de R\$1.072.617, sendo sua contrapartida na rubrica “Obrigações com poder concedente”, cuja função é garantir a sustentabilidade

econômico-financeira da concessão (em caso de reequilíbrios econômico-financeiros, do acionamento do Desconto do Usuário Frequente e do Ajuste Final de Resultados), cujo saldo remanescente ao final do contrato de concessão será transferido à Conta do Tesouro, de acordo com a cláusula 30.12.1 do Contrato de Concessão da Companhia. Em 26 de agosto de 2022, a conta vinculada, passou a ser conta de aplicação e receber receita de aplicações financeiras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante registrado à título de “receita de aplicação financeira” é de R\$118.897, líquido de IRRF e IOF (R\$37.628 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, conforme clausula 11 do contrato de concessão, é realizada a retenção sobre a receita bruta auferida, para eventual utilização em futuros reequilíbrios contratuais dos seguintes percentuais: 3% ao longo de todo prazo de concessão, e 7% do primeiro ao décimo ano da concessão. O montante retido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$58.465 (R\$13.443 em 31 de dezembro de 2022).

10. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisitos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Máquinas e Hardwares	equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	20,2	11,0	10,2	-
Custo				
Saldo em 31/12/2022.....	72.461	5.356	6.214	84.031
Adições.....	6.467	4.552	361	11.380
Baixas.....	(665)	-	-	(665)
Transferências.....	54	(93)	-	(39)
Saldo em 31/12/2023.....	78.317	9.815	6.575	94.707
Depreciação				
Saldo em 31/12/2022.....	(8.611)	(170)	(232)	(9.013)
Adições.....	(15.200)	(829)	(655)	(16.684)
Baixas.....	8	-	-	8
Saldo em 31/12/2023.....	(23.803)	(999)	(887)	(25.689)
Residual				
Saldo em 31/12/2023.....	54.514	8.816	5.688	69.018
Saldo em 31/12/2022.....	63.850	5.186	5.982	75.018
Máquinas e Hardwares				
Taxa anual de depreciação - %.....	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	22,8	5,3	7,8	-

Custo				
Saldo em 31/12/2021.....	2.140	-	59	2.199
Adições.....	70.433	4.274	6.558	81.265
Baixas.....	(112)	-	(605)	(717)
Transferências.....	-	1.082	202	1.284
Saldo em 31/12/2022.....	72.461	5.536	6.214	84.031
Depreciação				
Saldo em 31/12/2021.....	(111)	-	(2)	(113)
Adições.....	(8.500)	(170)	(230)	(8.900)
Saldo em 31/12/2022.....	(8.611)	(170)	(232)	(9.013)
Residual				
Saldo em 31/12/2022.....	63.850	5.186	5.982	75.018
Saldo em 31/12/2021.....	2.029	-	57	2.086

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não havia bens do ativo imobilizado vinculadas como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificados diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

11. INTANGÍVEL

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(c)	-	20,0	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2022.....	1.687.841	628.619	4.320	47.768	2.368.548
Adições.....	2.277	474.740	24	7.243	484.284
Baixas.....	(88)	-	-	-	(88)
Transferências.....	97.381	(97.342)	-	-	39
Saldos em 31/12/2023.....	1.787.411	1.006.017	4.344	55.011	2.852.783
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2022.....	(6.434)	-	(502)	(6.464)	(13.400)
Adições.....	(32.436)	-	(868)	(10.840)	(44.144)
Saldos em 31/12/2023.....	(38.870)	-	(1.370)	(17.304)	(57.544)
RESIDUAL					
Em 31/12/2023.....	1.748.541	1.006.017	2.974	37.707	2.795.239
Em 31/12/2022.....	1.681.407	628.619	3.818	41.304	2.355.148

	Contrato de concessão (a)	Intangível em andamento (b)	Software de terceiros	Direito de uso CPC 06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %.....	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %.....	(c)	-	22,2	(d)	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021.....	1.469.664	54.595	184	-	1.524.443
Adições.....	118.067	675.723	4.136	47.768	845.694
Baixas.....	(305)	-	-	-	(305)
Transferências.....	100.415	(101.699)	-	-	(1.284)
Saldos em 31/12/2022.....	1.687.841	628.619	4.320	47.768	2.368.548
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021.....	-	-	(3)	-	(3)
Adições.....	(6.434)	-	(499)	(6.464)	(13.397)
Saldos em 31/12/2022.....	(6.434)	-	(502)	(6.464)	(13.400)
RESIDUAL					
Em 31/12/2022.....	1.681.407	628.619	3.818	41.304	2.355.148
Em 31/12/2021.....	1.469.664	54.595	181	-	1.524.440

a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária tais como implantações de infraestrutura para as praças de pedágios e ao Ônus de Concessão. b) As principais adições na rubrica “Intangível em Andamento” no ano de 2023 referem-se a: infraestrutura de bases operacionais e de praças de pedágio, reabilitação de pavimento, elementos de proteção, sistema de drenagem, canteiro central e faixa de domínio e início das obras de ampliação de capacidade. c) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram de 1,82% a.a. (0,40% em 31 de dezembro de 2022). d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamentos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados R\$45.296 referentes a encargos financeiros de investimentos vinculados a intangível em andamento (obtidos através do cálculo dos juros incorridos sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, descontadas as receitas financeiras).

e) **Impairment:** A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção; as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos, capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weighted Average Cost of Capital*) foi estimado com base

em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultando em: 10,21% a.a. (13,44% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados à avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanco patrimonial			Resultado
	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Provisão para contingências		105	-	105
Juros capitalizados	(2.681)	(15.391)	20	(18.052)
Lucro diferido	(8)	(311)	-	(319)
Provisão para férias				
Diretores/Stock option	-	123	-	123
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(2.689)	(15.474)	20	(18.143)
Receita/(despesa) de IR e CS diferido				(15.454)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 R\$18.143 no passivo não circulante (R\$2.689 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2022), e registrou débito de R\$15.454 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do passivo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico. De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	31/12/2023	31/12/2022
2023.....	3	(537)
2024.....	(4.001)	(538)
2025.....	(3.998)	(538)
2026.....	(4.051)	(538)
2027.....	(4.051)	(538)
2028.....	(2.045)	-
	<u>(18.143)</u>	<u>(2.689)</u>

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social.....	271.251	28.588
-Alíquota fiscal vigente.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada.....	(92.225)	(9.720)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Juros sobre capital próprio.....	10.093	-
Despesas indedutíveis.....	(83)	(9)
Gratificações Diretores/PPR.....	(246)	(120)
Incentivos fiscais (PAT).....	220	129
Outros.....	(229)	(197)
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(82.470)	(9.917)
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	(67.016)	(7.228)
Impostos diferidos.....	(15.454)	(2.689)
Taxa efetiva.....	30,4%	34,7%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social - Consolidado: A movimentação do exercício do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	6.982	-
Despesa IR/CS DRE	67.016	7.228
Total de IR/CS pagos	(63.766)	(246)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	10.232	6.982

... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO ARAGUAIA S.A. - CNPJ/ME nº 15.090.690/0001-94 - NIRE 52.300.044.090

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	28.457	46.819
Outras receitas financeiras	377	278
	<u>28.834</u>	<u>47.097</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures (Nota 14)	(40.174)	(21.276)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(9.137)	-
Varição monetária sobre debêntures (Nota 14)	(28.068)	(3.250)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)	(2.678)	-
Amortização de custo com emissão de debêntures (Nota 14) ..	(854)	(1.572)
Ajuste a valor presente sobre provisão para construção de obras (Nota 17)	(1.253)	(619)
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 19)	(61)	-
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	-	627
Juros sobre arrendamentos - CPC06 (R2) (Nota 15)	(1.674)	(878)
Juros Capitalizados	45.296	7.884
Outras despesas financeiras	(7.342)	(2.946)
	<u>(45.945)</u>	<u>(22.030)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(17.111)</u>	<u>25.067</u>

24. LUCRO POR AÇÃO

a) **Lucro básico:** O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	188.781	18.671
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>1.922.551</u>	<u>1.922.551</u>
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,10</u>	<u>0,01</u>

b) **Lucro diluído por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações, dessa forma, não há diferença do Lucro Básico apresentado acima.

25. GERENCIAMENTO DE RISCO

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dividas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados. Índice de endividamento

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	2.441.122	1.775.283
Disponibilidade (b)	(1.705.920)	(1.327.744)
Dívida líquida	735.202	447.539
Patrimônio líquido (c)	2.024.902	1.937.373
Índice de endividamento líquido	0,36	0,23

a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente circulante e não circulante, conforme detalhado nas Notas 13, 14, 15 e 18; b) Disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras - conta reserva e conta reserva poder concedente, curto e longo prazo, conforme detalhado nas Notas 5, 7 e 9; c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital. **Considerações gerais:** • A Administração da Companhia elige as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • Aplicações financeiras: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB), remunerados a taxa média ponderada de 99,9% do CDI em 31 dezembro 2023 (102,3% do CDI em 31 dezembro 2022), refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. • Clientes e Fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. • Debêntures, passivo de arrendamento e obrigações com poder concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

Valor justo de ativos e passivos financeiros: Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	342.312	342.312
Clientes (b)	39.223	39.223
Aplicações financeiras (a)	87.283	87.283
Outros Créditos - conta reserva - poder concedente (c)	1.301.050	1.301.050
Passivos:		
Fornecedores (b)	47.069	47.069
Empréstimos e financiamentos (d)	470.998	467.282
Debêntures (d)	629.552	616.528
Passivo de arrendamento (d)	38.482	41.435
Obrigações com poder concedente (c)	1.301.050	1.301.050
Obrigações com poder concedente (d)	1.040	1.040

Classificação - Valor justo através do resultado	Saldo contábil	Valor justo
Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock (e)	316	316

a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços. b) Os saldos das rubricas de “Clientes” e “Fornecedores” possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. c) O valor refere-se a: (i) conta de Aporte de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário e movimentada somente com a autorização da ANIT, utilizada para o depósito do montante correspondente a 3 (três) vezes o valor da outorga e aproxima-se do valor justo na data do balanço, e (ii) da retenção de 10% da receita da Companhia, destinadas para a Conta de Ajuste, a serem utilizadas eventualmente como mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro ao longo do contrato de concessão, conforme cláusulas contratuais. d) As obrigações com empréstimos e financiamentos, debêntures, passivo de arrendamento e poder concedente relativas a verba de fiscalização, estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. e) O valor do Phantom Stock Option e Phantom Restricted Stock estão registrados na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos: A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralisação dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, e premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro; e
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) Risco de taxa de juros: O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços. • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; e • Taxa

de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) Risco de crédito: O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco “rating” AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$22.805 (R\$17.310 em 31 de dezembro de 2022), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”. c) Risco de liquidez: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de debêntures que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos em diante
Debêntures	IPCA+6,66% a.a.	41.051	43.486	50.561	2.666.819
BNDES	IPCA+TLP+2,58% a.a.	20.705	20.541	23.308	580.358
BASA	IPCA+2,50830% a.a.	12.759	16.129	21.311	302.290
Passivo de arrendamento .	Cfe contrato individual	11.970	10.747	8.681	10.037
		<u>86.485</u>	<u>90.903</u>	<u>103.861</u>	<u>3.559.504</u>

Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do IPCA, principais indicadores das aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.

	Juros a incorrer	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III -50%
Operação				
Juros de aplicações financeiras	Alta do CDI (a)	26.333	32.916	39.500
Empréstimos e financiamentos	Alta do IPCA (b)	(36.415)	(43.123)	(49.830)
Juros sobre debêntures	Alta do IPCA (b)	(60.832)	(61.734)	(62.641)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(70.914)</u>	<u>(71.941)</u>	<u>(72.971)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	9,15%	11,44%	13,73%
IPCA (b)	4,15%	5,18%	6,22%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro/2023

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

26. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota 5. b) Informações suplementares: As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa. c) Transação que não envolvem caixa: No período findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou as atividades de investimento, abaixo destacadas, que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

Transação	31/12/2023	31/12/2022
Direito de uso - CPC06 (R2)	7.243	47.768
Outros créditos - Conta reserva	177.362	51.071
Atualização Monetária - Provisão Construção	-	4.560

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos. A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e de receitas acessórias relacionadas a exploração da rodovia e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA	
Membros Efetivos	MARCELLO GUIDOTTI (Presidente do CA) ROBERTO BORGES PAIVA MAURO OLIVEIRA DIAS DANILLO DE MATOS MARCONDES RODRIGO JOSÉ DE PONTES SEABRA MONTEIRO SALLES	Diretor Presidente - RUI JUAREZ KLEIN Diretor Superintendente / Diretor Relação com Investidores - CARLOS EDUARDO AUICHEWSKI XISTO	
Membros Suplentes	DANI AJBESZYC	Contador: HUGO RAFAEL MITZ CRC 1PR050369/O-4 'T' GO	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Concessionária Ecovias do Araguaia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Ecovias do Araguaia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio (Nota 3(f) e 21)	
A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Essas transações são controladas por sistema de passagem próprio que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados anualmente baseados no contrato de concessão. Essa área foi considerada como umas das principais em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos principais controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil. Efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil, bem como com os registros fiscais da Companhia. Em base amostral, recalculamos o valor da receita por meio de comparação do valor da tarifa de pedágio divulgada no Diário Oficial da União, com o valor efetivamente cobrado pela Companhia. Os resultados desses procedimentos nos proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.
Redução ao valor recuperável do ativo intangível - contratos de concessão (Notas 3(b) e 11)	
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 2.754.558 mil referente ao valor contábil dos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com o contrato de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. A capacidade de recuperação desse ativo é avaliada com base em projeções descontadas a valor presente dos fluxos de caixa futuros, com alto grau de julgamento em relação às estimativas e premissas consideradas pela administração que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Entre as premissas que mais impactam o valor recuperável constam as perspectivas de crescimento, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras.	Entre outros procedimentos, efetuamos o entendimento dos controles internos relevantes para a determinação do valor recuperável, incluindo a definição e revisão das premissas relevantes adotadas pela administração. Adicionalmente, testamos, com o apoio de nossos especialistas internos, a consistência das informações e principais premissas utilizadas pela administração da Companhia, incluindo as projeções de crescimento dos fluxos de tráfego, os ajustes tarifários a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, mediante comparação com o orçamento elaborado pela administração e informações e dados públicos e internos. Avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na determinação dos fluxos de tráfego. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2024



PwC

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7



7 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 14 de March de 2024, 07:31:12



BALANÇO ECOVIAS 2023 DIGITAL pdf
Código do documento 74c6ab06-69b7-4777-aa3d-3ca21eb402cf



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

14 Mar 2024, 07:30:15

Documento 74c6ab06-69b7-4777-aa3d-3ca21eb402cf **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-14T07:30:15-03:00

14 Mar 2024, 07:30:35

Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-14T07:30:35-03:00

14 Mar 2024, 07:30:45

JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 189.63.14.29 (bd3f0e1d.virtua.com.br porta: 27010) - [Geolocalização: -16.596992 -49.3289472](#) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2024-03-14T07:30:45-03:00

Hash do documento original

(SHA256):02cdb74e2b5f94e79b55ca50cce9ac9608d4e73d84234a43842b754c13dd9fed
(SHA512):3fed531a8b02db9eab832f6d043f63817f2ca12ba880a34d4460c00f9bbaf585cd098c1ca9e90eb02c7775eae63120050858b749f4e46f132e82c59b88d5b01e

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Abdias Nascimento, 110 anos: a luta para unir africanos e descendentes

AGÊNCIA BRASIL

O ano era 1974. Abdias Nascimento participava do 6º Congresso Pan-Africano em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, como único representante da América do Sul. Durante o evento, o intelectual brasileiro foi convidado pelo embaixador de Uganda para conhecer a fonte do Rio Nilo. Ao lado de outros ativistas, artistas e intelectuais, Abdias experimentou um banho transformador.

“Aqueles águas que alimentaram tantas antigas civilizações negras me emocionaram extremamente; elas encharcaram a minha alma. Banhei-me nelas como num batismo primordial, como se de fato estivesse nascendo de novo”, escreveu Abdias em testemunho de 1976.

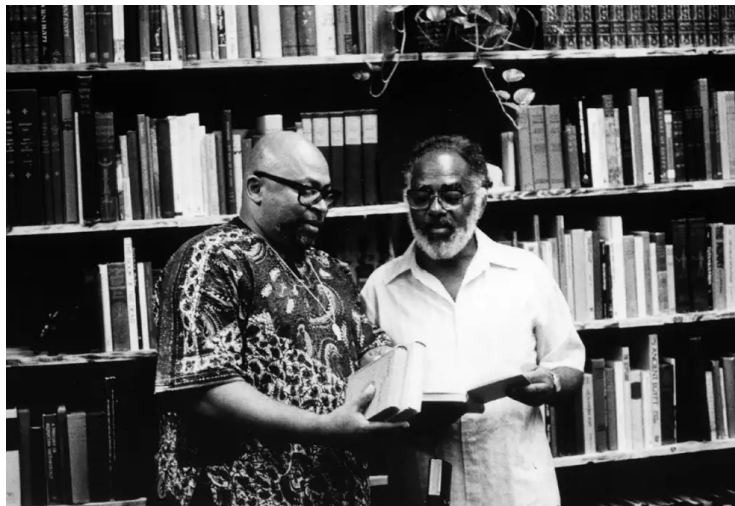
Homem negro, era natural de Franca, no interior de São Paulo. Foi ator, dramaturgo, poeta, escritor, artista plástico, professor, político e ativista antirracista. Há exatos 110 anos, nascia Abdias, um dos maiores intelectuais do Brasil. Nessa trajetória extensa, ele se destacou como o principal difusor do pan-africanismo no país. Em termos simples, um movimento em defesa da unidade política dos povos africanos, que tem origem no século 19, mas ganha força no século 20, no contexto da descolonização da África e das lutas antirracistas em todo o mundo.

O “batismo” de Abdias no Nilo representava essa reconexão com a África, que dizia ser a verdadeira terra natal dele, o único lugar em que havia se sentido em casa. Com o Brasil, a relação era “cheia de revolta” e “paradoxal”, por entender que a sociedade recusava as raízes africanas do povo negro e tentava silenciá-las.

Em 1968, Abdias viajou aos Estados Unidos para um intercâmbio com movimentos que promoviam os direitos civis e humanos da população negra. Ao perceber o aumento da repressão e da violência na ditadura militar brasileira, decidiu autoexilar-se. Durante 13 anos, viveu nos Estados Unidos e na Nigéria.

O sociólogo Túlio Custódio, mestre e doutor pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisou o período de exílio de Abdias e explica que as experiências internacionais tiveram influência grande no pensamento político e intelectual dele. Como professor universitário, participou de vários eventos nos Estados Unidos, na América Central e na África. E pôde aprofundar críticas à ideia do Brasil como uma democracia racial, além estreitar os laços internacionais com pensamentos e intelectuais africanos.

“O foco dele continua sendo o Brasil. É a partir do país que pensa a questão racial. Mas ele entende que as raízes negras



brasileiras estão diretamente associadas a uma noção de cultura africana, que dá respaldo a uma visão de pan-africanismo e de diáspora. O intelectual alarga a dimensão de resistência e de revolta que já estava presente no pensamento dele nos anos 1960, e as conecta com o pan-africanismo. Conecta a luta do negro brasileiro com o movimento de descolonização da África e com o movimento dos direitos civis nos Estados Unidos”, explica Túlio Custódio.

No contexto da perseguição dos militares aos opositores e de outros exílios, Abdias fez questão de marcar a diferença da situação dele em relação à de outros intelectuais e militantes brancos.

“Meu exílio é de outra natureza. Não começou em 1968 ou 1964, nem em momento algum dos meus 62 anos de vida. Hoje, mais do que nunca, compreendo que nasci exilado, de país que também nasceram no exílio, descendentes de gente africana trazida à força para as Américas”, escreveu.

Pan-africanismo

Quando chegou aos Estados Unidos, Abdias já trazia um currículo longo: havia fundado o Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, que denunciava a segregação nas artes brasileiras e promovia os direitos civis e humanos dos negros; participara da organização da Convenção Nacional do Negro, em 1945 e 1946, e do 1º Congresso do Negro Brasileiro, em 1950; editara o jornal Quilombo: Vida, Problemas e Aspirações do Negro; e era o curador fundador do Museu de Arte Negra.

Como professor universitário no exterior, teve a oportunidade de conhecer intelectuais e militantes de vários países e entrar em contato com as diferentes vertentes do pan-africanismo, como explica o sociólogo Túlio Custódio.

“Antes da minha pesquisa, tinha expectativa de que o Abdias estaria em diálogo com as teorias norte-americanas e o movimento negro de lá. E não é o caso. Na verdade, ele acaba se conectando mais com os intelectuais de origem africana. E mesmo quando dialoga com intelectuais dos EUA, é mais

com aqueles que estão envolvidos na discussão do pan-africanismo ou do nacionalismo negro. Casos de Molefi Asante, Maulana Karenga, Cheikh Anta Diop e Anani Dzidzienyo”.

O pan-africanismo estava dividido entre grupos pró-comunistas, pró-capitalistas e de uma chamada terceira via. Abdias se identificou com o último grupo, por entender que comunismo e capitalismo não apresentavam soluções para os problemas específicos da população negra. Para ele, o mundo africano deveria buscar a própria identidade ideológica, com base na experiência histórica do continente, mas também nas experiências das diásporas nas Américas e Pacífico. Foi o que ele defendeu no discurso do 6º Congresso Pan-Africano de 1974, aquele citado no início da reportagem, do emblemático banho no Rio Nilo.

Foi nesse mesmo ano que Abdias conheceu Elisa Larkin nos Estados Unidos. Ela havia participado de movimentos estudantis e políticos contra a guerra do Vietnã, contra empresas americanas que sustentavam o regime do apartheid na África do Sul e de outros embates contra o racismo no próprio país. Elisa conta que houve uma afinidade imediata, por terem tantos pontos em comum na vida pessoal e intelectual. Das trocas entre os dois, aprendeu mais sobre a história das filosofias e culturas africanas e acompanhou de perto a atuação incisiva do companheiro nos círculos internacionais.

“O Abdias vai ter uma voz muito maior dentro desses círculos do pan-africanismo. No Brasil, crescia a consciência entre a população negra sobre essa dimensão internacional e pan-africana de luta. E a mesma coisa acontecia do lado de lá. Os movimentos pan-africanos no exterior não tomavam conhecimento de uma população negra que era a maior do mundo fora da Nigéria. Quando Abdias começou a dizer isso no início dos anos 70, as pessoas achavam um absurdo: ‘esse cara está enlouquecendo’. Ele era rechaçado. Os ativistas do exterior não tinham a consciência dessas outras populações”, diz Elisa.

Senado aprova isenção de IPVA para carros com mais de 20 anos

AGÊNCIA BRASIL

O Senado aprovou nesta quarta-feira (13) proposta de emenda constitucional, em dois turnos, que isenta veículos com mais de 20 anos do pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). O texto vai para análise da Câmara dos Deputados.

A regra irá atingir cinco estados, onde a isenção ainda não vigora - Minas Gerais, Pernambuco, Tocantins, Alagoas e Santa Catarina. Em estados onde já existe algum tipo de isenção, como Rondônia, não terá nenhuma mudança.

“A regra valerá para todo o território nacional. No caso daqueles estados onde já há isenção, a partir de dez ou 15 anos, a regra atual não muda, conti-

nua como está. A regra vai vincular seus efeitos a partir dos 20 anos, porque é uma proteção contra tributar”, disse o relator, senador Marcos Rogério (PL-RO). Segundo o relator, a medida beneficia população com menor poder aquisitivo, que acaba por comprometer parte significativa da renda para custear o imposto.

A norma não incide para microônibus, ônibus, reboques e semirreboques.

Pesquisa do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças) aponta que a frota de veículos em circulação no Brasil é a mais velha desde 1995. De 2020 a 2021, o número de veículos com mais de 20 anos de uso cresceu de 2,5 milhões para 3,6 milhões.

Regulamentação dos jogos eletrônicos é aprovada pelos senadores

AGÊNCIA BRASIL

O projeto de lei que cria o marco legal para os jogos eletrônicos no Brasil foi aprovado pelos senadores nesta quarta-feira (13). O projeto de lei, PL 2.796/2021, que volta para nova apreciação dos deputados federais, já que o texto original sofreu alterações.

A proposta prevê regras para a fabricação, importação, comercialização, desenvolvimento e o uso comercial dos jogos.

O projeto não vale para máquinas caça-níqueis, jogos de setor e os chamados jogos de fantasia, em que o usuário cria um time virtual com jogadores reais de um determinado esporte. Esse tipo de jogo online já é regulado pela lei que trata das quotas fixas, as bets.

Benefícios fiscais

O texto prevê benefícios fiscais para os criadores de jogos eletrônicos. Eles terão direito a abatimento de 70% no Imposto de Renda devido em remessas ao exterior, que integra a Lei do Audiovisual. Esse benefício é válido também para contribuintes que investem em projetos de jogos eletrônicos independentes.

No âmbito da Lei do Bem, o desenvolvimento de jogos ele-

trônicos passa a ser enquadrado como atividade de pesquisa tecnológica e de inovação, o que permite o acesso a incentivos fiscais, como redução de 50% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Outro benefício é o tratamento especial por serem considerados negócios inovadores, como processo mais simplificado para formalização.

Restrições

O projeto determina que os jogos indicados para crianças e adolescentes devem ter restrições para transações comerciais, a serem permitidas somente com autorização dos responsáveis.

Esses games devem ainda estabelecer a proibição a práticas de violação de direitos de crianças e adolescentes, ferramentas de supervisão e moderação parental precisam ser atualizadas com frequência.

Pelo projeto, menores de idade podem trabalhar na criação dos jogos, desde que respeitados os direitos de crianças e adolescentes e as leis trabalhistas.

Não será exigida nenhuma qualificação especial ou licença do Estado para programadores e desenvolvedores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA - GO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2024
 O Agente de Contratação de Santa Rosa de Goiás torna público a abertura do procedimento de Dispensa de Licitação N. 43/2024.
Objeto: prestação de serviço especializado em comunicação com ênfase em publicidade e propaganda com a mídia escrita (jornais e tabloides), faladas (rádio) e digital (internet), referentes ao trabalho da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Rosa de Goiás. **Período para recebimento das propostas:** do dia 15/03/2024 ao dia 19/03/2024, através do e-mail: licitasantarosa2024@gmail.com. Data/horário da sessão de julgamento: 20/03/2024 às 09:00h. Local: Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Goiás. Informações: (62) 3335-6146 ou pelo site www.santarosa.go.gov.br.
 Santa Rosa de Goiás, 14 de março de 2024.
 Kariny Ferreira Rodrigues Carrijo - Agente de Contratação

Acervo de edições
Diário da Manhã
 www.dmacervo.com.br
Diário da Manhã
 ESTUDO ALERTA PARA ALTA INCIDÊNCIA DE SUICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA



2 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 14 de March de 2024, 09:59:41



SANTA-ROSA-DIGITAL pdf
Código do documento 86015c52-084b-4b85-9d34-00a49b299be8



Assinaturas



Júlio Nasser Custódio dos Santos
diariodamanha@dm.com.br
Assinou

Júlio Nasser Custódio dos Santos

Eventos do documento

14 Mar 2024, 09:58:35
Documento 86015c52-084b-4b85-9d34-00a49b299be8 **criado** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email:diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-14T09:58:35-03:00

14 Mar 2024, 09:58:52
Assinaturas **iniciadas** por JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3). Email: diariodamanha@dm.com.br. - DATE_ATOM: 2024-03-14T09:58:52-03:00

14 Mar 2024, 09:59:11
JÚLIO NASSER CUSTÓDIO DOS SANTOS **Assinou** (98e8c0ad-6903-4aa8-903b-c433bc3443b3) - Email: diariodamanha@dm.com.br - IP: 189.63.14.29 (bd3f0e1d.virtua.com.br porta: 3888) - [Geolocalização: -16.596992 -49.3289472](#) - Documento de identificação informado: 234.271.401-72 - DATE_ATOM: 2024-03-14T09:59:11-03:00

Hash do documento original
(SHA256):8a8f7fbaa45dfc8ec1b0ae47df267d0b034014a4f51e84d35444d0ef0653c68c
(SHA512):13df4e6d3739be323aa360e3bf831deca745008f3267d6a140194aa9bb6590ec0abbe1c3a120b3df54e8d5b54afdf4f7a9cdf7a55f10c1302c9f515c94279

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign